

**Claretiano – Centro Universitário
Batatais-SP**

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM
COMPUTAÇÃO – LICENCIATURA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

**COORDENAÇÃO DE CURSO
COORDENADOR MESTRE
RENATO DE OLIVEIRA VIOLIN**

2022-2025





**CLARETIANO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BATATAIS**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM COMPUTAÇÃO - LICENCIATURA**

MODALIDADE A DISTÂNCIA

**COORDENAÇÃO DE CURSO
COORDENADOR RENATO DE OLIVEIRA VIOLIN**

**BATATAIS
2022 – 2025**

Dados Gerais do Curso

- **Mantenedora:** Ação Educacional Claretiana

Município Sede: Batatais

UF: SP

CNPJ: 44.943.835/0001-50

Dependência Administrativa: Privada sem fins lucrativos

- **Mantida:** Claretiano - Centro Universitário

Município Sede: Batatais

UF: SP

Região: Sudeste

Endereço: R. Dom Bosco, 466

Bairro: Castelo

CEP: 14.300-000

Telefone: (16) 3660-1666

Fax: (16) 3761-5030

Atos Regulatórios do Claretiano – Centro Universitário

Ato Regulatório: Recredenciamento

Tipo de Documento: Portaria

No. Documento: 113 de 23/01/2020

Data do Documento: 23/01/2020

Data de Publicação: 27/01/2020

Prazo de Validade: 26/01/2025

Ato Regulatório: Retificação da Portaria 684 de 26/05/2017.

Tipo de documento: Retificação

No. Documento: Retificação de 14/06/2017

Data do Documento: 14/06/2017

Data de Publicação: 14/06/2017

Prazo de validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo

Ato Regulatório: Recredenciamento EAD

Tipo de documento: Portaria

No. Documento: 684 de 26/05/2017.

Data do Documento: 26/05/2017

Data de Publicação: 29/05/2017

Prazo de validade: 28/05/2017

Ato Regulatório: Qualificação como Comunitária

Tipo de documento: Portaria

No. Documento: 668

Data do Documento: 05/11/2014

Data de Publicação: 06/11/2014

Prazo de validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo

Ato Regulatório: Retificação

Tipo de documento: Retificação

No. Documento: Ref. Portaria 526/2013
Data do Documento: 31/10/2013
Data de Publicação: 31/10/2013
Prazo de validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo

Ato Regulatório: Alteração de Nomenclatura da IES

Tipo de documento: Portaria
No. Documento: 526
Data do Documento: 21/10/2013
Data de Publicação: 22/10/2013
Prazo de validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo

Ato Regulatório: Recredenciamento

Tipo de documento: Portaria
No. Documento: 516 de 09/05/2012.
Data do Documento: 09/05/2012
Data de Publicação: 10/05/2012
Prazo de validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo

Ato Regulatório: Recredenciamento

Tipo de documento: Portaria
No. Documento: 4501
Data do Documento: 23/12/2005
Data de Publicação: 23/12/2005
Prazo de validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo

Ato Regulatório: Credenciamento EAD

Tipo de documento: Portaria
No. Documento: 3635
Data do Documento: 09/11/2004
Data de Publicação: 10/11/2004
Prazo de validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo

Ato Regulatório: Credenciamento

Tipo de documento: Decreto
No. Documento: 66.642*
Data do Documento: 27/05/1970
Data de Publicação: 29/05/1970
Prazo de validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo

Área Geral: 01 – Educação

Área Específica: 011 – Educação

Área Detalhada: 0114 – Formação de professores em áreas específicas (exceto Letras)

Rótulo: 0114C05 -Computação formação de professor

Número total de vagas anuais:

Ano 2022: 341 vagas

Ano 2023: 341 vagas.

Autorização do Curso: autorizado pelo parecer nº CNE/CES 0259/2004 em 16/9/2004, pela portaria/MEC nº 3.635, publicada no Diário Oficial da União de 10/11/2004. Autorizado pelo CONSUP/CLARETIANO de 05/02/2004.

Início de Funcionamento: 01/02/2019

Data do Reconhecimento do curso: Reconhecido pela Portaria MEC nº 232 de 28/06/2011, publicada no Diário Oficial da União de 29/06/2011.

Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 913 de 27/12/2018 - publicada no D.O.U. de 28/12/2018, seção I, pág. 134.

Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade): 2021, nota 4

Carga horária total do curso: 2000 horas

Sistema de organização: A distância

Tempo de Integralização em anos/semestres: Mínimo: 3 anos (6 semestres) / Máximo 5 anos (10 semestres)

OBS: A carga horária e a integralização vigentes neste Projeto Político Pedagógico estão respaldadas pela Resolução CNE/CP nº 2, de 30 de agosto de 2022, que altera o Art. 27 da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). De acordo com a Resolução supracitada e/ou vigente, serão realizadas as alterações de carga horária e integralização em tempo oportuno, seguindo as prerrogativas das legislações da área de formação de professores, de acordo com o Ministério da Educação.

Polos de Oferta:

2022: Polos Claretianos de Anápolis/GO, Aracajú/SE, Araçatuba/SP, Ariquemes/RO, Assis/SP, Barreiras/BA, Barretos/SP, Batatais/SP, Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Blumenau/SC, Boa Vista/RR, Bragança Paulista/SP, Buritis/RO, Campina Grande/PB, Campinas/SP, Campo Grande/MS, Campos dos Goytacazes, Caraguatatuba/SP, Caruaru/PE, Caxias do Sul/RS, Chapecó/SC, Cruzeiro do Sul/AC, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Diamantina/MG, Divinópolis/MG, Dourados/MS, Feira de Santana/BA, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Foz do Iguaçu/PR, Goianésia/GO, Goiânia/GO, Governador Valadares/MG, Guarapuava/PR, Guaratinguetá/SP, Guarulhos/SP, Ilhéus/BA, Imperatriz/MA, Ipatinga/MG, Jales/SP, Ji-Paraná/RO, João Pessoa/PB, Juiz de Fora/MG, Linhares/ES, Macaé/RJ, Macapá/AP, Maceió/AL, Manaus/AM, Marabá/PA, Maringá/PR, Mauá/SP, Mogi das Cruzes/SP, Mossoró/RN, Natal/RN, Normandia/RR, Osasco/SP, Palmas/TO, Passo Fundo/RS, Passos/MG, Pelotas/RS, Perus/SP, Petrolina/PE, Petrópolis/RJ, Poços de Caldas/MG, Porto Alegre/RS, Porto Velho/RO, Pouso Alegre/MG, Presidente Prudente/SP, Recife/PE, Ribeirão Preto/SP, Rio Branco/AC, Rio Claro/SP, Rio de Janeiro/RJ, Rio Verde/GO, Rondonópolis/MT, Rorainópolis/RR, Salvador/BA, Santa Cruz do Sul/RS, Santarém/PA, Santo André/SP, Santos/SP, São Carlos/SP, São Francisco do Guaporé/RO, São José do Rio Preto/SP, São José dos Campos/SP, São Luís/MA, São Miguel do Guaporé/RO, São Miguel Paulista/SP, São Paulo/SP, Serra Talhada/PE, Sinop/MT, Sorocaba/SP, Taguatinga/DF, Teresina/PI, Uberaba/MG, Uberlândia/MG, Vilhena/RO, Vitória/ES, Vitória da Conquista/BA e Volta Redonda/RJ

2023: Polos Claretianos de Anápolis/GO, Aracajú/SE, Araçatuba/SP, Assis/SP, Barreiras/BA, Barretos/SP, Batatais/SP, Bauru/SP, Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Blumenau/SC, Boa Vista/RR, Bragança Paulista/SP, Buritis/RO, Campina Grande/PB, Campinas/SP, Campo Grande/MS, Campos dos Goytacazes, Caraguatatuba/SP, Caruaru/PE, Caxias do Sul/RS, Chapecó/SC, Cotia/SP, Criciúma/SC, Cruzeiro do Sul/AC, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Diamantina/MG, Divinópolis/MG, Duque de Caxias/RJ, Feira de Santana/BA, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Foz do Iguaçu/PR, Goianésia/GO, Goiânia/GO, Governador Valadares/MG, Guarapuava/PR, Guaratinguetá/SP, Guarulhos/SP, Ilhéus/BA, Imperatriz/MA, Ipatinga/MG, Jales/SP, Ji-Paraná/RO, João Pessoa/PB, Juiz de Fora/MG, Linhares/ES, Londrina/PR, Macaé/RJ, Macapá/AP, Maceió/AL, Manaus/AM, Marabá/PA, Maringá/PR, Mauá/SP, Mogi das Cruzes/SP, Montes Claros/MG, Mossoró/RN, Natal/RN, Niterói/RJ, Normandia/RR, Osasco/SP, Palmas/TO, Passo Fundo/RS, Passos/MG, Pelotas/RS, Perus/SP, Petrolina/PE, Petrópolis/RJ, Poços de Caldas/MG, Ponta Grossa/PR, Porto Alegre/RS, Porto Velho/RO, Pouso Alegre/MG, Presidente Prudente/SP, Recife/PE, Ribeirão Preto/SP, Rio Branco/AC, Rio Claro/SP, Rio de Janeiro/RJ, Rio Verde/GO, Rondonópolis/MT, Rorainópolis/RR, Salvador/BA, Santa Cruz do Sul/RS, Santarém/PA, Santo André/SP, Santos/SP, São Bernardo do Campo/SP, São Carlos/SP, São Francisco do Guaporé/RO, São José do Rio Preto/SP, São José dos Campos/SP, São Luís/MA, São Miguel do Guaporé/RO, São Miguel Paulista/SP, São Paulo/SP (Campo Limpo), São Paulo/SP, Serra/ES, Sinop/MT, Sorocaba/SP, Taguatinga/DF, Teresina/PI, Três Lagoas/MG, Uberaba/MG, Uberlândia/MG, Vila Velha/ES, Vilhena/RO, Vitória/ES, Vitória da Conquista/BA e Volta Redonda/RJ.

Coordenação de Curso:

Nome: Renato de Oliveira Violin

Titulação do Coordenador: Mestre

Mini Currículo: Bacharel em Sistemas de Informação pelo Centro Universitário Claretiano (2004-2007) e Mestre em Ciência da Computação pela Universidade Federal de São Carlos (2008-2010).

Sumário

1. APRESENTAÇÃO/ INTRODUÇÃO.....	9
2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.....	9
2.1. Congregação dos Missionários Claretianos: Visão Histórica.....	10
2.2. Claretiano - Centro Universitário de Batatais: Visão Histórica	11
2.3. Educação a Distância do Claretiano: visão histórica.....	12
3. MISSÃO DO CLARETIANO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BATATAIS.....	15
4. CURSO LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO: HISTÓRIA, CONCEPÇÃO E EMBASAMENTO LEGAL	16
4.1. Curso de Formação Pedagógica em Computação.....	17
4.2. Curso de Segunda Licenciatura em Computação.....	18
4.3. Missão e Filosofia do Curso de Licenciatura em Computação.....	19
5. IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI NO ÂMBITO DO CURSO.....	19
6. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO E VAGAS.....	21
6.1. Contextualização e características socioeconômica e demográficas das regiões dos Polos: presença do Curso de Licenciatura em Computação.....	22
7. PERFIL.....	22
7.1. Perfil Ingressante (público que inicia o curso).....	23
7.2. Perfil Inicial (1º. Ano).....	23
7.3. Perfil Intermediário (2º. e 3º. anos)	23
7.4. Perfil Egresso (último ano do curso).....	24
8. OBJETIVOS.....	24
8.1. Objetivos Iniciais.....	25
8.2. Objetivos Intermediários.....	25
8.3. Objetivos Egresso.....	25
9. COMPETÊNCIAS.....	26
10. ATRIBUIÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO.....	27
11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	27
11.1 Matriz Curricular.....	29
11.2. Detalhamento da Matriz Curricular (2022 a 2025).....	30
11.3. Carga Horária de Atividades Didáticas (Componentes Curriculares, Cargas Horárias: presencial, a distância, prática e teórica).....	32
11.4. Disciplina Língua Brasileira de Sinais.....	32
11.5. Políticas de Educação Ambiental.....	33
11.6. Políticas para as Questões Étnico-raciais	33
11.8. Educação em Direitos Humanos.....	34
11.9. Disciplina Optativa de Formação.....	35
11.10. Atividades Prática de Ensino.....	40
11.11. Integração com as Redes Públicas de Ensino.....	40
12. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA DAS DISCIPLINAS DO CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO.....	40
12.1. Considerações acerca das Bibliografias Básicas e Complementares.....	55

13. UNIFICAÇÃO DOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (CLARETIANO – REDE DE EDUCAÇÃO)	55
14. PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS E MODALIDADE.....	56
14.1. Modalidade a Distância.....	58
14.2. Sistema Gerenciador de Aprendizagem – Sala de Aula Virtual.....	59
14.3. Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs	61
14.4. Material Didático Mediacional	63
14.5. Processo de Controle de Produção ou Distribuição de Material Didático (Logística).....	65
15. O CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID-1966	
15.1. Ações de enfrentamento à Pandemia Covid-19: Coordenação de Curso.....	72
16. ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	72
16.1. Formas de Acompanhamento.....	76
16.3. Estágio Supervisionado: relação com a rede de escolas da Educação Básica.....	77
16.4. Estágio Supervisionado: relação teoria e prática.....	79
17. EXTENSÃO CURRICULAR.....	79
17.1. Formas de Acompanhamento.....	81
17.2. Relatórios e Registro das Atividades.....	81
18. PROJETO DE PRÁTICA.....	82
18.1. Formas de Acompanhamento.....	82
18.2. Relatórios e Registro das Atividades.....	83
19. ATIVIDADES COMPLEMENTARES (A.C.).....	83
19.1. Formas de Acompanhamento.....	84
19.2. Relatórios e Registro das Atividades.....	85
20. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	85
20.1. Sistema de autoavaliação do Projeto Político Pedagógico do Curso.....	85
20.2. Avaliação dos processos ensino e aprendizagem	87
21. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	89
21.1. Administração Acadêmica do Curso - Coordenação de Curso.....	89
21.2. Organização Acadêmico Administrativa – Secretaria Geral	91
23. DISCENTES.....	94
23.1. Política de Atendimento ao Discente: apoio pedagógico e mecanismos de nivelamento..	94
23.2. Participação dos alunos em eventos internos, externos e extensão	96
23.3. Acompanhamento Psicopedagógico/ Pradi.....	96
23.4. Egressos.....	97
23.5. Divulgação de trabalhos, produções de alunos e iniciação científica.....	99
23.6. Bolsas de Estudo.....	100
23.7. Política de atendimento ao aluno público-alvo da Educação Especial (PAEE)	101
23.8. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (conforme disposto na Lei 12.764/2012)	103
24. CORPO DOCENTE E DE TUTORES.....	105
24.1. Corpo Docente.....	105

24.1.1. Professor Responsável (EaD) e suas atribuições.....	105
24.2. Tutores.....	106
24.2.1. Tutor a distância e suas atribuições.....	106
25. DEMAIS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS COM/NOS PROCESSOS ENSINO-APRENDIZAGEM.....	107
25.1. Professor Conteudista e suas atribuições.....	107
25.2. Equipe Multidisciplinar.....	107
25.3. Equipes de apoio no polo.....	109
26. PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE COORDENADORES, DOCENTES E TUTORES..	109
26.1. Núcleo Docente Estruturante.....	110
26.2. Colegiado.....	111
27. PLANO DE AÇÃO DO CURSO PARA O QUADRIÊNIO (2022-2025).....	111
24. A ARTICULAÇÃO PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU E GRADUAÇÃO.....	112
25. INSTALAÇÕES GERAIS	113
25.1. Sala da Coordenação	113
25.2. Salas de Aula	113
25.3. Laboratórios de Informática.....	114
26. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
27. ANEXOS.....	117

1. APRESENTAÇÃO/ INTRODUÇÃO

Paulo Freire falava de utopia enquanto ato de denunciar a sociedade naquilo que ela tem de injusta e de desumanizadora e enquanto ato de anunciar a nova sociedade. Denunciar e anunciar são utopias. Precisamos formar seres que sonhem com uma sociedade humanizada, justa, verdadeira, alegre, com participação de todos nos benefícios para os quais todos trabalhamos. Goethe, pensador alemão, dizia que, para que alguém possa ser algo especial, é necessário que outros acreditem que ele é especial. Para construir a utopia, temos que acreditar nela. Ela é fruto de nova sensibilidade ética e estética. Não se trata de uma sensibilidade qualquer. A dimensão ética e estética cria e implode perguntas. A qualidade das perguntas que desencadearão nossos projetos é sensível à delicadeza que a educação deve ter para com o bem. (ALMEIDA E FONSECA JUNIOR, 2000, p. 32-33).

O Projeto Político Pedagógico é uma proposta instituída pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no. 9394/96, sob os artigos 12 (incisos I e IV) e 13 (incisos I e II).

Caracteriza-se por pedagógico porque é instrumento de discussão do ensinar e do aprender, em um processo de formação e de construção de cidadania, e não apenas de preparação técnica para uma ocupação temporal. Também político, porque trata dos fins e valores referentes ao papel da universidade na análise crítica, na transformação social e nas relações entre conhecimento e estrutura de poder e, principalmente, coletivo, uma vez que se constitui e coexiste na participação de seus atores (coordenador, professores, alunos, direção, comunidade escolar) no processo de análise, discussão e tomada de decisão quanto aos rumos que, consciente e criticamente, definem como necessários e possíveis à instituição universitária. (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002).

Para Gadotti (1998, p. 16), “o projeto político pedagógico da instituição está inserido num cenário marcado pela diversidade. Cada instituição é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições [...]. Assim, este projeto busca responder ao ideal de formação pessoal e profissional dos alunos e as demandas do mercado da cidade, região e país.

Nesse sentido, este projeto — como “esboço e linhas ainda não definitivas, uma espécie de convite a pensarmos juntos — professores, tutores, alunos, comunidade escolar — nesta magnífica e provocante tarefa de construir um futuro melhor para todos” (ALMEIDA; FONSECA JUNIOR, 2000, p. 23) — apresenta a proposta de trabalho do Curso de Licenciatura em Computação para a sua implementação no quadriênio 2022-2025 a partir do cenário do Claretiano – Centro Universitário, sua missão e objetivos educacionais; a concepção do curso, perfil do formando/egresso, objetivos e competências; a organização, matriz e conteúdos curriculares; atividades acadêmico científico culturais; prática; estágio; extensão curricular, a organização pedagógica e estrutural do curso, acompanhamento e avaliação; e toda a estrutura física da IES, buscando alcançar e proporcionar uma formação de qualidade e democrática aos futuros licenciados em computação.

2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A universidade conserva, memoriza, integra e ritualiza uma herança cultural de saberes, ideias e valores, que acaba por ter um efeito regenerador, porque a universidade se incumbe de reexaminá-la, atualizá-la e transmiti-la. (ao mesmo tempo em que) gera saberes, ideias e valores, que, posteriormente, farão parte dessa mesma herança. Por isso, a universidade é conservadora, regeneradora e geradora. (Tem, pois,) uma função que vai do passado por intermédio do presente (Morin, 2000, p. 9-10), (da crítica do presente), em direção à humanização, uma vez que o sentido da educação é a humanização, isto é, possibilitar que todos os seres humanos tenham condições de ser partícipes e desfrutadores dos avanços da civilização historicamente construída e comprometidos com a solução dos problemas que essa mesma civilização gerou (PIMENTA; ANATASIOU, 2002, p. 162).

2.1. Congregação dos Missionários Claretianos: Visão Histórica

A Congregação dos Missionários Claretianos, tem como fundador Santo Antônio Maria Claret, que nasceu no dia 23.12.1807, em Sallent, Catalunha, Espanha.

Filho de uma família católica, foi formado nos ensinamentos cristãos e desde criança desejava ser missionário, para levar o anúncio do Evangelho e a salvação a toda a humanidade. Foi ordenado sacerdote no ano de 1835 e sempre levou um estilo de vida missionária: passava de cidade em cidade anunciando o Reino de Deus.

Exerceu várias atividades: missionário apostólico e pregador itinerante em várias regiões, pároco, diretor de escola e promotor da educação, escritor da boa imprensa (falada e escrita), diretor espiritual, fundador de congregação e movimentos, arcebispo de Santiago de Cuba (de 1850 a 1857), confessor real, etc.

Foi perseguido por motivações políticas, apesar de ter sempre evitado envolver-se com ela, pois era um verdadeiro 'apóstolo'. Em função disso, foi exilado na França, onde veio a falecer no dia 24.10.1870, dia em que celebramos sua festa em todas as frentes apostólicas claretianas espalhadas pelo mundo.

Homem de oração e de grande mística, levou uma vida sóbria e austera, totalmente voltada para o serviço à Igreja e, por onde andava, arrastava multidões. Sua santidade foi reconhecida pela Igreja e foi beatificado no ano de 1937 e canonizado no dia 7.5.1950.

Claret foi um homem que trabalhou em várias frentes, sempre sensível ao mais urgente, oportuno e eficaz. Pensava sempre como preparar as pessoas para a missão e como articular iniciativas de formação.

Escreveu várias obras, criou escolas técnicas e agrárias em Cuba, escreveu 15 livros, 81 opúsculos e traduziu outras 27 obras. Foi Presidente do Mosteiro El Escorial (de 1859 a 1868), importante escola espanhola, onde criou uma verdadeira 'universidade eclesiástica'; incentivou a Congregação de Missionários para que trabalhasse com este importante e eficaz meio de evangelização.

Santo Antônio Maria Claret, no seu ideal evangelizador e nas suas andanças missionárias pela Espanha, Ilhas Canárias e outras regiões, percebeu que poderia tornar seu apostolado mais produtivo se conseguisse articular homens desejosos de proclamar a mensagem de Jesus Cristo, unidos em torno de uma congregação religiosa.

Assim, em 16.7.1849, na cidade espanhola de Vic, na Catalunha, fundou, com mais cinco amigos sacerdotes, a congregação dos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria, cujos membros são conhecidos como Missionários Claretianos.

O objetivo da Congregação é este: anunciar, por todos os meios possíveis, no Serviço Missionário da Palavra, o Evangelho de Jesus Cristo a todo o mundo. Inicialmente ela se dedicou exclusivamente ao serviço missionário e posteriormente foi assumindo outras atividades apostólicas: paróquias, educação (colégios, faculdades, escolas eclesiásticas, formação de leigos, agentes de pastoral e voluntários), missões, meios de comunicação social, obras sociais e promocionais etc.

Atualmente a Congregação Claretiana conta com mais de 3100 missionários, presentes em todos os continentes e em 63 países. No Brasil, ela chegou no ano de 1895, conta atualmente com uns 150 missionários e está presente em vários Estados: São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Alagoas, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Distrito Federal e Rondônia.

Seguindo o estilo de Claret, que foi um educador, a Congregação Claretiana assumiu a Educação como um meio de evangelizar e promover a vida. Na área educacional, trabalha em várias atividades: ensino infantil, fundamental, médio e superior. Em vários países trabalha na formação do clero, de religiosos e religiosas e de agentes de pastoral leigos.

Nos cinco continentes (70 países), trabalha com 90 centros educacionais e com mais de 77 mil alunos e conta com a colaboração de mais 467 casas com 2.937 membros (20 bispos,

1 diácono permanente, 132 irmãos, 2.204 sacerdotes, 455 professores, 125 noviços), além de um grande número de funcionários administrativos que colaboram na missão partilhada. Dados de 2022. Disponível em: <http://www.claret.org/en/our-congregation/brief-history/>. Acesso em 10 de junho de 2021).

2.2. Claretiano - Centro Universitário de Batatais: Visão Histórica

O Claretiano é mantido pela EDUCLAR - Ação Educacional Claretiana - que é dirigida pelos Padres Missionários Claretianos, desde 1925, com sede à Rua Dom Bosco, 466, Bairro Castelo, na Cidade de Batatais - SP.

Depois de várias décadas de funcionamento como internato, os Missionários Claretianos decidiram dar nova orientação ao Colégio, transformando-o em um Centro de Ensino Superior, objetivando formar professores e profissionais em geral, com espírito cristão e sólida formação humana.

Partindo do princípio de que a educação é promotora da dignidade da pessoa humana e do seu desenvolvimento integral, a atividade educativa dos Claretianos sempre esteve atenta ao processo histórico da educação no país.

Coerentes com estes princípios, intensificaram-se as reflexões sobre as questões básicas da educação em todos os segmentos da Instituição, visando ao crescimento harmônico de toda a comunidade educativa.

A dedicação dos claretianos à educação superior começou no ano de 1970, com a fundação da Faculdade de Educação Física de Batatais, que abriu as portas para o surgimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "José Olympio".

Posteriormente, as Faculdades Claretianas que contavam com campus nas cidades de Batatais, Rio Claro e São Paulo, transformaram-se em Faculdades Integradas – UNICLAR - União das Faculdades Claretianas. Em março de 2001, a unidade de Batatais obteve o credenciamento do Ministério da Educação, como Claretiano - Centro Universitário.

Em 2005, recebeu o Recredenciamento de Centro Universitário por mais cinco anos, pela Portaria 4.501, de 23 de dezembro de 2005, do Ministério da Educação. (Diário Oficial da União de 13 de janeiro de 2006). Em 2009, recebeu mais uma visita para fins de credenciamento, com processo finalizado a partir da Portaria 516, de 09 de maio de 2012 (publicada no Diário Oficial da União, em 10 de maio de 2012).

Com o objetivo de unificar todas as unidades educativas Claretianas de Educação Básica e Educação Superior, no dia 24 de outubro de 2012, foi lançado o Claretiano – Rede de Educação, de modo a estruturar um modelo de gestão e dar sustentabilidade ao Claretiano.

Durante o processo de estruturação do modelo de gestão, várias dimensões da instituição, a partir de Áreas Temáticas: Administrativo e Financeiro, Comunicação e Marketing, Educação e Ação Pastoral, Gestão Estratégica de Pessoas, Material Didático, Registro e Controle Acadêmico, Responsabilidade Social e Filantropia e Tecnologia da Informação, foram analisadas e estudadas com os objetivos de aprimoramento e unificação de todas as unidades educacionais da Rede, além de estudar o Projeto Educativo, a Missão e ressaltar os princípios que norteariam a organização de todas as instituições em forma de rede. Como resultado desse trabalho, foram propostos sete princípios: SINGULARIDADE, ABERTURA, INTEGRALIDADE, TRANSCENDÊNCIA, AUTONOMIA, CRIATIVIDADE e SUSTENTABILIDADE, todos baseados no Projeto Educativo Claretiano, gerando no ano de 2014 um documento chamado Carta de Princípios.

Também, resultante da estruturação do Claretiano - Rede de Educação, especificamente, a Área Temática Educação e Pastoral, realizou um trabalho de Unificação dos Projetos Político Pedagógicos dos Cursos de Graduação, subsidiado pelo Projeto Educativo Claretiano e pelos princípios de abertura, singularidade, integralidade, transcendência, autonomia, criatividade e sustentabilidade.

Este trabalho teve como dos eixos a unificação e alinhamento das Matrizes Curriculares dos Cursos de Graduação, efetivado a partir da participação dos coordenadores de curso, em reuniões presenciais e por videoconferências, tendo também o apoio de documentos oficiais do Ministério da Educação brasileiro.

A unificação e o alinhamento das Matrizes Curriculares significam que os Cursos de Graduação do Claretiano – Rede de Educação passaram a ter a mesma Matriz Curricular oferecida tanto na modalidade a distância como na presencial. Por exemplo: o Curso de Graduação em Administração – Bacharelado tem uma Matriz Curricular – conjunto de disciplinas, para ser oferecida em ambas as modalidades nas diversas Unidades Educativa de Educação Superior do Claretiano – Rede de Educação.

Assim, como um dos principais resultados da criação do Claretiano – Rede de Educação partir de 2015, todos os cursos de graduação do Claretiano são ofertados com Projetos Político-Pedagógicos e (PPPC) matrizes curriculares unificados e articulados, originados da criação do Claretiano – Rede de Educação, em 2012. Todas as matrizes curriculares foram concebidas com quatro disciplinas por semestre, sendo duas disciplinas de 60 horas e duas de 90 horas, considerando tempo de integralização e carga horária mínimos; disciplinas institucionais, centro de formação de professores, optativas de formação, das áreas de gestão, saúde, informática e engenharias; ementas; quantidade de disciplinas ofertadas e carga horária por semestre; e tempo mínimo de horas dos demais componentes curriculares. Cabe salientar que na época, 67 cursos passaram pelo processo de unificação, totalizando 134 Matrizes Curriculares unificadas, que estão sendo implantadas desde o ano de 2015. Atualmente, todos os novos cursos da Instituição são concebidos, organizados e implementados considerando esta política.

Em 22 de outubro de 2013, foi publicada a Portaria nº 526, de 21 de outubro de 2013, que alterou a denominação para Claretiano – Centro Universitário.

Em 2020, o Claretiano – Centro Universitário foi Recredenciado pela Portaria 113 de 23/01/2020, publicado no DOU em 27/01/2020, com prazo de validade até 26/01/2025.

No ano de 2020, o Claretiano inicia a oferta da Extensão Curricular, de acordo com a Resolução 7/2018, nos Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, Fotografia e Produção de Conteúdos Digitais. No ano de 2022, a oferta estende-se a todos os Cursos Superiores de Tecnologia e em 2023, já está implantado em todos os cursos da instituição.

Atualmente, o Claretiano oferece cursos de graduação (presencial e a distância) nas áreas da Educação, Teologia, Saúde, Engenharias, Administração, Tecnologia e Social, articuladas com as atividades de pesquisa e extensão, além de uma gama de cursos de pós-graduação - especialização nessas áreas.

2.3. Educação a Distância do Claretiano: visão histórica

A trajetória histórica da educação a distância do Claretiano - Centro Universitário nos remete ao século XX, especificamente no ano de 1997, com um programa televisivo denominado de “O assunto é...”, veiculado mensalmente pela Rede Vida de Televisão em rede nacional. O programa visava informar a população a respeito de assuntos ligados à área da Saúde, especificamente Fisioterapia, tendo sido exibido durante três anos.

Em 1998, a Ação Educacional Claretiana, mantenedora do Claretiano - Centro Universitário e das Faculdades Integradas Claretianas, começou a desenvolver estudos e pesquisas a respeito da aplicação de recursos tecnológicos na educação. Em princípio foram desenvolvidos ambientes de sala de aulas virtuais, com o objetivo de serem um complemento pedagógico aos cursos presenciais. As salas de aula virtuais foram implementadas no Claretiano - Centro Universitário de Batatais em 2002.

Reconhecendo a Educação a Distância como uma modalidade de democratização de acesso ao ensino, flexibilidade de estudos e favorecimento do desenvolvimento da autonomia dos educandos, o Claretiano - Centro Universitário, em 2002, começou a sinalizar a oferta de uma parte das disciplinas dos cursos reconhecidos na modalidade a distância (cerca de 10%, conforme autorizado na época pela Portaria no 2.253 de 18/10/01, publicada no DOU de 19/10/2001, que facultava a oferta de até 20% das disciplinas dos cursos reconhecidos na modalidade de Educação a Distância).

Então no ano 2002, o Claretiano inicia o Projeto de Disciplinas em Educação a Distância (20%) na Graduação Presencial no Curso de Complementação Pedagógica, oferecendo uma parte de suas disciplinas na modalidade a distância conforme autorizado pela referida Portaria (atualmente revogada pela Portaria no. 4.059, de 10 de dezembro de 2004).

Para viabilizar e dar suporte à implementação das disciplinas e também de tecnologias alternativas em programas e projetos educativos, a distância, na graduação, pós-graduação e extensão, foi utilizada a ferramenta EDUCLAD e também criado o Núcleo de Ensino a Distância (NEAD).

Com os primeiros encaminhamentos dados à graduação, (Art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), o Claretiano (sob a responsabilidade da Coordenadoria de Pós-Graduação), iniciou os estudos da proposta de cursos a distância a partir das áreas de Fisioterapia, Educação Física e Educação.

No ano de 2002, foi iniciado o estudo da proposta de oferta dos cursos de Licenciatura em Filosofia e Computação (ambos graduação) e solicitada em dezembro de 2002, junto ao Ministério da Educação uma visita in loco para avaliação dos mesmos e credenciamento institucional para atuação em graduação a distância.

No início do ano de 2003, dando continuidade ao Projeto de Disciplinas em Educação a Distância (20%) na Graduação Presencial, o Claretiano - Centro Universitário, abre espaço nos cursos de graduação reconhecidos como: Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Pedagogia: Administração Escolar, Licenciatura em Letras Português/Inglês, Fisioterapia e Licenciatura em Filosofia, para as disciplinas Comunicação e Expressão, Metodologia da Pesquisa Científica e Sociologia da Educação, serem oferecidas na modalidade a distância. A continuidade desse Projeto coincide com a criação da Coordenadoria de Educação a Distância (CEAD), antigo Núcleo de Ensino a Distância (NEAD) e do Projeto Sala Virtual, para o apoio às disciplinas presenciais dos cursos de graduação e pós-graduação.

O ano de 2004, o Claretiano - Centro Universitário foi marcado por algumas ações que deram apoio e fortalecimento a modalidade a distância ao seu contexto educacional. Em março do mesmo ano, teve início as ofertas de Cursos de Pós-graduação a distância: Educação Especial, Educação Infantil e Alfabetização e Nutrição e Condicionamento Físico. Ainda neste período foi implantada a ferramenta Blog para orientação de monografias nos cursos de Graduação; também a introdução da disciplina de Tecnologia Educacional para Educação a Distância, como suporte de nivelamento junto a todos os alunos dos cursos de graduação reconhecidos ou não. Conjuntamente com o desenvolvimento da plataforma EDUCLAD, o Claretiano continuou investindo na capacitação de seus docentes, sempre ministrada por integrantes da Coordenadoria de Educação a Distância (CEAD).

No mês de maio de 2004, o Claretiano - Centro Universitário recebeu a visita in loco do Ministério da Educação, sob a responsabilidade dos professores Luiz Valter Brand Gomes, da Universidade Federal Fluminense e José Dimas d'Ávila Maciel Monteiro, da UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina, para avaliar os cursos de Licenciatura em Filosofia e de Licenciatura em Computação a distância. Tanto a estrutura criada para a oferta dos cursos, quanto os projetos pedagógicos dos mesmos, foram muito bem avaliados. Como todas as ofertas, até então, eram avaliadas curso a curso, estava previsto, para o segundo semestre de 2004, outra visita in loco para avaliar os cursos de Pedagogia e Letras a distância.

No final de 2004, pela Portaria no. 3.635, de 9 de novembro de 2004, o Claretiano - Centro Universitário é credenciado (Ministério da Educação) pelo prazo de três anos para a oferta de cursos superiores a distância, no estado de São Paulo. De modo inédito, esta portaria é emitida contemplando a autonomia universitária à Instituição.

A partir desta portaria, o Claretiano - Centro Universitário, abre em 2005 suas atividades na modalidade a distância a partir dos seguintes cursos de Graduação (Complementação Pedagógica, Licenciatura em Computação, Licenciatura em Letras, Licenciatura em Filosofia, Licenciatura em Pedagogia com ênfase nas áreas de Educação e Séries Iniciais, e Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Administração, orientação e Supervisão) e Pós-Graduação (Gestão Ambiental, Psicopedagogia no Processo Ensino Aprendizagem, Psicopedagogia: Abordagem Clínica dos Processos de Aprendizagem, Educação Infantil e Alfabetização, Educação Especial, Metodologia da Língua Portuguesa e Direito Educacional).

Ainda no ano de 2005, o Claretiano foi avaliado para oferta de seus cursos superiores a distância em outras unidades da federação, visto que seu credenciamento institucional limitava suas ações em Educação a Distância no território paulista. Resultado deste processo é a Portaria nº 557, de 20 de fevereiro de 2006 (publicada no D.O.U. em 21 de fevereiro de 2006) que autoriza o Claretiano - Centro Universitário a estabelecer parcerias com instituições para realização de momentos presenciais, ofertando seus cursos a distância em pólos em outras unidades da federação.

Continuando seu projeto de implantação de cursos de graduação a distância, a partir de 2006 nascem novos cursos em Educação a Distância no Claretiano. São oferecidos os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Planejamento Administrativo e Programação Econômica (PAPE) e Programa Especial de Formação Pedagógica (nas áreas de Filosofia, Matemática, Letras e Biologia).

Em 2007, novos cursos são oferecidos pelo Claretiano, somados àqueles oferecidos anteriormente. São eles: Teologia, Ciências da Religião, Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos, Tecnólogo em Logística e Tecnólogo em Gestão Financeira (antigo Planejamento Administrativo e Programação Econômica, sendo renomeado em função da publicação do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia). Além dos cursos de Graduação presenciais e a distância, o Claretiano oferece cursos de Especialização na modalidade a distância e a distância com encontros presenciais, e cursos de extensão a distância.

Em 2008, os cursos de Licenciatura em História, Geografia, Artes e Ciências Sociais passaram a integrar o grupo de cursos ofertados a distância pelo Claretiano - Centro Universitário. Em 2009, os cursos de Licenciatura em Educação Física e mais dois tecnólogos na área de informática.

Em 2010, foi finalizado o processo de Supervisão pela Nota Técnica no. 03/2011/CGS, DRE SEAD/SEED/MEC e Secretaria de Educação a Distância – Despacho do Secretário em 04/01/2011 (Arquivamento do Processo de Supervisão, após visita in loco dos avaliadores designados pela SEED), publicado no Diário Oficial da União em 07/01/2011. Assim sendo, o processo retomou seu trâmite normal para o Recredenciamento desta modalidade.

Em 2011, o Claretiano – Centro Universitário recebeu o reconhecimento dos cursos: Administração, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Artes, Ciências Contábeis, Ciências da Religião, Educação Física, Filosofia, Geografia, História, Letras, Teologia, Tecnologia em Gestão TI, Tecnologia em Logística, Tecnologia em Recursos Humanos e Tecnologia em Gestão Financeira (Diário Oficial da União Nº 159/2011); Licenciatura em Computação e Filosofia (Diário Oficial da União Nº 123 /2011) e Licenciatura em Pedagogia (Diário Oficial da União Nº 95 /2011).

Em 2012, foi iniciada a oferta dos seguintes cursos: Engenharia (Engenharia de Produção); Saúde (Educação Física – Bacharelado); Formação de Professores (Biologia; Matemática); Programa Especial de Formação Pedagógica (Artes - Educação Artística;

Computação; Geografia; História; Matemática; Química); Gestão Pública (Curso Superior de Tecnologia).

Em 2014, começa a fazer parte a oferta dos cursos de Engenharia Elétrica, Enfermagem, Serviço Social e Música (licenciatura).

A partir de 2016, foi realizada a reformulação nos cursos do Programa Especial de Formação Pedagógica, referentes à Resolução nº 2, de 26 de junho de 1997 (CNE - publicada no D.O.U. de 15/7/97 - seção 1 - p.14.926) ofertados no Claretiano - Centro Universitário desde o ano de 2006, nas áreas de Biologia, Língua Portuguesa, Matemática e Filosofia) e os de segunda licenciatura desde 2009, estes últimos com a entrada como portador de título, nas áreas de Biologia, Língua Portuguesa, Matemática, Filosofia, Pedagogia), em atendimento à Resolução 02 de julho de 2015, sendo oferecidos dois cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e um curso de segunda licenciatura, ligados às licenciaturas já existentes na instituição.

Em 2017, acrescenta-se a oferta dos cursos: Filosofia – Bacharelado; Biblioteconomia - Bacharelado; Curso Superior de Tecnologia em Serviços Jurídicos e Notariais e Teologia, em 4 anos (até 2016, integralizado em 3 anos).

Em 2018, inicia-se os Cursos Superiores de Tecnologia em Gastronomia, Gerontologia, Gestão de Franquias, Gestão de Micro e Pequenas Empresas, Processos Gerenciais e Relações Internacionais – Bacharelado. Em 2019, há o início da oferta dos cursos de Museologia e Psicopedagogia – Bacharelados e Cursos Superiores de Tecnologia em Marketing Digital e Análise de Dados.

No ano de 2020, o Claretiano oferta os cursos de Formação Pedagógica e Segunda Licenciatura após a atualização, segundo a Resolução 2/2019, republicada em abril de 2020.

Em 2021, iniciam-se as ofertas das graduações: Curso Superior e de Tecnologia em Fotografia e o Curso Superior e de Tecnologia em Produção de Conteúdos Digitais.

Toda proposta da Modalidade a Distância se caracteriza e funciona em consonância com a Missão, o Projeto Educativo, Político Pedagógico Institucional, com o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Claretiano - Centro Universitário e com as legislações referentes a Educação a Distância (DECRETO Nº 9.057, DE 25 DE MAIO DE 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; PORTARIA NORMATIVA No - 11, DE 20 DE JUNHO DE 2017, que estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto no 9.057, de 25 de maio de 2017, Decreto 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e com as regulamentações de credenciamento institucional para a modalidade).

Cabe salientar que a modalidade presencial continua com a oferta de carga horária ead de acordo com as prerrogativas Portaria nº 2.117, de 6/12/2019 (em vigor), de acordo com o Art. 2º: As IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso, sendo uma oportunidade para o aluno experimentar e ter contato com a modalidade a distância.

A Educação a Distância do Claretiano - Centro Universitário por meio dos seus Polos de Apoio Presenciais está presente em todos os estados da federação. É ainda fornecedora de tecnologias, recursos didáticos, assessoria pedagógica e acadêmica a universidades de países como a Colômbia, Argentina e Nigéria, além de outros convênios nacionais e internacionais. É parte integrante da Rede de Cooperação Interinstitucional de EaD junto à Universidade de São Paulo - USP, Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP e o Centro Universitário Barão de Mauá.

3. MISSÃO DO CLARETIANO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BATATAIS

A Missão do Claretiano consiste em formar a pessoa para o exercício profissional e para o compromisso com a vida, mediante o seu desenvolvimento integral, envolvendo a investigação da verdade, o ensino e a difusão da cultura, inspirada nos valores éticos e cristãos e no carisma Claretiano que dão pleno significado à vida humana. (PROJETO EDUCATIVO, 2012, p. 17).

Para que a missão se concretize pedagogicamente o Claretiano assume uma postura aberta, dinâmica e sensível, buscando responder às necessidades e expectativas dos contextos externo (socioeconômico e cultural) no qual ela está inserida e interno (da própria Instituição).

No ano de 2011, no XV Encontro da CECLAB (Comissão de Educadores Claretianos do Brasil), todas as unidades de educação da Província Claretiana do Brasil vivenciaram momentos de partilhas das experiências concretizadas pelos educadores claretianos da Educação Básica e Superior, bem como a reflexão dos fundamentos antropológicos, filosóficos e teológicos que norteiam o trabalho pedagógico. Dessa foi identificada a necessidade de sistematizar e propor um Projeto Educativo único que nortearia o trabalho dos educadores claretianos.

Em 2012, foi lançada a versão do Projeto Educativo para todas as unidades educativas Claretianas (com a anuência dos missionários Claretianos durante o 2º. Capítulo da Província do Brasil), revisado e único, que lançou os fundamentos para a compreensão do modo de educar segundo o espírito claretiano.

No ano de 2020 foi iniciado o processo de ajustes e atualização do Projeto Educativo. Este trabalho encontra-se em curso, encaminhado pelo Conselho Executivo da Comissão dos Educadores Claretianos do Brasil.

Assim, o Projeto Educativo/Missão tem e vem inspirando todo o trabalho pedagógico/administrativo/acadêmico do Claretiano, que também, orientado pelas políticas educacionais de âmbito nacional e necessidades regionais de seu entorno, tem sido concebido, por todos os segmentos envolvidos no seu processo de implementação, como um elemento permanente de apoio, reflexão e análise para a formação humana de nossos alunos.

4. CURSO LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO: HISTÓRIA, CONCEPÇÃO E EMBASAMENTO LEGAL

A concepção do Curso de Licenciatura em Computação, tem como subsídios o Projeto Educativo Claretiano (PEC), o Projeto Político Pedagógico Institucional, o Plano de Desenvolvimento Institucional (2020-2024) Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional); Portaria 3.635/04 (Credenciamento Institucional para oferta de EaD); Portaria 684/17 (Recredenciamento Institucional para oferta de EaD); Resolução CNE/CES nº 5, de 16 de novembro de 2016, Resolução 1/2021 (Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica), Resolução CNE/CP 01/04 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena); Lei 9.795/99, Decreto 4.281/02 e Resolução CNE/CP 02/12 (Políticas e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental); Art. 66 da Lei 9.394/1996 (Titulação do corpo docente); Resolução CONAES 01/10 (Núcleo Docente Estruturante – NDE); Decreto 5.296/04 (que trata das condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida); Decreto 5.626/05 (Disciplina de Libras); Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei 12.764/12; Parecer CNE/CP 08/12, Resolução CNE/CP 01/12 (Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos), Resolução 7/2018 (Extensão Universitária).

O Projeto Político Pedagógico do curso se alinha com as diretrizes curriculares nacionais e legislação referentes à formação dos licenciados em computação, com proposta

curricular integralizada em 6 semestres em 3 anos, com a carga horária total de 2890h. A implementação das políticas institucionais, no âmbito do curso, ocorreram desde a concepção do Projeto Político Pedagógico, que permeada pela Missão Institucional, pelo Projeto Educativo Institucional e pelo Plano de Desenvolvimento Institucional, buscam a formação de profissionais com domínio de conhecimentos e habilidades para atuar na análise e desenvolvimento de sistemas usando diversas linguagens de programação, escolhidas para compor a matriz curricular do curso a partir das tendências atuais do mercado e a demanda do setor produtivo

O Curso de Licenciatura em Computação do Claretiano - Centro Universitário, além de discutir o perfil profissiográfico, as competências para a formação dos perfis e os objetivos e conteúdos que incorporam as competências, também possui uma proposta curricular capaz de valorizar a construção do conhecimento do aluno no processo de ensino aprendizagem. Por meio dos projetos de extensão universitária, estágio supervisionado, participações em Ações Sociais, o curso busca ser elemento da ação de equilibrar os investimentos na melhoria da qualidade do ensino, na investigação científica e nas ações extensionistas e comunitárias. Cumpre também por meio dessas ações o papel de buscar a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão incorporando o desenvolvimento das atividades de Iniciação Científica com a criação de novos projetos dentro de linhas de pesquisa pré-estabelecidas pela Instituição e investimentos em promoção de eventos científicos e em criação de meios de publicação científica destinados a professores e alunos.

No Curso de Licenciatura em Computação do Claretiano - Centro Universitário, ao organizar a prática educativa, os professores buscaram construir a aprendizagem significativa nos alunos, isto significa ressignificar os conteúdos em conceitos, procedimentos e atitudes, enfatizando assim, a responsabilidade com a formação global do aluno (pensar, agir, sentir), e caráter interdisciplinar. Assim, a proposta do Curso, baseada no Projeto Educativo Institucional. O Claretiano - Centro Universitário reordena a todo o momento suas ações e reitera sua vocação expressa na missão institucional, voltando-se essencialmente às necessidades da formação humana e profissional e de prestação de serviços comunitários.

4.1. Curso de Formação Pedagógica em Computação

De acordo com a Resolução CNE/CP 2 de 20/12/2019, republicada em 15/04/2020, quanto ao curso Formação Pedagógica para Graduados (não Licenciados), é determinado:

Art. 21. No caso de graduados não licenciados, a habilitação para o magistério se dará no curso destinado à Formação Pedagógica, que deve ser realizado com carga horária básica de 760 (setecentas e sessenta) horas com a forma e a seguinte distribuição:

I - Grupo I: 360 (trezentas e sessenta) horas para o desenvolvimento das competências profissionais integradas às três dimensões constantes da BNC-Formação, instituída por esta Resolução.

II - Grupo II: 400 (quatrocentas) horas para a prática pedagógica na área ou no componente curricular.

1o. Semestre- Fevereiro	Sem.	C. H.	C. H. Grupo I	C. H. Grupo II

		Total do Componente		Prática Pedagógica no Componente Curricular
Base Nacional Comum Curricular (BNCC): história, concepção, política e referenciais pedagógicos	1	60	60	0
Sistemas Operacionais	1	130	30	100
Produção de Materiais Instrucionais	1	160	60	100
Algoritmos e Programação	1	60	60	0
Inteligência Artificial	1	130	30	100
Interface Humano Computador e Programação para Web	1	160	60	100
Docência: Conhecimento, Prática e Engajamento Profissional	1	60	60	0
Total		760	360	400
Grupo I	1 ao 4	-	360	-
Grupo II - Prática Pedagógica no Componente Curricular	1 ao 4	-	-	400
Total		760		

4.2. Curso de Segunda Licenciatura em Computação

De acordo com a Resolução CNE/CP 2 de 20/12/2019, republicada em 15/04/2020, quanto ao curso de Segunda Licenciatura, é determinado:

Art. 19. Para estudantes já licenciados, que realizem estudos para uma Segunda Licenciatura, a formação deve ser organizada de modo que corresponda à seguinte carga horária:

I - Grupo I: 560 (quinhentas e sessenta) horas para o conhecimento pedagógico dos conteúdos específicos da área do conhecimento ou componente curricular, se a segunda licenciatura corresponder à área diversa da formação original.

II - Grupo II: 360 (trezentas e sessenta) horas, se a segunda licenciatura corresponder à mesma área da formação original. (este grupo não é oferecido – Motivo, próximo slide)

III - Grupo III: 200 (duzentas) horas para a prática pedagógica na área ou no componente curricular, que devem ser adicionais àquelas dos Grupos I e II.

No Claretiano - Centro Universitário a Segunda Licenciatura é ofertada com um total de 760 horas, considerando os itens I e III (560 horas: 7 disciplinas e 200 horas de prática pedagógica).

1o.Semestre - Fevereiro	Sem.	C.H.	C. H. Grupo I	C. H. Grupo III Prática Pedagógica no Componente Curricular
Base Nacional Comum Curricular (BNCC): história, concepção, política e referenciais pedagógicos	1	60	60	0
Sistemas Operacionais	1	90	90	0
Produção de Materiais Instrucionais	1	190	90	100
Algoritmos e Programação	1	90	90	0
Inteligência Artificial	1	190	90	100

Interface Humano Computador	1	80	80	0
Programação para Web	1	60	60	0
Total	-	760	560	200
Grupo I	1	-	560	-
Grupo III - Prática Pedagógica no Componente Curricular	1	-	-	200
Total			760	

4.3. Missão e Filosofia do Curso de Licenciatura em Computação

O Curso de Licenciatura em Computação do Claretiano - Centro Universitário foi concebido a partir do Projeto Educativo Institucional, considerando o princípio de que a educação é promotora da dignidade da pessoa humana e do seu desenvolvimento integral, sempre atenta ao processo histórico da educação no país.

O Curso de Licenciatura em Computação do Claretiano - Centro Universitário, tem como missão: propiciar uma formação com autonomia intelectual e bom desenvolvimento tecnológico, refletindo sobre a prática e sobre a importância da formação continuada dos atores envolvidos, para que ocorra a formação integral de seu aluno. Em outras palavras, o objetivo maior do Centro Universitário Claretiano é alcançar um plano de excelência de formação superior, possibilitando aos futuros analistas de dados um adequado preparo profissional para o mercado de trabalho, sem perder de vista a valorização dos seres humanos e seu desenvolvimento integral.

5. IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI NO ÂMBITO DO CURSO

O Claretiano Centro Universitário de Batatais integra o Claretiano Rede de Educação e está sob a manutenção da Ação Educacional Claretiana. Seu modelo de gestão e todas suas atividades são subsidiados pela Missão, Projeto Educativo Claretiano (PEC, 2012), Carta de Princípios (2014) e pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (2020/2024). As políticas institucionais estão estruturadas para orientar as ações pedagógico/administrativas do Curso de Licenciatura em Computação, na tríade ensino-pesquisa-extensão.

Quanto às políticas de Graduação, estão direcionadas pela articulação dos documentos supracitados e sua inserção nos Projetos Político Pedagógicos de Cursos (PPPCs) presenciais e a distância, na criação e oferta de novas graduações, inovações e melhorias, visando à excelência de formação. O curso teve início em 01/03/2005, com seu PPPC permeado por inovações e proposições de melhoria constantes, conforme Resolução CONSUP/CEUCLAR nº 14, de 25/06/2018,

Quanto às políticas de Graduação, estão direcionadas pela articulação dos documentos supracitados e sua inserção nos Projetos Político Pedagógicos de Cursos (PPPCs) presenciais e a distância, na criação e oferta de novas graduações, inovações e melhorias, visando à excelência de formação. O curso teve início em 01/03/2005, com seu PPPC permeado por inovações e proposições de melhoria constantes, conforme Resolução CONSUP/CLARETIANO de 05/02/2004; Resolução CNE/CES nº 5, de 16 de novembro de 2016; Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional); Portaria nº 3635/04 de 9 de novembro de 2004 (Credenciamento Institucional para a oferta de Educação a Distância); Parecer CNE/CES nº: 136/2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Computação; Parecer CNE/CP nº 9, de 8/05/2001 e Resolução CNE/CP nº 1, de 18/02/2002

(Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena); Resolução CNE/CP 2/2002 (Carga horária e tempo de integralização das licenciaturas, embora revogada, está em vigor de acordo com as prerrogativas da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015); legislações referentes a Educação a Distância (Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; Portaria Normativa No - 11, de 20 de junho de 2017, que estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto no 9.057, de 25 de maio de 2017, e com as regulamentações de credenciamento institucional para a modalidade, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004), Titulação do corpo docente (Art. 66 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996), Resolução CONAES nº 1, de 17/06/2010 (Núcleo Docente Estruturante - NDE), Decreto nº 5.296/2004 (Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida); Lei nº 12.764/12 (Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista); Decreto nº 5.626/2005 (Disciplina de Libras); Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012 e Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012 (Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos); Lei nº 9.795, de 27/04/99 e Decreto nº 4.281, de 25/06/02 (Políticas de Educação Ambiental).

Em relação às políticas de Pós-graduação, considerando o atual quinquênio do PDI (2020/2024), ofertar novos cursos lato sensu, visando à excelência na formação e expansão territorial da oferta a distância, estão presentes no curso, a partir da Especialização em Gestão de Projetos em TI; Especialização em Engenharia de Software; Especialização em Segurança da Informação; Sistemas de Apoio à Tomada de Decisão - BI; Banco de Dados.

Quanto às políticas de Educação a Distância, melhoria contínua do modelo, ampliação da oferta de cursos via inovação dos recursos didáticos, tecnologias, metodologias e qualificação dos profissionais, aplicação nos polos, o curso nasceu de forma inovadora utilizando-se da modalidade a distância, oportunidade para o aluno experimentar e ter contato com a mesma, considerando as demandas do mundo contemporâneo e do trabalho.

Quanto às Políticas de Pastoral e Ação Comunitária, vem ao encontro da Pastoral Juvenil Vocacional, na promoção de Justiça, Paz e Integridade da Criação (JPIC). O curso articula-se nestas políticas, tendo como premissa a Missão do Claretiano, que é a formação humana e profissional de todos os seus alunos.

Quanto às Políticas de Extensão, vão ao encontro da interação dialógica transformadora entre IES, Estado e Sociedade, a formação dos estudantes e profissionais, e a implementação da Extensão Curricular.

As Políticas de Pesquisa estimulam a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e pensamento reflexivo dos estudantes e futuramente egressos, por meio das ações oriundas do Programa de Iniciação Científica (PIC), da participação do Claretiano em programas governamentais, como o PIBIC-CNPq, da publicação de 7 periódicos científicos (Revista Linguagem Acadêmica, Revista Medicina e Saúde, Revista CONCLAR e Interamericano, Revista ENCIC, Revista Educação a Distância, Revista Educação e Revista Studium) e da realização dos Congressos/Eventos de Pesquisa e Iniciação Científica (ENCIC, CONCLAR e Interamericano).

No que se refere às Políticas de Atendimento ao Discente e Acompanhamento ao Egresso, estas garantem acesso e permanência dos alunos, com ações de acolhida, mecanismos de nivelamento, acompanhamento psicopedagógico, inserção no mundo do trabalho, e acompanhamento de egressos com estudos sistematizados da evolução de carreira e empregabilidade. O curso proporciona um atendimento personalizado, valorizando o aluno como pessoa e futuro profissional, oferecendo apoio acadêmico, psicopedagógico, psicológico e espiritual, a partir do Programa de Atendimento ao Discente (PRADI).

As Políticas de Acessibilidade, Inclusão e Diversidade e de Responsabilidade Social (PDI, 2020-2024) têm oportunizado a inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial no contexto do curso, bem como a promoção e respeito às questões étnico-raciais, culturais, direitos humanos, de gênero e de meio ambiente.

As Políticas de Responsabilidade Social vão ao encontro da inclusão social a partir da concessão de bolsa social (CEBAS) e bolsas próprias e promoção de ações assistenciais envolvendo a IES e a sociedade, buscando parcerias, convênios e acordos de cooperação local, regional e nacional.

No que tange às Políticas de Corpo Docente, Tutores e Técnico/Administrativo, a implementação se dá na formação continuada de gestores, professores, docentes, tutores e do corpo técnico administrativo da IES, visando a melhoria da qualidade do processo ensino aprendizagem.

O Marketing e Comunicação, traduz as políticas na divulgação das atividades de ensino, pesquisa e extensão e articulação de meios e estratégias de relacionamento, com o emprego de Inteligência Artificial, e o fortalecimento da imagem institucional, com inovações em indicadores, mecanismos de avaliação, da marca e seus resultados.

Quanto às Políticas de Registro e Controle Acadêmico vão ao encontro do aprimoramento da sua estrutura em consonância com o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, atendendo à legislação vigente e aos novos padrões de digitalização, o sistema e os procedimentos de emissão de documentação para os cursos, sendo que a parte acadêmica do curso é online e inovadora.

As Políticas de Gestão Administrativa configuram-se no aperfeiçoamento da estrutura institucional, alinhada às exigências da atuação em Rede e boas práticas de gestão da qualidade e sustentabilidade, permeadas pelo Plano de Ação do Coordenador.

O Curso de Licenciatura em Computação contempla políticas relacionadas às inovações tecnológicas e aprimoramento dos sistemas de gestão e educacional, da infraestrutura tecnológica e acesso à informação. O curso faz uso do Sistema Gerenciador de Aprendizagem – Sala de Aula Virtual (SGO/SAV), como tecnologia inovadora, no contexto dos processos de ensinar e aprender, apoiado pela: Biblioteca (atualizadas e 100% virtuais); Material Didático (articulado com o PPPC, gerando materiais dinâmicos para a aprendizagem de competências/ perfil do egresso); o SGO/SAV, (práticas didáticas e de gestão mediadas por tecnologias); e os Laboratórios (infraestrutura em laboratórios tanto da Sede e polos, para atender o PPPC).

A Avaliação Institucional traduz as Políticas como ferramenta de gestão, apoiando as tomadas de decisão e instrumentando o Escritório de Projetos e o curso nos processos de melhoria contínua da gestão, envolvendo a comunidade educativa e sociedade, com relatórios para todas as Áreas Estratégicas, articulando com as avaliações externas e Ouvidoria.

O conjunto de políticas voltadas ao ensino, pesquisa e extensão foi concebido para garantir o processo ensino-aprendizagem, enriquecido por recursos tecnológicos e o caráter ativo da aprendizagem. Ao trabalhar de forma dinâmica, coerente com a Missão, Projeto Educativo (PEC), seus Princípios, PPI e PDI, o curso procura garantir de forma inovadora ao aluno uma formação integral da pessoa humana para o exercício profissional e para o compromisso com a vida [...] (PEC, 2012, p. 17), para o atendimento às demandas contemporâneas.

6. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO E VAGAS

É fato que o computador se faz presente no cotidiano da sociedade e em praticamente todas as áreas do conhecimento. Observa-se que o progresso científico e tecnológico cresce de forma acelerada e atinge todas as áreas.

O Curso de Licenciatura em Computação a distância foi criado com o propósito de oferecer formação profissional de qualidade. Além disso, o curso aproxima as grandes distâncias geográficas que impedem interessados em se capacitar ao exercício da profissão.

Nesse sentido, o curso objetiva criar espaços e eventos de aprendizagem que possibilitem aos alunos a construção de conhecimentos relativos às áreas de computação e formação de professores.

O oferecimento do curso na modalidade EaD justifica-se, em primeiro lugar, por poder atender àqueles que não residem próximos de instituição de ensino superior que ofereça o curso. Em segundo lugar, há ainda outros que não conseguem frequentar um curso superior presencial, devido à coincidência do horário de trabalho e período de funcionamento dos cursos. Além disso, muitos outros candidatos têm dificuldades de deslocamento, para frequentarem uma oferta somente presencial, devido aos custos, às possibilidades de transporte e à proximidade geográfica.

6.1. Contextualização e características socioeconômica e demográficas das regiões dos Polos: presença do Curso de Licenciatura em Computação

A presença de um curso superior de Licenciatura em Computação em todas as regiões do Brasil é justificada não só pela importância estratégica da computação e da tecnologia da informação e comunicação para o desenvolvimento do país, mas também pelas oportunidades crescentes de trabalho remoto na área de computação, além da área docente.

Com a pandemia da COVID-19, o trabalho remoto se tornou uma realidade para muitos profissionais de tecnologia em todo o mundo. E essa tendência deve continuar mesmo após a pandemia, já que o trabalho remoto tem se mostrado eficiente, econômico e flexível para muitas empresas.

Isso significa que os profissionais formados em Licenciatura em Computação podem atuar, profissionalmente como consultor em tecnologia, para empresas de todo o país ou até mesmo do mundo, sem precisar se deslocar fisicamente para o local de trabalho. Isso amplia significativamente as oportunidades de emprego para esses profissionais e contribui para a redução das desigualdades regionais.

Além disso, o trabalho remoto também permite que esses profissionais possam atuar como freelancers ou empreendedores individuais, prestando serviços de consultoria em dados ou outras atividades relacionadas à tecnologia para clientes de todo o mundo. Isso pode ser uma alternativa interessante para quem busca uma carreira independente e flexível.

Portanto, a presença do curso superior de Licenciatura em Computação em todas as regiões do Brasil é ainda mais importante considerando as possibilidades de trabalho remoto na área de TI bem como a carência de professores na área da Computação. A formação desses profissionais em todo o país contribui não apenas para o desenvolvimento econômico e social das diferentes regiões, mas também para a formação de uma força de trabalho altamente qualificada e preparada para as demandas da era digital, bem como formar professores em diferentes para atuação nas diferentes regiões do país, as quais carece de profissionais em computação.

7. PERFIL

No PPPC do Curso de Licenciatura em Computação é apresentado o perfil profissional do egresso. Esse perfil é desmembrado em perfis ingressante, inicial, intermediário e do egresso, articulados com os objetivos de cada etapa do curso e competências que conduzem todo o seu trabalho pedagógico, em atendimento aos entornos local, regional e nacional,

visando à formação pessoal e profissional do aluno, subsidiados pelo Projeto Educativo Claretiano e Princípios, Resolução (diretrizes do curso).

7.1. Perfil Ingressante (público que inicia o curso)

O perfil do ingressante (organizado a partir de um questionário sociocultural aplicado no momento do Processo Seletivo), caracterizará a turma iniciante e apresenta dados que norteiam o trabalho dos professores e tutores na condução da formação pessoal e profissional dos alunos.

Especificamente no Curso de Licenciatura em Computação, os ingressantes são egressos do ensino médio ou cursos técnicos de formação profissional, bem como profissionais sem formação, atuantes na área de computação e/ou informática que estão em busca de uma certificação profissional para poder lecionar no ensino básico.

7.2. Perfil Inicial (1º. Ano)

O perfil inicial é proposto ao final do primeiro ano letivo e descreve um aluno interessado em conhecer, adquirir e construir conhecimentos e habilidades pedagógicas e técnicas para atuar na concepção de soluções computacionais de automação de processos educacionais para atender as demandas das instituições de ensino e corporativas; aluno consciente do seu papel social, ético e político como agente transformador da realidade; um aluno capaz de relacionar sua formação teórica às atividades de prática por intermédio da reflexão; autônomo no enriquecimento da sua formação cultural.

O aluno aprenderá como utilizar o computador como um facilitador no processo de construção do conhecimento, além de ter condições para conceber soluções algorítmicas para solucionar problemas computacionais de baixa complexidade. O aluno também conhecerá sobre a lógica computacional e lógica matemática e os sistemas operacionais, que serão fundamentais para o aprofundamento dos conceitos teóricos e práticos estudados ao longo do curso.

7.3. Perfil Intermediário (2º. e 3º. anos)

Ao final do segundo e terceiro ano do curso de Licenciatura em Computação, o aluno será capaz de compreender, refletir, analisar e propor mudanças para melhoria tecnológica, a partir dos fundamentos teóricos associados aos momentos de Prática e Estágio, em instituições de ensino fundamental e médio objetivando a promoção do conhecimento tecnológico na formação de crianças e adolescentes, bem como ser capaz de promover projetos para a formação corporativa; será capaz de implementar soluções computacionais que façam uso de tecnologias orientada a objetos com acesso a banco de dados; será capaz de conhecer e analisar a organização e gestão de sistemas de ensino; será intelectualmente autônomo, na busca e escolha de conhecimentos científico-culturais que complemente e enriqueça sua formação pedagógica; crítico-reflexivo em relação ao contexto educacional e criativo na elaboração de medidas transformadoras dessa realidade

7.4. Perfil Egresso (último ano do curso)

No perfil do egresso é apresentada a caracterização do profissional e pessoa humana que o curso pretende formar para atender os Requisitos para a Apresentação de Propostas de Cursos Novos (APCN), área e também os anseios da Missão e Princípios Claretianos, que é “preparar pessoas íntegras que, optando por um determinado segmento profissional, aceitem submeter-se ao aprendizado científico-técnico-humano para poder desempenhar com eficiência, consistência e integridade as tarefas e obrigações condizentes com o seu dom profissional e com a área que se propõem a trabalhar” (Projeto Educativo Claretiano, p. 16).

No perfil do egresso não se trata de moldar o profissional, mas caracterizar o profissional/pessoa que aceite submeter-se ao aprendizado técnico-científico-humano para poder desempenhar com eficiência, consistência e integridade as tarefas e obrigações condizentes com a sua futura profissão e com a área que se propõe a trabalhar.

O perfil pretendido do egresso para o curso de Licenciatura em Computação do Claretiano, considerando o que prevê a Sociedade Brasileira de Computação (SBC, 2002) e a Resolução CNE/CES nº 5, de 16 de novembro de 2016, é um profissional com consciência ética do gênero humano, que é ser ao mesmo tempo indivíduo/sociedade/espécie, capacitado para o ensino de computação e informática nas diversas modalidades de ensino. Educador apto a produzir e divulgar conhecimentos científicos no campo educacional, a partir de sua formação baseada na reflexão e investigação da prática computacional e pedagógica, caracterizando-se como um professor-pesquisador. Profissional capaz de compreender e estabelecer as conexões de conhecimentos individuais, coletivos, de cidadania e de preservação ambiental e econômica, desenvolvendo reflexões sobre os princípios éticos que regem a sociedade, e, em particular, aqueles da tecnologia da informação; que seja capaz de modelar, especificar, implementar, implantar e validar tecnologias da informação; que seja criativo e inovador na proposição de soluções para os problemas e oportunidades; que expresse ideias de forma clara, empregando técnicas de comunicação apropriadas para cada situação.

O licenciado em Computação poderá atuar como docente na área de computação; desenvolvimento, utilização e avaliação de softwares educacionais, prestação de consultoria e assessoria no âmbito da informática e informática educativa, além de realizar o planejamento e execução de currículos que empregam a computação como suporte e apoio educativo e na produção de materiais instrucionais que utilizam recursos tecnológicos.

O profissional do curso de Licenciatura em Computação também poderá atuar no desenvolvimento de processos de orientação, motivação e estimulação da aprendizagem através do uso do computador, bem como na elaboração e participação em projetos na área de Educação a Distância.

8. OBJETIVOS

Os objetivos elencados no PPPC do Curso de Licenciatura em Computação permeiam a construção do currículo e são concebidos como a concretização das intenções educativas em termos de capacidades, desenvolvidos a partir do planejamento da disciplina pelo professor responsável e colocados em prática a partir dos conteúdos, com apoio do tutor a distância, por meio de estratégias ativas de ensino-aprendizagem, visando à formação humana e profissional do aluno, futuro profissional da área, levando em consideração o perfil profissional do egresso, em atendimento às diretrizes curriculares e entornos regional e nacional, para implementação de práticas atualizadas em computação e ensino de computação. O conjunto dos objetivos considera que a aprendizagem é constante e progressiva, não se sobrepondo ao ritmo de cada

aluno, uma vez que a Missão e Princípios do Claretiano contemplam o futuro profissional como ser único e irrepetível.

O currículo do Curso foi construído para atender aos objetivos propostos, para que cada discente tenha oportunidade de adquirir postura, compromisso político/ético e competência profissional, sendo implementados desde o início do curso, de forma coordenada com os perfis inicial, intermediário e, principalmente, do egresso. Cabe salientar que, a partir da avaliação contínua, o aluno é orientado na construção e incorporação de suas capacidades como futuro licenciado em computação.

O Curso de Licenciatura em Computação tem como objetivo central proporcionar ao discente a oportunidade de adquirir postura e compromisso político/ético e competência profissional dentro do contexto da realidade social, política e humana, sempre norteados pelos Princípios e Carisma Claretiano. Partindo desses pressupostos, os objetivos desdobram-se de cada perfil, permeado pelo egresso.

8.1. Objetivos Iniciais

O Curso Licenciatura em Computação tem como objetivos iniciais levar o aluno a: aplicar conhecimentos sobre a lógica de programação, a lógica matemática e o funcionamento dos sistemas operacionais para conceber soluções mais eficientes para a resolução de problemas computacionais, em linguagem algorítmica, que não consistem em alta complexidade tecnológica e computacional, ou seja, as soluções serão baseadas no uso de estruturas de dados de controle e estruturas de repetição. Também tem como objetivo conhecer as formas de aplicar os recursos computacionais para o auxílio do processo de ensino-aprendizagem.

8.2. Objetivos Intermediários

O Curso Licenciatura em Computação tem como objetivos intermediários levar o aluno a: implementar soluções computacionais nas linguagens de programação C e Java, programação modular e orientada a objetos com acesso a banco de dados para o desenvolvimento de programas de computadores que podem facilitar o processo de ensino-aprendizagem e resolver diversos problemas computacionais básicos do dia-a-dia escolar. Além disso, terá uma visão mais abrangente sobre o ensinar e o aprender, conhecimentos que serão sustentados por teorias cognitivas e métodos que facilitarão a aplicação da tecnologia na educação.

8.3. Objetivos Egresso

O Curso de Licenciatura em Computação tem como objetivos finais levar o aluno a: aplicar os modelos de análise e modelagem de sistemas durante o desenvolvimento de software, possibilitando a concepção de soluções mais formais e compreensíveis, tanto pelo próprio desenvolvedor como por outros que vão dar continuidade e manutenção no sistema, valorizando o processo de desenvolvimento de softwares educacionais e mantendo a documentação do sistema em ordem. Além disso, o aluno deverá considerar as características das redes de computadores envolvidas durante a concepção de seu sistema, com intuito de melhorar o desempenho do sistema com baixo custo computacional e de rede.

O educador formado no curso de Licenciatura em Computação deve ser um profissional que incorpore competências, saberes e habilidades de criatividade, de inovação,

de cooperação, de trabalho em equipe, de gestão, de tomada de decisões, de aquisição e produção de conhecimentos, de expressão e comunicação, não sendo somente reprodutor de conhecimentos já estabelecidos.

Nesse contexto o aluno deverá:

- Ser capaz de atuar na docência e compreender sua prática pedagógica como um processo de aprimoramento contínuo;
- Estabelecer relações entre as áreas do conhecimento e o contexto social que atua;
- Desempenhar um papel transformador da realidade de forma a contribuir para o desenvolvimento da ciência, tecnologia, arte e cultura;
- Promover a formação de cidadãos para uma sociedade fundada no conhecimento, no trabalho e na necessária reflexão sobre valores éticos, de justiça e de integração social.

Desta forma, o curso objetiva ainda a formação de um educador preparado para mobilizar e gerar atitudes, valores e saberes; que contribua como agente capaz de promover um espaço para a interdisciplinaridade, a comunicação e a articulação, entre as diversas disciplinas e áreas do conhecimento do currículo escolar. Além de estar preparado para atuar no processo de intercâmbio social da sua comunidade com senso crítico e cada vez mais consciente de seu papel social e da sua contribuição no avanço científico e tecnológico da sociedade.

Para isso, há um esforço em conjunto para a formação e o desenvolvimento de Competências e Habilidades específicas, da capacitação técnica fundamental e da formação do “Ser Pessoa”, objetivando um profissional competente e com clareza dos seus direitos e deveres perante uma sociedade em constante mudança.

9. COMPETÊNCIAS

Não basta o profissional ter conhecimentos a respeito de seu trabalho. É essencial que saiba mobilizar esses conhecimentos, convertendo-o em ação. Assim, o curso de Licenciatura em Computação abrangerá conteúdos e atividades que constituem bases para a formação do profissional dessa área, capaz de atender o perfil já exposto. Nessa direção, o curso encaminhará seu trabalho pedagógico para que o futuro profissional alcance e possua as competências elencadas para sua profissão.

As seguintes competências devem ser desenvolvidas:

- Compreender os processos educativos e de aprendizagem, de forma a estabelecer relações e integrar a área de computação à ciência da educação, de maneira multidisciplinar, transversal e multidimensional;
- Promover a cultura empreendedora, contribuindo para uma mudança nos paradigmas comportamentais e de atitudes nos contextos educacionais, na perspectiva de desenvolvimento pessoal e profissional;
- Reconhecer e identificar problemas da sociedade humana que possam ser tratados com o suporte computacional de maneira multi, inter e transdisciplinar;
- Usar e selecionar software e hardware adequados às demandas das escolas, instituições de ensino;
- Ser capaz de atuar nos diferentes contextos de ensino formal e não-formal, presencial e a distância;

- Atuar na concepção de soluções computacionais de automação de processos educacionais para atender as demandas das escolas, instituições de ensino e de educação corporativa;
- Atuar com desenvoltura no ambiente educacional (virtual e presencial), dentro de um contexto de valores e habilidade para reflexão crítica abrangente e de forma a promover a aprendizagem e a valorização da vida e das relações pessoais;
- Ser capaz, a partir de um conhecimento sólido em computação e pedagogia, de construir e automatizar, desenvolver e modelar processos educacionais, tais como, projetos de software, integração de ferramentas computacionais de educação, entre outros;
- Especificar software educacional e sistemas de educação à distância, atendendo tanto questões tecnológicas quanto pedagógicas;
- Trabalhar com a educação seja em aspectos de ensino e aprendizagem, seja em aspectos críticos de escolhas de ferramentas e plataformas de hardware/software que melhor se adequar às instituições de ensino;
- Desenvolver processos de orientação, motivação e estimulação da aprendizagem;
- Organizar e administrar laboratórios de informática;
- Desenvolver materiais instrucionais, através da utilização dos recursos tecnológicos disponíveis.

10. ATRIBUIÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO

Os egressos do curso de Licenciatura em Computação podem atuar como docentes no ensino da informática no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Corporativo, além de poderem atuar fora do ambiente escolar como profissionais na área de tecnologia da informação e a trabalharem de forma multidisciplinar junto aos outros professores, apoiando e orientando para que a informática seja utilizada como recurso de aprendizagem e o computador como ferramenta pedagógica.

As áreas de abrangência para o mercado de trabalho do licenciado em Computação do Claretiano possibilitam o profissional a atuar como:

- Docente de informática do Ensino Fundamental e Médio;
- Professor do Ensino Cooperativo no treinamento e qualificação de funcionários;
- Educador em escolas técnicas da área de Computação;
- Consultor em secretarias de educação, instituições de ensino e em empresas;
- Consultor técnico para construção de ambientes de aprendizagem informatizados;
- Desenvolvedor de atividades de pesquisa de tecnologia em informática, de acordo com as últimas tendências do mercado;
- Empreendedor na especificação, avaliação e desenvolvimento de software educacional (virtual e presencial).

11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Computação tem como fundamentos o Projeto Educativo Claretiano (2012) e seus Princípios e está articulada com o PDI (2020-2024) e Projeto Político-Pedagógico Institucional (2020-2024), bem como atende às

seguintes normatizações: Lei 9.394/96; Portaria 3635/04 (Credenciamento Institucional para oferta de EaD); Portaria 684/17 (Recredenciamento Institucional para oferta de EaD); Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional); Portaria nº 3635/04 de 9 de novembro de 2004 (Credenciamento Institucional para a oferta de Educação a Distância); Parecer CNE/CES nº: 136/2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Computação; Resolução CNE/CES nº 5, de 16 de novembro de 2016 - institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área da Computação, abrangendo os cursos de bacharelado em Ciência da Computação, em Sistemas de Informação, em Engenharia de Computação, em Engenharia de Software e de licenciatura em Computação, e dá outras providências. Parecer CNE/CP nº 9, de 8/05/2001 e Resolução CNE/CP nº 1, de 18/02/2002 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena); Resolução CNE/CP 2/2002 (Carga horária e tempo de integralização das licenciaturas, embora revogada, está em vigor de acordo com as prerrogativas da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015); legislações referentes a Educação a Distância (Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; Portaria Normativa No - 11, de 20 de junho de 2017, que estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto no 9.057, de 25 de maio de 2017, e com as regulamentações de recredenciamento institucional para a modalidade, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Lei 11.64/08 e Resolução CNE/CP 01/04 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena); Lei 9.795/99, Decreto 4.281/02 e Resolução CNE/CP 02/12 (Políticas e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental); Art. 66 da Lei 9.394/1996 (Titulação do corpo docente); Resolução CNE/CES 04/09 (Carga horária e integralização da área de Saúde, Bacharelado); Resolução CONAES 01/10 (Núcleo Docente Estruturante – NDE); Decreto 5.296/04, que trata das condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida; Decreto 5.626/05 (Disciplina de Libras); Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei 12.764/12; Parecer CNE/CP 08/12; Resolução CNE/CP 01/12 (Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos), Resolução 7/2018 (Extensão na Educação Superior Brasileira).

Com o compromisso de concretizar o perfil do egresso, com apoio dos objetivos que expressam as competências/capacidades e habilidades, o curso contempla uma estrutura curricular vinculada ao perfil profissional elencado na Resolução CNE/CES nº 5, de 16 de novembro de 2016, articulando o ensino, pesquisa e extensão.

Assim, a estrutura curricular do Curso Superior de Licenciatura em Computação é integralizada em 6 semestres, com 2890h/relógio, da seguinte forma:

- Disciplinas: 1800h (ou 1350 horas/aulas de 45 minutos) = 62%
- Atividades Acadêmico Científico Culturais e Extensão Curricular: 290h (ou 217,5 horas/aulas de 45 minutos) = 10%
- Prática: 400h (ou 300 horas/aulas de 45 minutos) = 14% da carga horária total.
- Estágio Supervisionado: 400h (ou 300 horas/aulas de 45 minutos) = 14% da carga horária total.

A flexibilização curricular está presente no curso a partir das disciplinas Optativas de Formação, voltadas para a atualização e aprofundamento da área de formação profissional e relacionadas ao perfil do egresso. Têm como objetivos: a promoção de competências e habilidades exigidas para a formação profissional e humana em cada campo de estudo; dinâmica do currículo, flexibilização e atualização deste em relação às necessidades e

realidades educacionais e sociais; atenção à inclusão quanto à educação do surdo; articulação com as políticas de educação ambiental, políticas para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana; de direitos humanos, além de buscar a interdisciplinaridade entre os campos do saber e as áreas de formação. Destacam-se a disciplina Língua Brasileira de Sinais, ofertada de forma optativa, de acordo com o Decreto 5.626/05, e a atualização do currículo de forma permanente, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais, a formação generalista, dinâmica e humana (referenciais socioantropológicos, psicológicos, epistemológicos e pedagógicos em consonância com o perfil do egresso), a diversidade regional, os processos de avaliação interno e externo e os conhecimentos e saberes necessários à formação das competências (estabelecidas no perfil do egresso).

A interdisciplinaridade faz-se presente a partir da concretização da oferta de 4 (quatro) disciplinas durante o semestre, na busca permanente da articulação dos conhecimentos, componente curricular, disciplinas, extensão curricular, prática, estágio e da realização da Avaliação Semestral Interdisciplinar (ASI), visando à melhoria dos processos de ensinar e aprender. Articulada com o trabalho pedagógico do curso, a ASI (prova interdisciplinar) envolve todas as disciplinas cursadas no semestre vigente, constituindo um instrumento elaborado pelos professores dos cursos sob orientação do coordenador, que busca garantir a interdisciplinaridade das áreas de conhecimento propostas a partir do perfil do curso, bem como faz parte da avaliação institucional.

Quanto à acessibilidade metodológica, a qual concretiza a inovação do ensinar e aprender, a estrutura curricular, composta pelos componentes supracitados, é colocada em prática, considerando os alunos público-alvo ou não da Educação Especial, a partir do Sistema Gerenciador de Aprendizagem – Sala de Aula Virtual (SGA-SAV), traduzido em cinco línguas; materiais didáticos próprios, construídos por uma equipe multidisciplinar (Plano de Ensino, Caderno de Referência de Conteúdo, dinâmicos/hipertextualizados, em PDF e vídeos); Bibliotecas: EBSCO, Catálogo Online Pergamum, Claretiano Biblioteca Digital, Biblioteca Digital Pearson, Portal de Periódicos da Capes e Portal de Domínio Público; APP CLARETIANO (aplicativo mobile do Sistema Gerenciador de Aprendizagem), com apoio da utilização de tecnologia assistiva; informática acessível na SAV, estando disponíveis softwares específicos (WebLibras e VLibras – ferramentas para tradução automática para Libras; NVDA – ferramenta para leitura de telas); envio de e-mails e mensagens de texto via celular; e acessibilidade habilitada pela Biblioteca Pearson aos alunos com deficiência visual mediante o sistema Dosvox. A EaD do Claretiano permite a aprendizagem individual e em grupo, com a mediação dos recursos didáticos citados, garantindo um aprendizado de excelência, visando ao desenvolvimento da personalidade, na autorrealização e na autonomia de ser e de aprender da Pessoa Humana/aluno, como também na formação do espírito de cooperação e solidariedade. Cabe salientar que a familiaridade com o SGA-SAV se dá por meio dos Minicursos de Apoio Pedagógico, realizado pelo aluno no ato da matrícula, bem como pelos apoios dos tutores a distância e presenciais.

11.1 Matriz Curricular

Com o compromisso de concretizar o perfil do egresso, com apoio dos objetivos que expressam as competências/capacidades e habilidades, o curso contempla uma estrutura curricular vinculada ao perfil profissional elencado no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (2016), articulando o ensino, pesquisa e extensão.

As disciplinas Comunicação e Linguagem; Metodologia da Pesquisa Científica; Antropologia, Ética e Cultura; e Língua Brasileira de Sinais fazem parte do rol das disciplinas

institucionais, articuladas com o Projeto Educativo Claretiano (2012) e com as políticas federais.

DISCIPLINAS OPTATIVAS DE FORMAÇÃO (60h): o curso oferece uma disciplina optativas, distribuídas no 5º semestres do curso: Língua Brasileira de Sinais; Direitos Humanos; Educação Ambiental; Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos; Arquitetura e Organização de Computadores; Programação para Web. Ademais, os estudantes contam ainda com 46 formações sobre os temas supracitados (palestras, minicursos, cursos, mesas redondas e oficinas), que podem ser realizadas a qualquer momento, nas ofertas de Extensão Universitária.

As disciplinas são concebidas para serem desenvolvidas em 20 semanas de estudo, período em que o aluno tem atendimento semanal do tutor a distância, com apoio do tutor presencial, devendo realizar uma série de atividades e interatividades pela SAV, além dos encontros presenciais, que ocorrem nas dependências da Sede ou polos, tendo em vista a avaliação presencial.

A carga horária a distância prevista para as disciplinas objetiva introduzir os discentes aos conteúdos das ementas e utiliza como recurso principal o Sistema Gerenciador de Aprendizagem – Sala de Aula Virtual (SGA-SAV), concebido na premissa da informática acessível (ResponsiveVoice, WebLibras, VLibras, NVDA etc., como também recursos de acessibilidade nas bibliotecas presenciais e virtuais). Em relação às condições de acessibilidade metodológica, os conteúdos podem ser estudados pelos alunos considerando a flexibilização do tempo e da presencialidade; adoção de estratégias que favorecem a aprendizagem ativa; aulas presenciais previstas no calendário acadêmico e extras; diversidade nos instrumentos de avaliação da aprendizagem; atuação de intérprete de Libras; leitor/escriva; e provas ampliadas para alunos com baixa visão. Na Sede e nos polos, há computadores com teclados/mouses adaptados, leitores autônomos, vocalizadores, ampliadores de texto, lupas eletrônicas Alladin I, entre outros.

As atividades complementares podem ser cumpridas no formato presencial e a distância com 290h.

O espaço nos polos está estruturado para atender plenamente às exigências do PPPC, para promover o desenvolvimento de habilidades e competências teórico-práticas dos alunos, por meio de discussões ou simulações, que irão fundamentar e aprofundar os princípios que permeiam todo o aprendizado.

A relação teoria-prática busca o envolvimento dos discentes a partir dos recursos tecnológicos supracitados, os quais garantem a interação com os professores responsáveis e tutores a distância, oportunizam e viabilizam a execução prática em sala de aula. Assim, o Plano de Ensino é o instrumento didático que tem por objetivo a apresentação do conteúdo de forma sistematizada, para que o aluno compreenda periodicamente o que será desenvolvido no decorrer da disciplina, dividido em 5 Ciclos de Aprendizagem, contemplando instrumentos avaliativos virtuais e presenciais, permeados pelos tipos de avaliação formativa e somativa, destacando-se a ASI, que garante a interdisciplinaridade do curso.

11.2. Detalhamento da Matriz Curricular (2022 a 2025)

1º semestre	Sem.	C.H.	C.H. Prát.
Antropologia, Ética e Cultura	1	60	
Informática na Educação	1	60	
Sistemas Operacionais	1	90	

Matemática e Estatística	1	90	
Total		300	
2º. semestre	Sem.	C.H.	C.H. Prát.
Comunicação e Linguagem	2	60	
Planejamento, Execução e Avaliação de Projetos Educacionais	2	60	
Fundamentos da Educação	2	90	
Algoritmos e Programação	2	90	
Total		300	
3º. semestre	Sem.	C.H.	C.H. Prát.
Psicologia da Educação	3	60	50
Redes de Computadores	3	90	
Programação Orientada a Objetos	3	60	50
Laboratório de Programação	3	90	
Total		300	100
4º. semestre -	Sem.	C.H.	C.H. Prát.
Metodologia da Pesquisa Científica	4	60	
Didática e Metodologia do Ensino de Computação	4	90	50
Optativa de Formação I	4	60	
Banco de Dados	4	90	50
Total		300	100
5º. semestre	Sem.	C.H.	C.H. Prát.
Políticas da Educação Básica	5	60	
Fundamentos da Educação Inclusiva	5	60	
Produção de Materiais Instrucionais	5	90	50
Análise e Projeto de Sistemas	5	90	50

Total		300	100
6º. semestre	Sem.	C.H.	C.H. Prát.
Língua Brasileira de Sinais	6	60	
Inteligência Artificial	6	90	50
Programação Comercial	6	90	50
Optativa de Formação II	6	60	
Total		300	100
Atividades Acadêmico Científico Culturais e Extensão Curricular		290	
Estágio Supervisionado		400	
Prática		400	
Total		2890	

11.3. Carga Horária de Atividades Didáticas (Componentes Curriculares, Cargas Horárias: presencial, a distância, prática e teórica)

- Disciplinas: 1800h (ou 1350 horas/aulas de 45 minutos) = 62%
- Atividades Acadêmico Científico Culturais e Extensão Curricular: 290h (ou 217,5 horas/aulas de 45 minutos) = 10%
- Prática: 400h (ou 300 horas/aulas de 45 minutos) = 14% da carga horária total.
- Estágio Supervisionado: 400h (ou 300 horas/aulas de 45 minutos) = 14% da carga horária total.

11.4. Disciplina Língua Brasileira de Sinais

Nos últimos anos o Claretiano vem recebendo alunos público-alvo da Educação Especial no ensino superior. Essa demanda tem sido impulsionada pela política de inclusão implementada no Brasil desde 1994, a partir da Declaração de Salamanca.

De acordo com as políticas nacionais educacionais de inclusão (BRASIL, 1994; BRASIL, 1996; BRASIL, 1997; BRASIL, 1999; SÃO PAULO, 2000; BRASIL, 2001; BRASIL, 2002; BRASIL, 2006) os alunos com necessidades especiais quando inseridos nos contextos comuns de ensino devem encontrar um currículo que atenda a sua condição diferenciada. Em outras palavras, a escola deve se adequar às necessidades do aluno viabilizando a sua aprendizagem naquele contexto.

No contexto dos cursos de graduação, atendendo ao DECRETO Nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, o Claretiano implementou a disciplina de Libras nos cursos de Licenciatura em Pedagogia (desde 2006), com carga horária de 60 horas.

A partir do ano de 2009, nos cursos de Letras e Educação Física do Claretiano, foram incorporados como parte dos componentes curriculares a disciplina de Língua Brasileira de Sinais, com carga horária de 30 horas, atendendo ao referido Decreto no Art 9º., inciso I (até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição).

No ano de 2010, o Claretiano implementou a disciplina de Língua Brasileira de Sinais, com carga horária de 30 horas, em todas as licenciaturas como disciplina obrigatória e nos demais cursos, pelo menos como disciplina Optativa, considerada disciplina institucional. Cabe salientar que a partir de 2013, a carga horária da disciplina, tanto nos cursos em que a mesma é obrigatória, ou optativa de formação, é de 60 horas.

Com o oferecimento da Língua Brasileira de Sinais o Claretiano pretende melhorar a comunicação e interação entre aluno surdo e professores e alunos ouvintes; atender a aprendizagem e desenvolvimento do aluno surdo no curso; dar condições de trabalho para os professores dos diversos cursos; e incorporar a política de educação inclusiva.

Especificamente no Curso de Licenciatura em Computação a disciplina Língua Brasileira de Sinais acontece de forma obrigatória no 6. semestre do curso.

11.5. Políticas de Educação Ambiental

As políticas de Meio Ambiente, propostas no PDI (2020-2024), vão ao encontro da crescente demanda de recursos naturais e da discussão permanente contra a progressiva degradação dos ecossistemas, requerendo o desenvolvimento de estudos voltados à geração tanto de conhecimento como de subsídios para ações preventivas e corretivas das interferências humanas.

Como atividades específicas, atendendo à Política Nacional de Meio Ambiente (PDI 2020-2024), a Lei nº 9.795, de 27/04/99, Decreto nº 4.281, de 25/06/02 e Resolução CNE/ CP nº 2, de 15 de junho de 2012 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental), o curso é orientado a desenvolver atividades e reflexões capazes de conscientizar alunos e professores em relação à discussão do meio ambiente, a partir da contextualização do tema nas disciplinas Antropologia, Ética e Cultura, Educação Ambiental (Optativa de Formação) e específicas do curso, além de articulações nos demais componentes curriculares obrigatórios ofertados como: palestras, atividades de extensão, minicursos ou encontros científicos.

Quanto à articulação das Políticas de Educação Ambiental com a iniciação à pesquisa, os alunos têm a possibilidade de participar do Encontro de Iniciação Científica, nos quais têm acesso a palestras e a trabalhos de pesquisa próprios e de outros alunos relacionados a esse tema.

Cabe salientar que, além das proposições de ações propostas, o curso pode acrescentar outras ações de acordo com as discussões e proposições do Núcleo Docente Estruturante, Colegiado de Curso e aprovação pelos órgãos CONSEPE/CONSUP.

11.6. Políticas para as Questões Étnico-raciais

De acordo com as Políticas Nacionais Educacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira (Resolução 1/2004; Parecer CNE/CP 3/2004; 10.639/2003 e 11.645/2008), a Educação Superior deve incluir, nos seus conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento das questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004 (§ 1º, Resolução 1/2004).

Para atender às políticas relacionadas acima e à Missão do Claretiano, a Instituição e o curso vem implementando estratégias que visam “promover a educação de cidadãos

atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de uma nação democrática” (Art. 2º, Resolução 1/2004).

Portanto, o Claretiano assume uma postura aberta, dinâmica e sensível, buscando responder às necessidades e expectativas do contexto externo no qual está inserido, especificamente às políticas das relações étnico-raciais e ao seu Projeto Educativo (PEC, 2012).

A Instituição, considerando sua Missão, que busca sistematizar sua ação educacional com uma visão de homem como “um ser único, irrepitível, constituído das dimensões biológica, psicológica, social, unificadas pela dimensão espiritual, que é o núcleo do ser-pessoa” (Projeto Educativo Claretiano, 2012), vem se reorganizando nos últimos anos para responder “às especificidades do reconhecimento e valorização de identidade, história e cultura afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdades de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas” (Art. 2º, § 2º, Resolução 1/2004).

Especificamente nos âmbitos do ensino, pesquisa e extensão, as ações envolvendo as políticas para as questões étnico-raciais ocorrem na oferta da disciplina institucional obrigatória “Antropologia, Ética e Cultura” e de optativas de formação voltadas à atualização e aprofundamento da área de formação profissional e relacionada ao perfil do egresso e para a articulação com as políticas de educação ambiental, políticas relacionadas às pessoas surdas, dos direitos humanos e com políticas relacionadas às questões étnico-raciais e também a partir das disciplinas específicas e outros componentes curriculares de cada curso, que podem ser visualizados neste PPPC.

Tais ações e articulações, além de atender as políticas nacionais para as questões étnico-raciais, vão ao encontro da fundamentação da concepção de Pessoa Humana presente no Projeto Educativo Claretiano (2012, p. 18):

- a) respeito a cada pessoa como um ser único e singular;
- b) respeito a cada pessoa como princípio de suas ações, de sua capacidade de governar-se, tendo em vista sua liberdade;
- c) respeito ao homem como uma totalidade e uma exigência de abertura e contato com os outros.

11.8. Educação em Direitos Humanos

De acordo com as políticas nacionais de Direitos Humanos estabelecidas pela Resolução CNE/CP no 1/2012 (Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos), embasadas pelas legislações: Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; Declaração das Nações Unidas sobre a Educação e Formação em Direitos Humanos (Resolução A/66/137/2011); a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PME - DH 2005/2014), Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/Decreto nº 7.037/2009); Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006), o Claretiano concebe a Educação em Direitos Humanos inerente ao seu Projeto Educativo (2012, p. 17).

O Claretiano, considerando sua Missão, que busca sistematizar sua ação educacional com uma visão de homem como “um ser único, irrepitível, constituído das dimensões biológica, psicológica, social, unificadas pela dimensão espiritual, que é o núcleo do ser-pessoa” (Projeto Educativo Claretiano, 2012, p. 15), busca a todo momento responder à questão dos Direitos Humanos a partir de suas atividades pedagógicas e acadêmicas, tendo em vista o atendimento das prerrogativas da Resolução CNE/CP no 1/2012, Art. 6º e Art. 7º, Incisos I a III (2012, p. 2):

- Art. 6º A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação.
- Art. 7º A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas:
 - 1) pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;
 - 2) como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar;
 - 3) de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.

O curso tem sempre como premissa integrar ações que contemplem a transversalidade e a interdisciplinaridade no contexto de seu Projeto Político-Pedagógico, em disciplinas específicas, na disciplina institucional Antropologia, Ética e Cultura, na disciplina Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos (Optativa de Formação); em demais componentes curriculares obrigatórios, na Extensão e Iniciação à Pesquisa.

Cabe salientar que, no decorrer do curso, todos os anos, é realizado o Encontro Nacional Claretiano de Iniciação Científica ENIC, nos quais todos os alunos serão convidados a assistirem a palestras e apresentarem trabalhos pertinentes à área do curso e articulados com o tema Direitos Humanos, além de articulações nos demais componentes curriculares obrigatórios, ofertados, como palestras, atividades de extensão, minicursos ou encontros científicos.

11.9. Disciplina Optativa de Formação

Regulamentada pela instituição, a disciplina Optativa de Formação está voltada para a atualização e aprofundamento da área de formação profissional e relacionada ao perfil do egresso.

Justifica-se pelos avanços científicos e tecnológicos em todos os campos do saber e a necessidades de sua incorporação imediata nos currículos de formação; pela flexibilização curricular e interdisciplinaridade; abertura democrática saudável entre a proposta curricular e a escolha do aluno (no presencial; e pelo colegiado e núcleo docente estruturante na educação a distância) e pela possibilidade de extensão universitária.

Tem como objetivos: a promoção de competências e habilidades exigidas para a formação profissional e humana em cada campo de estudo em nossos alunos; manutenção dinâmica do currículo, flexibilização e atualização do mesmo em relação às necessidades e realidades educacionais e sociais; a atenção à inclusão, quanto a educação do surdo, a articulação com as políticas de educação ambiental; as políticas para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana; além de buscar a interdisciplinaridade entre os campos do saber e as áreas de formação.

O Curso de Licenciatura em Computação oferece uma optativa de formação no último no segundo ano do curso e uma optativa no último ano do curso, com a carga horária de 60 horas cada.

As optativas de formação podem sofrer alterações de acordo com a anuência do NDE, colegiado de curso e aprovação pelos órgãos CONSEPE/CONSUP (Claretiano).

Optativa de Formação 01: Educação Ambiental

Carga horária: 60 h ou 80 h/a

Ementa: Buscando o fortalecimento de práticas comprometidas com a construção de sociedades justas e sustentáveis, fundadas nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação como direito de todos as políticas para a Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99, Decreto nº 4.281/02 e Resolução CNE/CP nº 2/12), a disciplina aborda a educação ambiental: concepções e histórico; princípio, objetivos e caminhos da EA; desenvolvimento sustentável e educação para a sustentabilidade; diretrizes para operacionalização do Programa Nacional de Educação Ambiental: ações educativas, práticas, instrumentos e metodologias no processo de Gestão Ambiental.

Bibliografia Básica

PINOTTI, Rafael. **Educação Ambiental para o século XXI: no Brasil e no mundo.** São Paulo: Blucher, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521210566/cfi/0!/4/2@100:0.00>. Acesso em: 12 out. 2020.

RUSCHEINSKY, Aloisio. **Educação ambiental: abordagens múltiplas.** 2. ed. rev. e amp. Porto Alegre: Penso, 2012. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788563899873/cfi/0!/4/2@100:0.00>. Acesso em: 12 out. 2020.

SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel. **Educação ambiental: pesquisa e desafios.** Porto Alegre: Artmed, 2008. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536315294/cfi/0!/4/4@0.00:65.7>. Acesso em: 12 out. 2020.

Bibliografia Complementar

BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. **Educação ambiental na formação do administrador.** São Paulo: Cengage Learning, 2011. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522112616/cfi/0!/4/2@100:0.00>. Acesso em: 12 out. 2020.

DIAS, Reinaldo. **Sustentabilidade: origem e fundamentos: educação e governança global: modelo de desenvolvimento.** São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522499205/cfi/0!/4/4@0.00:65.1>. Acesso em: 12 out. 2020.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. **Dano ambiental.** 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988531/cfi/6/2!/4/2@0.00:0>. Acesso em: 12 out. 2020.

MANSOLDO, Ana. **Educação ambiental na perspectiva da ecologia integral: como educar neste mundo em desequilíbrio?.** Belo Horizonte: Autêntica, 2012. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565381505/cfi/0!/4/2@100:0.00>. Acesso em: 12 out. 2020.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (coord.). **Educação ambiental e sustentabilidade.** 2. ed. rev. e atual. Barueri, SP: Manole, 2014. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520445020/cfi/0!/4/4@0.00:11.1>. Acesso em: 12 out. 2020.

Optativa de Formação 02: Direitos Humanos

Carga horária: 60 h ou 80 h/a

Ementa: Buscando atender às políticas nacionais para os Direitos Humanos e o que inerente à pessoa humana, a disciplina aborda a definição e origem dos direitos humanos; sistemas nacional e internacional de proteção dos direitos humanos; direitos civis e políticos; direitos

econômicos sociais e culturais; áreas temáticas dos direitos humanos, a saber: racismo, discriminação gênero e orientação sexual; direitos das pessoas com deficiência; direitos sexuais e reprodutivos; combate ao trabalho escravo e infantil; previdência e assistência social, assédio sexual e moral e a responsabilidade social das empresas.

Bibliografia Básica

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502208537/cfi/0!/4/4@0.00:27.0>. Acesso em: 27 fev. 2021.

MALHEIRO, Emerson. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Atlas, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597006537/cfi/6/10!/4/22/2@0:100>. Acesso em: 05 dez. 2021.

PINSKY, Jaime (org.). **Práticas de cidadania**. São Paulo: Contexto, 2004. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/1420/pdf/0>. Acesso em: 8 ago. 2021.

Bibliografia Complementar

ARAKAKI, Fernanda Franklin Seixas. **Direitos humanos**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025370/cfi/1!/4/4@0.00:37.5>. Acesso em: 05 dez. 2021.

FREITAS, Fátima e Silva de. **A diversidade cultural como prática na educação**. Curitiba: InterSaberes, 2012. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6173/pdf>. Acesso em: 05 dez. 2021.

LOEWE, Daniel. **Multiculturalismo e direitos culturais**. Caxias do Sul, RS: Educ, 2011. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3085/pdf>. Acesso em: 05 dez 2019.

LOPES FILHO, Artur Rodrigo Itaquí *et al.* **Ética e cidadania**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024816/cfi/1!/4/4@0.00:37.5>. Acesso em: 05 dez. 2021..

SCARANO, Renan Costa Valle *et al.* **Direitos Humanos e diversidade**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028012/cfi/1!/4/4@0.00:37.5>. Acesso em: 05 dez. 2021.

SIQUEIRA JÚNIOR, Paulo Hamilton; OLIVEIRA, Miguel Augusto Machado de. **Direitos humanos: liberdades públicas e cidadania**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502636521/cfi/4!/4/4@0.00:0.00>. Acesso em: 05 dez. 2021.

Optativa de Formação 03: Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos

Carga horária: 60 h ou 80 h/a

Ementa: Buscando atender às políticas nacionais para os Direitos Humanos e de promoção para a educação para as Relações Étnico-Raciais a disciplina aborda: A definição e origem dos direitos humanos. Direitos civis e políticos; direitos econômicos, sociais e culturais. Relações Étnico-Raciais e a formação sócio-histórica da sociedade brasileira. Cultura e Diversidade. Racismo e preconceito: as implicações para a população negra e indígena. Racismo Institucional. Relações Étnico-Raciais e Infância. Ações afirmativas. Racismo, Preconceito e Violência. Educação e promoção da igualdade étnico-racial.

Bibliografia Básica

CHICARINO, Tathiana (org.). **Educação nas relações étnico-raciais**. São Paulo: Pearson, c2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/35794/pdf/0>. Acesso em: 8 jul. 2021.

FERREIRA, Marrielle Maia Alves. **Direitos humanos**: guia de disciplina: caderno de referência de conteúdo. Batatais, SP: Claretiano, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.claretiano.edu.br/anexo/00005b/00005b7a.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

MICHALISZYN, Mario Sérgio. **Relações étnico-raciais para o ensino da identidade e da diversidade cultural brasileira**. Curitiba: Intersaberes, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/14889/pdf/0>. Acesso em: 22 jun. 2021.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC / INEP, 2004. Disponível em: <http://biblioteca.claretiano.edu.br/anexo/00007e/00007ee8.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, c2011. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/36950/pdf/0>. Acesso em: 22 jun. 2021.

DORETO, Daniela Tech. **Questão social, direitos humanos e diversidade**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027619/cfi/1!/4/4@0.00:37.5>. Acesso em: 05 dez. 2021.

MALHEIRO, Emerson. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Atlas, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597006537/cfi/6/10!/4/22/2@0:100>. Acesso em: 05 dez. 2021.

MARÇAL, José Antônio; LIMA, Silvia Maria Amorim. **Educação escolar das relações étnico-raciais: história e cultura afro-brasileira e indígena no Brasil**. Curitiba: Intersaberes, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/30117/pdf/0>. Acesso em: 22 jun. 2021.

SIQUEIRA JÚNIOR, Paulo Hamilton; OLIVEIRA, Miguel Augusto Machado de. **Direitos humanos: liberdades públicas e cidadania**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502636521/cfi/4!/4/4@0.00:0.00>. Acesso em: 05 dez. 2021.

Optativa de Formação 04: Disciplina: Arquitetura e Organização de Computadores

Carga Horária: 60h

Ementa: Essa disciplina visa apresentar os sistemas numéricos e conversões de bases, bem como os conceitos de circuitos digitais, processadores, memórias, dispositivos de entrada e saída, componentes de fluxo de dados, unidade lógica e aritmética e unidade de controle. Também aborda os fundamentos de microprogramação usadas na arquitetura do SAP1. Apresenta também o conjunto de instruções e programação do SAP1 mostrando a execução de instruções no SAP1.

Bibliografia Básica:

CAMPOS, F. M. P. **Arquitetura e Organização de Computadores**. Batatais: Claretiano, 2014.

TANENBAUM, Andrew S. **Organização estruturada de computadores**. 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

WILLIAM, S. **Arquitetura e organização de computadores**. 8. ed. São Paulo: Perason Prentice Hall, 2010.

Bibliografia Complementar:

HENNESSY, John L.; PATTERSON, David A. Arquitetura de computadores: uma abordagem quantitativa. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

MALVINO, A. P.; LASCHUK, A. Microcomputadores e microprocessadores. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1985.

PEREIRA, F. Microcontroladores PIC: técnicas avançadas. São Paulo: Érica, 2002.

STALLINGS, William. Arquitetura e organização de computadores: projeto para o desempenho. 5 ed São Paulo: Prentice-Hall, 2004.

WEBER, R. F. Arquitetura de Computadores Pessoais. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2003, 2ª edição.

Optativa de Formação 05: Programação para Web

Carga horária: 60h

Ementa: Esta disciplina trata dos paradigmas de desenvolvimento de aplicações para web, tais como o desenvolvimento de Interface para Web utilizando padrões da W3C (HTML/CSS), programação do lado do cliente com JavaScript e programação do lado do servidor com a linguagem PHP fazendo uso de conexão com banco de dados MySQL para armazenamento e recuperação de dados.

Bibliografia Básica:

DEITEL, Paul J.; DEITEL, Harvey M. **Ajax, Rich Internet Applications e desenvolvimento web para programadores.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/426>. Acesso em: 15 set. 2022.

ROSALLES, Gislaine Cristina Micheloti; PLOTZE, Rodrigo de Oliveira. **Programação para web.** Batatais, SP: Claretiano - Centro Universitário, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.claretiano.edu.br/anexo/0000b7/0000b7ec.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

Bibliografia Complementar:

CSS: curso W3C Escritório Brasil. Disponível em: <https://www.w3c.br/pub/Cursos/CursoCSS3/css-web.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

FERREIRA, Elcio; EIS, Diego. **HTML5: curso W3C Escritório Brasil.** [S. l. : s. n., 20--?]. Disponível em: www.w3c.br/pub/Cursos/CursoHTML5/html5-web.pdf. Acesso em: 15 set. 2022.

FLANAGAN, David. **JavaScript: O guia definitivo.** 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788565837484/pageid/0>. Acesso em: 15 set. 2022.

LEMAY, Laura. **Aprenda a criar páginas web com HTML e XHTML em 21 Dias.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/259/pdf/0>. Acesso em: 15 set. 2022.

MILETTO, Evandro Manara; BERTAGNOLLI, Silvia de Castro. **Desenvolvimento de software II: introdução ao desenvolvimento web com HTML, CSS, JavaScript e PHP.** Porto Alegre: Bookman, 2014. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582601969/pageid/0>. Acesso em: 15 set. 2022.

SEGURADO, Valquíria Santos (org.). **Projeto de interface com o usuário.** São Paulo: Pearson, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/124143/pdf/0>. Acesso em: 15 set. 2022.

SOARES, Wallace. **PHP 5: conceitos, programação e integração com banco de dados.** 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Érica, 2013. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536505633/pageid/0>. Acesso em: 15 set. 2022.

TERUEL, Evandro Carlos. **HTML 5: guia prático**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Érica, c2011. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536519296/cfi/0!/4/4@0.00:44.4>. Acesso em: 15 set. 2022.

11.10. Atividades Prática de Ensino

As atividades práticas de ensino estão em conformidade com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica, da Formação de Professores e da área de conhecimento da licenciatura em computação, em articulação com o PPC, estão presentes e relacionam teoria e prática de forma reflexiva durante todo o curso.

11.11. Integração com as Redes Públicas de Ensino

Os convênios e ações promovem integração com a rede pública de ensino e permitem o desenvolvimento, a testagem, a execução e a avaliação de estratégias didático-pedagógicas, inclusive com o uso de tecnologias educacionais, sendo as experiências documentadas, abrangentes e consolidadas, com resultados relevantes para os discentes e para as escolas de educação básica, havendo ações comprovadamente exitosas ou inovadoras.

12. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA DAS DISCIPLINAS DO CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO

Disciplina: Antropologia, Ética e Cultura

Ementa: A Antropologia, Ética e Cultura, no contexto das disciplinas institucionais, ofertada nos cursos de graduação do Claretiano – Rede de Educação, tem o propósito de subsidiar o corpo discente quanto à importância da formação integral do ser humano na sua relação consigo mesmo, com o outro, com a natureza e com o transcendente. A disciplina debate a dimensão antropológica do ser humano e propõe a reflexão sobre o ser humano como ser finito e, ao mesmo tempo, como ser de liberdade, de consciência e de amor. Para isso, é discutido o conceito de pessoa na história ocidental, numa perspectiva sincrônica e diacrônica. Os temas, tais como imanência, transcendência, alteridade, multiculturalidade, ética, moral, cidadania, entre outros, serão apresentados de maneira interdisciplinar, tomando o ser humano como unidade e como totalidade, entendido nas suas dimensões biológica, psicológica, social e espiritual. E serão tratados, também, nessa mesma perspectiva, alguns temas transversais, como os direitos humanos, as histórias e culturas afrodescendentes e indígenas, as questões de gênero, sexualidade e família, as políticas afirmativas, inclusão e acessibilidade e a educação ambiental numa dimensão ético-planetária. A proposta, no seu conjunto, está fundamentada no Carisma Claretiano, no Projeto Educativo e nos Princípios estabelecidos pela Instituição, visando uma educação pautada em valores éticos e cristãos, aberta ao diálogo e crítica a toda forma de preconceito e fundamentalismo.

Bibliografia Básica

AÇÃO EDUCACIONAL CLARETIANA. Projeto Educativo Claretiano: PEC. Batatais: [s. n.], 2012. Disponível em: <http://biblioteca.claretiano.edu.br/anexo/0000a1/0000a1a2.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2021.

CARGARO, Cleide; PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; NODARI, Paulo César (org.). **O hiperconsumo e a democracia: os reflexos éticos e socioambientais**. Caxias do Sul, RS: EducS, 2016. Disponível

em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/123592/pdf/0>. Acesso em: 10 fev. 2022.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **Cultura e diversidade**. Curitiba: Ibpx, 2012. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6246/pdf/0>. Acesso em: 12 fev. 2022.

Bibliografia Complementar

AMARAL, Felipe Bueno. **Cultura e pós-modernidade**. Curitiba: Intersaberes, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186503/pdf/0>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano: compaixão pela terra**. 20. ed. Rio de Janeiro: Vozes, [2017]. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/149411/pdf/0>. Acesso em: 8 mar. 2022.

CHICARINO, Tathiana (org.). **Antropologia social e cultural**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/22238/pdf/0>. Acesso em: 10 fev. 2022.

GIKOVATE, Flávio. **A liberdade possível**. São Paulo: Summus, 2006. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/36923/pdf/0>. Acesso em: 13 ago. 2022.

LA TAILLE, Yves de. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2007. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536306285/cfi/2!/4/4@0.00:56.1>. Acesso em: 15 out. 2021.

Disciplina: Informática na Educação

Ementa: Esta disciplina apresenta o computador como facilitador no processo de construção do conhecimento por meio da multimídia, hipertexto, telemática e hipermídia, além de fazer uma análise acerca dos ambientes de aprendizagem informatizados. Trata também do desenvolvimento de projetos de aprendizagem em ambientes informatizados, da gestão das tecnologias e mídias no contexto escolar e a utilização de diferentes meios de informação e comunicação de forma integrada ao processo de ensino-aprendizagem. Por fim apresenta as implicações pedagógicas e sociais do uso da informática na educação, na educação especial, na educação a distância e no aprendizado cooperativo de temas específicos das áreas de estudo dos alunos.

Bibliografia Básica:

COX, K. K. Informática na educação escolar. Campinas: Autores Associados, 2003. 124 p. (POLÊMICAS DO NOSSO TEMPO).

FERRAZ, A. P. C. M.; PEREIRA, A. H. N. B. Informática na Educação. Batatais: Claretiano, 2014.

TAJRA, S. F. Informática na educação. 5. São Paulo: Erica, 2001. 182 p.

Bibliografia Complementar:

CASTELLS, M.; MAJER, R. V. (Trad.). Sociedade em Rede. A era da informação economia-sociedade e cultura. 8ª. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. V.1. 698 p.

FREIRE, F. M. P. (Org.); VALENTE, José Armando (Org.). Aprendendo para a vida: os computadores na sala de aula. São Paulo: Cortez, 2001. 239 p.

MAGDALENA, B. C. Internet em sala de aula: com a palavra, os professores. Porto Alegre: Artmed, 2003. 118 p.

ROSINI, A. M. As novas tecnologias da informação e a educação a distância. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

Disciplina: Sistemas Operacionais

Ementa: Esta disciplina apresenta os sistemas operacionais como parte essencial de um sistema de computação, apresentando a estrutura básica de sistemas computacionais e dos sistemas operacionais. Apresenta a conceitua os conceitos de gerenciamento de processos e suas operações, gerenciamento de memória, sistemas de arquivos e sistemas de entrada e saída. Por fim discute os princípios relacionados à segurança em sistemas operacionais.

Bibliografia Básica:

DEITEL, H. M.; DEITEL, P. J.; CHOFFNES, D. R. Sistemas operacionais. 3 ed. São Paulo: Pearson, 2005.

ROSALES, G. C. M.; GODOY, H. A. Sistemas Operacionais. Batatais: Claretiano, 2014.

TANENBAUM, Andrew S. Sistemas operacionais modernos. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

Bibliografia Complementar:

BALL, Bill; DUFF, Hoyt. Dominando Linux: red hat e fedora. São Paulo: Pearson Makron Books, 2004.

MACHADO, F. B. & MAIA, L. P. Arquitetura de Sistemas Operacionais. LTC, 2007.

MOTA FILHO, João Eriberto – Descobrimdo o Linux: entenda o sistema operacional GNU/LINUX – 1ª edição, Novatec, 2006. 424 p.

MORIMOTO, Carlos Eduardo. Linux: entendendo o sistema: guia prático. Porto Alegre: Sul Editores, 2005.

SILBERSCHATZ, Abraham. Sistemas operacionais: conceitos. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000

Disciplina: Matemática e Estatística

Ementa: A Matemática e Estatística são áreas do conhecimento que se completam e uma instrumenta a outra avaliando situações quantitativas e qualitativas e atividades de pesquisa cujos conhecimentos permitem auxiliar a inserção das pessoas no mercado de trabalho e nas relações sociais por meio da utilização de conceitos matemáticos na resolução de problemas do cotidiano, dos conhecimentos das propriedades fundamentais da álgebra, dos conjuntos numéricos e agrupamento de elementos, das equações, das funções e suas representações gráficas. No estudo da estatística, o essencial é que o profissional tenha conhecimentos básicos na realização de levantamentos de dados, na representação de dados em tabelas de distribuição de frequências e em gráficos, na realização de cálculos e análise das medidas de tendência central, como a média, moda, mediana e das medidas de dispersão, como a amplitude, variância e desvio padrão, parâmetros que determinam o grau de variabilidade dos dados de um conjunto de valores em uma pesquisa. No estudo das probabilidades o foco deve estar direcionado na análise combinatória, nos arranjos e permutações que auxiliam a análise probabilística e suas aplicações na validação dos resultados de pesquisas estatísticas.

Bibliografia Básica:

BONAFINI, Fernanda Cesar (org.). **Matemática e estatística**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/26526/pdf/0>. Acesso em: 11 abr. 2022.

LARSON, Ron; FABER, Betsy. **Estatística aplicada**. 6. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/36874/pdf/0>. Acesso em: 11 abr. 2022.

MARINHEIRO, Carlos Alberto; BIDURIN, Cláudio Pereira. **Probabilidade e estatística**. Batatais, SP: Claretiano - Centro Universitário, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.claretiano.edu.br/anexo/000033/00003386.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022.

Bibliografia Complementar:

CASTANHEIRA, Nelson Pereira. **Estatística aplicada a todos os níveis**. 2. ed. rev. e ampl. Curitiba: Intersaberes, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/158935/pdf/0>. Acesso em: 11 abr. 2022.

COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. **Estatística**. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/172621/pdf/0>. Acesso em: 11 abr. 2022.

GERON, Antônio César; AVELLAR, Cerino Ewerton de. **Matemática**: caderno de referência de conteúdo. Batatais, SP: Claretiano - Centro Universitário, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.claretiano.edu.br/anexo/00003b/00003b23.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022.

MACEDO, Luiz Roberto Dias de; CASTANHEIRA, Nelson Pereira; ROCHA, Alex. **Tópicos de matemática aplicada**. Curitiba: Intersaberes, 2013. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/9943/pdf/0>. Acesso em: 11 abr. 2022.

NEUFELD, John L. **Estatística aplicada à administração usando Excel**. São Paulo: Prentice Hall, 2003. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/460/pdf/0>. Acesso em: 11 abr. 2022.

Disciplina: Comunicação e Linguagem

Ementa: A disciplina *Comunicação e Linguagem* desenvolve condições de letramento para as exigências da Educação Superior, no tocante ao estímulo da capacidade de interpretar, analisar e discutir textos sobre assuntos variados e produzidos no meio científico. Tal enfoque possibilita a compreensão das estruturas textuais concernentes aos gêneros textuais propícios ao ambiente acadêmico. Para isso, abordam-se questões relativas aos conceitos de comunicação, linguagem, texto e discurso; às noções de registro nível e estilo de linguagem; às características peculiares da linguagem acadêmica; aos procedimentos de interpretação e de produção de textos, com a explanação de técnicas de parafraseagem e de sintetização; à tipologia textual argumentativa presente no discurso acadêmico, mais especificamente nos gêneros resumo e resenha; aos aspectos gramaticais da língua portuguesa e ao uso da norma padrão. Nesse sentido, o aluno poderá proceder a leitura e a escrita também como uma prática de sua cidadania e integralização ao mundo.

Bibliografia Básica:

GUIMARÃES, Thelma de Carvalho. **Comunicação e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/178098/pdf/0>. Acesso em: 24 jan. 2022.

ILHESCA, Daniela Duarte; SILVA, Débora Teresinha Mutter da; SILVA, Mozara Rossetto da. **Redação acadêmica**. Curitiba: Intersaberes, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3839/pdf/0>. Acesso em: 24 jan. 2022.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Maria Margarida de; HENRIQUES, Antônio. **Língua portuguesa**: noções básicas para cursos superiores. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522481576/cfi/0!/4/2@100:0.00>. Acesso em: 24 jan. 2022.

FONTANA, Maria; PAVIANI, Neires Soldatelli; PRESSANTO, Isabel Maria Paese. **Práticas de linguagem**: gêneros discursivos e interação. Caxias do Sul, RS: EDUCS, [2009]. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2887/pdf/0>. Acesso em: 24 jan. 2022.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2011. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2187/pdf/0>. Acesso em: 24 jan. 2022.

KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; PAVANI, Cinara Ferreira. **Prática textual**: atividades de leitura e escrita. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, [2017]. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/149603/pdf/0>. Acesso em: 24 jan. 2022.

LÉON, Cleide Bacil de *et. al.* **Comunicação e expressão**. Curitiba: Intersaberes, 2013. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3838/pdf/0>. Acesso em: 24 jan. 2022.

Disciplina: Algoritmos e Programação

Ementa: Esta disciplina apresenta os princípios da programação de computadores abordando a lógica booleana, os conceitos de algoritmos e suas representações, a estrutura sequencial, condicionais e de repetição. Também discute as estruturas de dados homogêneas (vetores e matrizes) e heterogêneas (registros), bem como a programação modular.

Bibliografia Básica:

ASCENCIO, Ana Fernanda Gomes; CAMPOS, Edilene Aparecida Veneruchi de. **Fundamentos da programação de computadores**: algoritmos, Pascal, C/C++ e Java. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2007. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3272>. Acesso em: 15 set. 2020.

PLOTZE, Rodrigo de Oliveira. **Algoritmos e programação**. Batatais, SP: Claretiano - Centro Universitário, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.claretiano.edu.br/anexo/00002a/00002af1.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

Bibliografia Complementar:

FORBELLONE, André Luiz Villar. **Lógica de programação**: a construção de algoritmos e estruturas de dados. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/323>. Acesso em: 15 set. 2020.

MANZANO, José Augusto N. G.; OLIVEIRA, Jayr Figueiredo. **Estudo dirigido de algoritmos**. 15. ed. rev. São Paulo: Érica, 2012. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536519067/>. Acesso em: 15. set. 2020.

MIZRAHI, Victorine Viviane. **Treinamento em linguagem C++**: módulo I. São Paulo: Makron Books, 1994. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/28>. Acesso em: 15 set. 2020.

PIVA JÚNIOR, Dilermano et al. **Algoritmos e programação de computadores**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595150508/cfi/6/8!/4/2/6@0:0>. Acesso em: 15 set 2020.

SILVA, Everaldo Leme da. (org.). **Programação de computadores**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/22108/pdf/0>. Acesso em: 15 set. 2020.

Disciplina: Planejamento, Execução e Avaliação de Projetos Educacionais

Ementa: Esta disciplina apresenta os fundamentos teóricos e práticos para o planejamento, execução e avaliação de projetos de informática na educação, abordando os paradigmas e

tendências na ótica do planejamento e organização do trabalho pedagógico para o desenvolvimento de projetos, bem como os princípios, métodos e processos operacionais de gestão de projetos na educação. A importância do uso de Software Livre para auxiliar no processo de gestão, planejamento, avaliação e organização pedagógica.

Bibliografia Básica:

PHILLIPS, J. Gerência de projetos de tecnologia da informação: no caminho certo, do início ao fim. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

ROSALES, G. C. M.; MAGALINI, L. M.; PUPIN, M. C. N. G. Planejamento, Execução e Avaliação de Projetos Educacionais. Batatais: Claretiano, 2014.

VASCONCELLOS, C. dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 14. ed. São Paulo: Libertad, 2005.

Bibliografia Complementar:

GANDIN, D. *Planejamento como prática educativa*. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

PERRENOUD, P. *Dez novas competências para ensinar*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

RIGO, Rosa Maria. *Mediação pedagógica em ambientes virtuais de aprendizagem*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/52889/epub/0>. Acesso em: 26 out. 2020.

SILVEIRA, S. A. (Org.). *Software Livre e inclusão digital*. São Paulo: Conrad Livros, 2003.

VARGAS, Ricardo Viana. *Gerenciamento de projetos: estabelecendo diferenciais competitivos*. 6ª. Rio de Janeiro: Brasport, 2005. 250 p

Disciplina: Fundamentos da Educação

Ementa: A proposta da disciplina é articular os saberes da história, da filosofia e da sociologia sobre a educação. Nesta disciplina, a educação se apresenta como elo entre esses três campos do conhecimento científico, que é ponto fundamental para a formação da sociedade na qual vivemos. Assim, tê-la como objeto central de estudo nos leva a perceber como, em outros tempos históricos, com suas respectivas necessidades educacionais, a vida das pessoas foi influenciada pela educação. Nesse ponto, cabe ressaltar que da mesma maneira, poderemos compreender, enquanto seres sociais, quem somos e porque somos homens de nosso tempo. Para tanto, serão objetos de estudo: a origem da problemática pedagógica e diferentes vertentes pedagógicas na Antiguidade. Educação na Antiguidade: Egito e Grécia Antiga. A Educação na época helenística e romana. Idade Média e sua concepção educativa. A Educação na Idade Média: Período Patrístico e Período Escolástico. Problemas pedagógicos na Modernidade. Período Humanístico e Renascentista. A Educação na Era Moderna e Contemporânea. Modelos Contemporâneos da Educação. Introdução à Sociologia. Sociologia: a educação como objeto de estudo da Sociologia. Educação e sociedade: cultura escolar, diversidade cultural e globalização.

Bibliografia Básica:

ARANHA, M. L. A. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. São Paulo: Moderna, 2006.

BASAGLIA, C. C. P. Sociologia da Educação. Batatais: Claretiano, 2013.

CORRÊA, R. A.; KRATANOV, S. V. Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação. Batatais: Claretiano, 2013.

Bibliografia Complementar:

CAMBI, F. História da pedagogia. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Unesp, 1999.

DURAN, M. R. C. (Org.). História da educação. Batatais: Claretiano, 2015.

FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora, 2002.

PINHEIRO, M. S.; SILVA, M. D. Fundamentos históricos e filosóficos da educação: discussões pedagógicas. Batatais: Claretiano, 2014.

NERY, M. C. R. Sociologia da educação. Curitiba: InterSaberes, 2013.

Disciplina: Psicologia da Educação

Ementa: A disciplina de Psicologia da Educação visa apresentar numa perspectiva histórica as principais escolas e abordagens teóricas em Psicologia, demonstrando como essa Ciência foi se constituindo no tempo e em consonância com a Educação. Também apresentará o ciclo vital, constituído pelas diferentes faixas geracionais, tendo como foco a diversidade de características de desenvolvimento nos planos físico, emocional e social nas diferentes faixas, apoiando a formação do educador para trabalhar com as diferentes idades e fases das pessoas. Ainda, a disciplina tratará das principais teorias cognitivas da aprendizagem (como as teorias de Piaget e Vygotsky) auxiliando os futuros educadores na compreensão de como ocorre a formação do conhecimento/pensamento na criança/adolescente e de como a intervenção do educador é de fundamental importância para promover avanços cognitivos. Por fim, a disciplina abordará as diversas variáveis psicológicas relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem, como o autoconceito, autoeficácia, motivação, habilidades sociais, a indisciplina, o erro e fracasso escolar, objetivando que o educador possa elaborar uma prática levando em conta esses aspectos. Tais conteúdos são fundamentais para a formação dos futuros profissionais da Educação, uma vez que permeiam o processo de ensino-aprendizagem no que tange às especificidades de quem ensina, de quem aprende, da relação professor-aluno, e do próprio processo de aprendizagem. Sendo assim, a disciplina possibilita o desenvolvimento de capacidades de reflexão e intervenção sobre variáveis presentes no contexto escolar, bem como uma formação que compreende o ser humano de forma integral.

Bibliografia Básica

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 15. ed. São Paulo: Saraivajur, 2018. Minha Biblioteca.

CAMPOS, J. A. P. P. et al. Psicologia da educação. Batatais, SP: Claretiano - Centro Universitário, 2016. Claretiano – Biblioteca Digital.

COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALACIOS, J. (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação: 2: psicologia da educação escolar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. Minha Biblioteca.

Bibliografia Complementar

CARMO, J. S. Fundamentos psicológicos da educação. Curitiba: Intersaberes, 2012. Biblioteca Virtual Pearson.

BONIS RACY, P. M. P. Psicologia da educação: origem, contribuições, princípios e desdobramentos [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2012 (Série Psicologia em Sala de Aula). Biblioteca Virtual Pearson.

MACHADO, A. M.; PROENÇA, M. (orgs). Psicologia escolar: em busca de novos rumos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. Biblioteca Virtual Pearson.

PRETTE, Z. A. P.; PRETTE, A. del. Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. Biblioteca Pearson.

SALVADOR, C. C.; MESTRES, M. M.; GOÑI, J. O.; GALLART, I. S. Psicologia da educação. Porto Alegre: Penso, 2014. Minha Biblioteca.

Disciplina: Laboratório de Programação

Ementa: Esta disciplina apresenta os princípios da programação de computadores abordando a instalação e configuração de um ambiente de programação C/C++, as instruções de

entrada/saída, estruturas , condicionais e de repetição. Também discute as estruturas de dados homogêneas (vetores e matrizes) e heterogêneas (registros), ponteiros, arquivos e programação modular.

Bibliografia Básica:

ASCENCIO, A. F. G. Fundamentos da programação de computadores: algoritmos, Pascal e C/C++. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

PLOTZE, R. O. Laboratório de Programação. Batatais: Claretiano, 2014.

SCHILDT, Herbert. C : completo e total. 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 1997.

Bibliografia Complementar:

GUIMARAES, A. M. Algoritmos e estruturas de dados. Rio de Janeiro: LTC, 1994.

MANZANO, J. A. N. G.. Algoritmos: lógica para desenvolvimento de programação. 2. ed. São Paulo: Érica, 2005.

MEDINA, Marco. Algoritmos e programação: teoria e prática. 2 ed. São Paulo: Novatec, 2006.

MIZRAHI, Victorine Viviane. Treinamento em linguagem C - curso completo: módulo 1. São Paulo: Makron Books, 1990

MIZRAHI, Victorine Viviane. Treinamento em linguagem C - curso completo: módulo 2. São Paulo: Makron Books, 1990.

Disciplina: Programação Orientada a Objetos

Ementa: O paradigma de programação orientada a objetos apresenta os conceitos de classes, objetos, abstração, herança encapsulamento, polimorfismo, atributos, métodos construtores e modificadores de acesso. Estes conceitos são demonstrados usando a linguagem de programação Java que também é abordada sendo detalhada sua sintaxe, variáveis, tipos de dados, operadores e estruturas de controle.

Bibliografia básica:

DEITEL, H. M. Java : como programar. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

SINTES, A. Aprenda programação orientada a objetos em 21 dias. Rio de Janeiro: Makron Books, 2002.

SOUZA, M. C. Programação Orientada a Objetos. Batatais: Claretiano, 2011.

Bibliografia Complementar:

ANSELMO, F. Aplicando lógica orientada a objeto em Java. 2 ed atual. e ampl. Florianópolis: Visual Books, 2005.

BARNES, D. J. Programação orientada a objetos com java: uma introdução prática utilizando o BLUEJ. São Paulo: Pearson, 2004.

DEITEL, H. M.; DEITEL, P. J. Java: como programar. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

RUMBAUGH, J. et al; ALENCAR, D. C. de. (Trad.). Modelagem e projetos baseados em objetos. 15ª Rio de Janeiro: Campus, 2006.

SHALLOWAY, A.; TROTT, J. R. Explicando padrões de projeto: uma nova perspectiva em projeto orientado a objeto. Ana M. de Alencar Price (Trad.). Porto Alegre: Bookman, 2004.

Disciplina: Redes de Computadores

Ementa: Esta disciplina apresenta os conceitos básicos de comunicação e transmissão de dados usados em redes de computadores, bem como apresenta e analisa as topologias de redes e os componentes de uma rede. Aborda o modelo de referência OSI e os protocolos com ênfase no protocolo TCP/IP. Por fim discute conceitos de cabeamento estruturado, certificação de redes, infraestrutura e segurança utilizando software livre.

Bibliografia Básica

KUROSE, J. F; ROSS, K.W. Redes de computadores e a internet: uma abordagem top-down. 6. ed. Tradução de Daniel Vieira, São Paulo:Pearson Education do Brasil, 2013 (Biblioteca Virtual Pearson).

LEVADA, L. C. Redes de Computadores. Batatais: Claretiano, 2013. (Claretiano – Biblioteca Digital).

TANENBAUM, A. S.; WETHERALL, D. Redes de computadores. 5. ed. Tradução de Daniel Vieira, São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2011. (Biblioteca Virtual Pearson).

Bibliografia Complementar

COMER, Douglas. Redes de computadores e internet. 6. ed. Tradução de José Valdeni de Lima e Valter Roesler. Porto Alegre: Bookman, 2016. (Minha biblioteca).

ENGST, Adam; FLEISHMAN, Glenn. Kit do iniciante em redes sem fio: o guia prático para redes Wi-fi para Windows e Macintosh. 2 Ed, Tradução de Edson Fumankiewicz. São Paulo: Pearson Makron Books, 2005 (Biblioteca Virtual Pearson).

KUROSE, J. F.; ROSS, K. W. Redes de computadores e a internet: uma nova abordagem. Tradução de Arlete Simille Marques. São Paulo:Pearson Education do Brasil, 2003. (Biblioteca Virtual Pearson).

LIMA FILHO, E. C. (Org.). Fundamentos de rede e cabeamento estruturado. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. (Biblioteca Virtual Pearson).

STALLINGS, William, Criptografia e segurança de redes: princípios e práticas. 4 ed. Tradução de Daniel Vieira. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008. (Biblioteca Virtual Pearson).

Disciplina: Banco de Dados

Ementa: Esta disciplina aborda os conceitos sobre a arquitetura, gerenciamento de transações, controle de concorrência, recuperação, processamento e otimização de consultas em banco de dados. Aplica os conceitos de modelagem de dados usando o modelo entidade-relacionamento. Aborda o modelo de dados relacional e utiliza a linguagem SQL para consulta e manipulação de dados.

Bibliografia Básica:

ELMASRI, Ramez; NAVATHE, Shamkant B. **Sistemas de banco de dados: fundamentos e aplicações.** 7. ed. São Paulo: Pearson, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/168492/pdf/0>. Acesso em: 22 jul. 2019.

RANGEL, Alexandre Leite et al. **Banco de dados.** Batatais, SP: Claretiano - Centro Universitário, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.claretiano.edu.br/anexo/000036/00003663.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2019.

RAMAKRISHNAN, Raghu; GEHRKE, Johannes. **Sistemas de gerenciamento de banco de dados.** São Paulo: McGraw-Hill, 2011. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788563308771/cfi/0!/4/4@0.00:0.351>. Acesso em: 15 set. 2020.

Bibliografia Complementar:

AMADEU, Cláudia Vicci (org.). **Banco de dados.** São Paulo: Pearson, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/22152>. Acesso em: 15 set. 2020.

MACHADO, Felipe Nery Rodrigues. **Banco de dados: projeto e implementação.** 4. ed. São Paulo: Érica, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536532707/cfi/3!/4/4@0.00:0.00>. Acesso em: 15 set. 2020.

MEDEIROS, Luciano Frontino de. **Banco de dados**: princípios e prática. Curitiba: Intersaberes, 2013. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6289>. Acesso em: 15 set. 2020.

SILBERSCHATZ, Abraham; KORTH, Henry F.; SUDARSHAN, S.. Sistema de Banco de Dados. Rio de Janeiro: Campus, 2020. 7a Edição. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595157552/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover\]!/4/2/2%4051:41](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595157552/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover]!/4/2/2%4051:41)

TEOREY, Toby et al. **Projeto e modelagem de banco de dados**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595156432/cfi/6/2!/4/2/4@0:0.00>. Acesso em: 15 set. 2020.

Disciplina: Didática e Metodologia da Ensino de Computação

Ementa: Esta disciplina aborda o processo de ensino-aprendizagem a partir das diferentes tendências e abordagens pedagógicas. A partir dos conceitos e diretrizes das políticas educacionais será apresentado as estratégias e importâncias pedagógicas de instrumentos como planos educacionais, planejamento de métodos de ensino, teorias da aprendizagem, planejamento escolar e planos de ensino de aula integrando-os à gestão e avaliação do planejamento escolar inclusive aos instrumentos avaliativos escolhidos. Apresenta e discute a taxonomia de Bloom e Gagné como ferramentas de planejamento e por fim aborda e discute algumas estratégias de ensino.

Bibliografia básica:

BERTANHA, Pricila. *Didática geral*. Batatais: Claretiano - Centro Universitário, 2012. Biblioteca Digital.

MAGALINI, Lidiane Maria *et.al. Fundamentos e Métodos do Ensino de Computação*. Batatais: Claretiano - Centro Universitário, 2014. Biblioteca Digital.

PIMENTA, S. G.; FRANCO, M. A. R. S.; LIBÂNEO, J. C. *Didática*: embates contemporâneos. Editora Loyola, 2010.

Bibliografia Complementar:

BARATO, J. N. *Escritos sobre tecnologia educacional e educação profissional*. São Paulo: Senac, 2002.

LIBÂNEO, José. Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2010.

MORAN, J. M., MASETTO, M. T. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. 8. ed. Campinas: Papirus, 2017.

OLIVEIRA, Ramon. *Informática educativa: dos planos e discursos à sala de aula*. Campinas, Papirus, 2020.

MIZUKAMI, Maria. da Graça. Nicoletti. *Ensino*: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 2012.

TIBEAU, Cynthia C. Pasqua M. *Didática com criatividade*. São Paulo: Ícone editora, 2011.

Nome da Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica

Ementa: A disciplina Metodologia da Pesquisa Científica tem como propósito contribuir para a formação do estudante para o exercício da pesquisa, nos campos teórico e prático, preparando-o para a autonomia com relação à solução de situações-problema em sua área de atuação, amparado na reflexão que estabeleça relação com o conhecimento já produzido. Em consonância com Projeto Educativo e os Princípios do Claretiano – Rede de Educação, os eixos temáticos da disciplina perpassam a ética na pesquisa - no que tange ao tratamento de

propriedade intelectual veiculada pela comunidade científica – bem como a ética da alteridade no tratamento para com a Pessoa Humana, possível sujeito participante de uma pesquisa. A disciplina ainda aborda noções da linguagem empregada na esfera científica, a atuação dos Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, a construção dos elementos clássicos de um Projeto de Pesquisa, e a elaboração de Trabalho de Curso, através da Monografia, como gênero discursivo de maior abrangência na seara acadêmica.

Bibliografia Básica:

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/419/pdf/0>. Acesso em: 3 jun. 2016.

MARINHEIRO, Carlos Alberto; SANCHES, Everton Luis; ARCHANJO Rafael Menari. **Metodologia da pesquisa científica**. Batatais: Claretiano, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.claretiano.edu.br/anexo/000044/0000449b.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2017.

Bibliografia Complementar:

CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/358/pdf/0>. Acesso em: 16 set. 2016.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/341/pdf/0>. Acesso em: 3 jun. 2016.

COSTA, Marco Antônio F. da.; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Projeto de pesquisa: entenda e faça**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/149412/pdf/0>. Acesso em: 01 out. 2016.

DYNIWICZ, Ana Maria. **Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes**. 3. ed. rev. e ampl. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/53978/pdf/0>. Acesso em: 13 out. 2016.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Curitiba: Intersaberes, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37394/pdf/0>. Acesso em: 05 nov. 2016.

Nome da Disciplina: Políticas da Educação Básica

Ementa: A disciplina busca oportunizar no contexto dos cursos de licenciatura, a aquisição de conhecimentos que fundamentam a compreensão acerca da organização e do funcionamento das políticas da educação brasileira, com vistas a um posicionamento crítico, humano, frente aos desafios da realidade educacional e um engajamento comprometido com a construção de uma escola de qualidade. As Políticas Educacionais (aspectos sociopolíticos e históricos; reformas educacionais e planos de educação; programas nacionais de educação;). A Legislação Educacional (Lei Federal no 9.394/96 – LDB; Constituição Federal de 1988; Lei Federal no 8.069/90 – ECA e suas medidas socioeducativas). As Estruturas do Ensino Brasileiro (níveis e modalidades de educação e ensino; estrutura didática; estrutura administrativa; currículo escolar). Financiamento da Educação Escolar. Gestão Escolar. Profissionais da Educação.

Bibliografia Básica:

GROCHOSKA, Marcia Andreia. Organização escolar: perspectivas e enfoques (livro eletrônico)/ 2.ed. rev. Curitiba: Intersaberes, 2013. Disponível em: <https://bv4.digitalpages.com.br/?term=educa%25C3%25A7ao%2520escolar%2520politicas%2520>

520estrutura%2520organiza%25C3%25A7ao&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=4§ion=0#/legacy/6113>. Acesso em: 19 out..2019. (Biblioteca Virtual Pearson).

LIPPE, Marcia Oliveira (Org.). Estrutura e funcionamento do ensino fundamental e médio. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2019. Disponível em: <<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=marcia%2520lippe&searchpage=1&filtro=todos&from=busca#/legacy/176634>>. Acesso em: 19 out. 2019. (Biblioteca Virtual Pearson).

SERRAZES, Karina Elizabeth; CORRÊA, Rubens Arantes. Políticas da educação básica. Batatais, SP: Claretiano - Centro Universitário, 2013. Disponível em: <<https://biblioteca.claretiano.edu.br/anexo/000046/00004622.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2014. (Claretiano – Biblioteca Digital).

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. [Brasília]: Casa Civil, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 05 dez. 2019.

BRUEL, Ana Lorena de Oliveira. Políticas e legislação da educação básica no Brasil. Curitiba: Ibpex, 2012. Disponível em: <<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=Pol%25C3%25ADticas%2520e%2520legisla%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520da%2520educ%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520b%25C3%25A1sica%2520no%2520Brasil&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=0§ion=0#/educacao/6065>>. Acesso em: 13 dez. 2018. (Biblioteca Virtual Pearson).

DEMO, Pedro. Nova LDB (A): ranços e avanços. 23 ed. São Paulo: Editora Papirus, 2015. Disponível em: <<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=LDB&searchpage=1&filtro=todos&from=busca#/legacy/2825>>. Acesso em: 18 out. 2019.

VEIGA, Ilma Passos A.; SILVA, Edileuza F. da (orgs.) Ensino fundamental: da LDB à BNCC. São Paulo. Editora: Papirus Editora, 2019. Disponível em: <<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=LDB&searchpage=1&filtro=todos&from=busca#/legacy/epub/168183>>. Acesso em: 18 out. 2019. (Biblioteca Virtual Pearson).

Disciplina: Fundamentos da Educação Inclusiva

Ementa: A disciplina visa no contexto dos cursos de licenciatura ser espaço teórico-prático buscando contribuir na formação mais humana do futuro professor no que diz respeito à reflexão e compreensão da relevância do processo de Educação inclusiva, para que o mesmo seja capaz de compreender, aceitar, conviver, trabalhar e, acima de tudo, respeitar as diferenças, contribuindo assim, para a vivência/convivência de uma sociedade mais justa e humana. Para tanto, serão objetos de estudo da disciplina: a Formação de Professores na Perspectiva da Educação Inclusiva. História da Educação Especial: Paradigmas e Fatos Significativos. Políticas em Educação Especial. A prevenção das deficiências e o aluno público-alvo da Educação Especial. Adaptações Curriculares e o aluno público-alvo da Educação Especial

Bibliografia Básica:

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Org.). *Desenvolvimento psicológico e educação: 3: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536308241/cfi/0!/4/2@100:0.00>. Acesso em: 27 nov. 2019. (MINHA BIBLIOTECA)

PEDROSO, Cristina Cinto Araújo; CAMPOS, Juliane Aparecida de Paula Perez; ROCHA, Juliana Cardoso de Melo. Fundamentos da educação inclusiva: caderno de referência de conteúdo.

Batatais, SP: Claretiano - Centro Universitário, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.claretiano.edu.br/anexo/000024/00002439.pdf>. Acesso em: 22 maio 2019.

ZILLOTTO, Gisele Sotta. Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva: fundamentos psicológicos e biológicos (Livro eletrônico). Curitiba. InterSaberes. 2015. (PEARSON)

Bibliografia Complementar:

BELTHER. Josilda Maria (Org.). *Educação Inclusiva*. São Paulo: Pearson Education do Brasil. 2017. ISBN 978- 85-430-2213-0 (PEARSON) BERGAMO. Regiane Banzatto. *Educação Especial: Pesquisa e Prática*. Curitiba. InterSaberes. 2012 (Série Inclusão Escolar). ISBN 978-85-8212-160-3 (PEARSON)

BRASIL. Secretaria de Educação Especial; Secretaria de Educação Especial; (Coord.). *Ensinando na diversidade: reconhecendo e respondendo às necessidades especiais*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie2.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2011.

BRASIL; Secretaria de Educação Especial (Coord.). *Recomendações para a construção de escolas inclusivas*. [2. ed.]. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.

FERNANDES, Sueli. *Fundamentos para a Educação Especial [livro eletrônico]* / Sueli Fernandes. – Curitiba: InterSaberes, 2013. – (Série Fundamentos da Educação) ISBN 978-85-8212-228-0 (PEARSON)

SILVA, Aline Maira da. *Educação Especial e inclusão escolar: história e fundamentos [livro eletrônico]*/. – Curitiba: InterSaberes, 2012 (Série Inclusão Escolar). ISBN 978-85-8212-168-9 (PEARSON)

Disciplina: Produção de Materiais Instrucionais

Ementa: Esta disciplina abordará o material instrucional como aquele que deve estimular a autonomia e a auto aprendizagem dos alunos a fim de que consigam, não apenas, assimilar conteúdos, mas também desenvolver operações cognitivas que propiciem a formação de competências e habilidades. Neste contexto será apresentado a relação entre aprendizagem e conhecimento; teorias contemporâneas de aprendizagem; aprendizagem por computador; computador como um recurso pedagógico; material instrucional digital e objetos de aprendizagem; aplicativos educacionais; planejamento e avaliação de materiais instrucionais.

Bibliografia Básica:

FILATRO, Andrea. *Design instrucional na prática*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/436/pdf/0>. Acesso em: 26 out. 2020.

GIRAFFA, Lucia Maria Martins et al (org.). *(Re)invenção pedagógica?: reflexões acerca do uso de tecnologias digitais na educação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/52666>. Acesso em: 26 out. 2020.

ROSALES, Gislaine Cristina Micheloti; SPRESSOLA, Nilvânia Aparecida. *Produção de materiais instrucionais*. Batatais, SP: Claretiano - Centro Universitário, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.claretiano.edu.br/anexo/00002a/00002ae7.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Nanci Aparecida de (coord.). **Tecnologia na escola:** abordagem pedagógica e abordagem técnica. São Paulo: Cengage Learning, c2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522116454/cfi/0!4/2@100:0.00>. Acesso em: 26 out. 2020.

CERIGATTO, Mariana Pícaro; MACHADO, Viviane Guidotti. **Tecnologias digitais na prática pedagógica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028128/cfi/0!/4/2@100:0.00>. Acesso em: 26 out. 2020.

PUC-RIO. Objetos de Aprendizagem. Disponível em https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13424/13424_3.pdf. Acesso em: 07 dez 2021.

RIGO, Rosa Maria. **Mediação pedagógica em ambientes virtuais de aprendizagem**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/52889/epub/0>. Acesso em: 26 out. 2020.

Disciplina: Análise e Projeto de Sistemas

Ementa: Esta disciplina apresenta os conceitos e princípios de análise de sistemas, como o processo de desenvolvimento do software segundo a norma NBR ISO/IEC 12207, o ciclo de vida clássico e o paradigma da tecnologia da orientação a objetos. Utiliza como ferramenta a linguagem UML abordando seus diferentes diagramas para modelagem de cada aspecto do sistema.

Bibliografia Básica:

AMADEU, C. V.; GONÇALVES, P. R.; TEIXEIRA JÚNIOR, W. Análise e Projeto de Sistemas. Batatais: Claretiano, 2013.

RUMBAUGH, J. et al. Modelagem e projetos baseados em objetos. 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2006.

SOMMERVILLE, I. Engenharia de software. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2003.

Bibliografia Complementar:

BOOCH, G. et al. UML: Guia do Usuário. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

FOWLER, M.; SCOTT, K. UML Essencial: Um Breve Guia Para a Linguagem Padrão de Modelagem de Objetos. Porto Alegre: Bookman, 2000.

PFLEEGER, S.L. Engenharia de software: teoria e prática. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

POMPILHO, S. Análise essencial: guia prático de análise de sistemas. Rio de Janeiro: Info Book, 1995.

PRESSMANN, R. S. Engenharia de software. São Paulo: Makron Books, 1995.

Nome da Disciplina: Inteligência Artificial

Ementa: A inteligência artificial é uma área da computação com início nos anos 50, do século XX e que, nos últimos anos, graças à evolução dos hardwares, tem atraído a atenção de muitos pesquisadores, dessa forma estando em constante atualização. São objetivos de estudo da disciplina os fundamentos e aplicações da inteligência artificial, abordando: fundamentos históricos filosóficos e metodológicos da inteligência artificial; técnicas de busca heurística e tomada de decisões; lógica proposicional e lógica de primeira ordem; aplicação prática usando a linguagem de programação em Prolog; técnicas de representação de conhecimento; raciocínio com incertezas; raciocínio automatizado e linguagem natural.

Bibliografia básica

RUSSELL, Stuart; NORVIG, Peter. **Inteligência artificial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595156104/cfi/6/8!/4/2/2/2@0:0>. Acesso em: 15 set. 2022.

SILVA, Flávio Soares Corrêa da; ROSALES, Gislaine Cristina Micheloti. **Inteligência artificial**. Batatais, SP: Claretiano - Centro Universitário, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.claretiano.edu.br/anexo/00002a/00002adc.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

Bibliografia complementar

COPPIN, Ben. **Inteligência artificial**. Rio de Janeiro: LTC, c2010. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2936-8/cfi/6/2!/4/2/2@0:0>.

Acesso em: 15 set. 2022.

LUGER, George F. **Inteligência artificial**. 6. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, c2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/180430/pdf/0>. Acesso em: 15 set. 2022.

MEDEIROS, Luciano Frontino de. **Inteligência artificial aplicada: uma abordagem introdutória**. Curitiba: Intersaberes, 2018. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/161682/pdf/0>. Acesso em: 15 set. 2022.

MELO, Ana Cristina Vieira de; SILVA, Flávio Soares Corrêa da. **Princípios de linguagens de programação**. São Paulo: Blucher, 2014. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521214922/cfi/0!/4/2@100:0.00>.

Acesso em: 15 set. 2022.

SILVA, Flávio Soares Corrêa da; FINGER, Marcelo; MELO, Ana Cristina Vieira de. **Lógica para computação**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2018. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522127191/cfi/0!/4/2@100:0.00>.

Acesso em: 15 set. 2022.

Disciplina: Língua Brasileira de Sinais

Carga horária: 60 h ou 80 h/a

Ementa: A disciplina Língua Brasileira de Sinais, em atendimento à Lei 10.436/02 e ao Decreto Lei 5.626, de 22 de dezembro de 2005, pretende melhorar a comunicação e interação entre aluno surdo e professores, tutores e alunos ouvintes; atender a aprendizagem e desenvolvimento do aluno surdo no curso; dar condições de trabalho para os professores e tutores dos diversos cursos; e incorporar a política de educação inclusiva. Para isso discutirá os direitos da pessoa surda. A importância da Libras na comunicação e na educação do indivíduo surdo. A história da pessoa surda. O indivíduo surdo e suas interações na sociedade. A implementação do bilinguismo na atualidade. Vocabulário da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Libras em contexto. Diálogos em Libras. Gramática da Libras.

Bibliografia Básica

BAGGIO, Maria Auxiliadora; CASA NOVA, Maria da Graça. **Libras**. Curitiba: Intersaberes, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/129456/pdf/0>. Acesso em: 31 out. 2021.

PEDROSO, Cristina Cinto Araújo; ROCHA, Juliana Cardoso de Melo. **Língua brasileira de sinais: caderno de referência de conteúdo**. Batatais, SP: Claretiano - Centro Universitário, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.claretiano.edu.br/anexo/000029/00002902.pdf>. Acesso em: 31 out. 2021.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha *et al.* **Libras: conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson, 2011. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2658/pdf/0>. Acesso em: 9 jun. 2021.

Bibliografia Complementar

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; SANTOS, Lara Ferreira dos; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira (org.). **Libras: aspectos fundamentais**. Curitiba: InterSaberes, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/169745/pdf/0>. Acesso em: 9 jun. 2016.

MORAIS, Carlos Eduardo Lima de *et al.* **Libras**. 2. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027305/cfi/0!/4/4@0:00:0.00>.

Acesso em: 27 mar. 2021.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2007. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536311746/cfi/0!4/4@0.00:0.00>. Acesso em: 15 out. 2021.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem**: aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo: Summus, 2015. 5. ed. rev. e atual. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/177963/epub/0>. Acesso em: 09 ago. 2021.

SILVA, Rafael Dias (org.). **Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/35534/pdf/0>. Acesso em: 09 ago. 2021.

Disciplina: Programação Comercial

Ementa: Esta disciplina aborda o desenvolvimento de programas em ambiente de programação desktop com acesso a banco de dados. Apresenta metodologias, técnicas e a ferramenta de programação Visual Studio. Todos os conceitos são demonstrados utilizando a linguagem de programação C#.

Bibliografia Básica:

CAMPOS, F. M. P.; PLOTZE, R. O. Programação Comercial. Batatais: Claretiano, 2013.

DEITEL, H. M.; DEITEL, P. J.; STEINBUHLER, K. C#. Como Programar. São Paulo: Pearson, 2007.

SAADE, JOEL. C#: Guia de Consulta Rápida. São Paulo: Novatec, 2008.

Bibliografia Complementar:

BAGNALL, B.; STEPHEN, G.; PHILIP, C. C# para Programadores de Java. São Paulo: Alta Books, 2002.

DAVI, STEPHEN RANDY & CHUCK SPHAR. C# 2008 Para Leigos. São Paulo: Alta Books, 2009

ICKSON, Rosângela. Aprenda a programar em C, C++ e C#. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SPHAR, Chuck; DAVIS, Stephen R. C# 2008 para leigos. Rio de Janeiro: Alta Books, 2009.

SHARP, JOHN. Microsoft Visual C#: Passo a Passo. São Paulo: Bookman, 2006.

12.1. Considerações acerca das Bibliografias Básicas e Complementares

A atualização do acervo será constante e priorizará: títulos das bibliografias; títulos que atendam a mais de um curso; aquisição da edição mais recente; títulos ainda inexistentes na biblioteca e implantação de novos cursos.

Tanto o acervo de livros físicos quanto o dos virtuais, assim como os periódicos, serão quantificados mediante um plano de contingência, elaborado a partir do número de vagas previsto para o curso. O plano de contingência está presente no relatório referendado pelo Núcleo Docente Estruturante.

13. UNIFICAÇÃO DOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (CLARETIANO – REDE DE EDUCAÇÃO)

No ano de 2012 foi criado o Claretiano – Rede de Educação e iniciado seu processo de estruturação.

Considerando o processo de estruturação do modelo de gestão para o aprimoramento e unificação de todas as unidades educacionais da Rede, várias dimensões foram analisadas e estudadas, a partir de Áreas Temáticas: Administrativo e Financeiro, Comunicação e Marketing, Educação e Ação Pastoral, Gestão Estratégica de Pessoas, Material Didático, Registro e Controle Acadêmico, Responsabilidade Social e Filantropia, Tecnologia da

Informação. O trabalho teve como subsídio o Projeto Educativo Claretiano e seus princípios de abertura, singularidade, integralidade, transcendência, autonomia, criatividade e sustentabilidade.

Com a estruturação da Rede, iniciou-se o Projeto de Unificação dos PPPC de Graduação das unidades educativas Claretianas de Educação Superior, projeto este que tem sua origem no ano de 2006, com a iniciativa da articulação dos cursos de Pedagogia. Esse projeto, que parte da Área Temática Educação e Pastoral tem como subsídio o Projeto Educativo Claretiano e seus Princípios, as diretrizes curriculares nacionais de graduação e do Exame Nacional dos Cursos; as demandas e especificidades de cada curso, articulado com o sistema institucional Totvs, e tem como objetivo: unificar todos PPPC de Graduação do Claretiano – Rede de Educação, nas dimensões filosóficas, antropológicas, acadêmica, administrativa e pedagógica, buscando contribuir e fortalecer a aprendizagem dos alunos (formação humana e profissional).

A Unificação e Alinhamento de todos os PPPCs significa que os cursos de graduação do Claretiano têm o mesmo projeto e uma matriz curricular (por curso) a ser ofertada tanto na modalidade a distância e presencial.

A unificação e o alinhamento do PPPCs foram se efetivando a partir dos aspectos: tempo integralização e carga horária mínimos; disciplinas institucionais, centro de formação de professores, optativas de formação, das áreas de gestão, saúde, informática e engenharias; ementas; quantidade de disciplinas ofertadas e carga horária por semestre; e tempo mínimo de horas dos demais componentes curriculares.

O trabalho está sendo realizado em conjunto com os coordenadores de curso de cada unidade educacional, que são orientados e acompanhados pelas coordenações de ensino e acadêmica, para a efetivação das etapas de unificação das matrizes curriculares e de ajustes das ementas, conteúdos, bibliografias básica e complementar.

O PPPC está sendo ajustado durante todo o momento do processo de unificação, quanto aos perfis, objetivos, competências, ementas, conteúdos, bibliografias, bem como o roteiro final. Cabe salientar que todos os cursos do Claretiano seguem unificação, implantadas desde o ano de 2015.

14. PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS E MODALIDADE

A metodologia sustentada pela Missão e Projeto Educativo Claretiano (PEC) incide profundamente no desenvolvimento da personalidade, na autorrealização e na autonomia de ser e de aprender do aluno do Curso de Licenciatura em Computação, assim como na formação do espírito de cooperação e de solidariedade. Para isso, a metodologia e a didática do Claretiano são consideradas ativas, pois concebem alunos, professores e tutores, pessoas humanas participantes e pertencentes ao processo do aprender e do processo de ensinar (respectivamente), sendo sustentadas pelos seguintes princípios: Singularidade, Abertura, Integralidade, Transcendência, Autonomia, Criatividade e Sustentabilidade (CLARETIANO, 2014).

De acordo com Piva (2008), não é um método pedagógico, uma teoria psicológica, um procedimento, uma técnica que marca a escola claretiana, é, antes, uma formalidade, um espírito, uma alma peculiar que anima e dá, a ela, especial e diferenciada vitalidade. Daqui nasce a vivência, o entusiasmo e o quadro de referência para a ação educativa. Essa formalidade e esse sentido adotados requerem uma concepção clara e explícita do que vem a ser a Pessoa Humana.

A abordagem do Claretiano – Centro Universitário para conhecer e tratar o ser humano quer ser radical e metafísica, atingir o homem em si, como ser bio-psico-espiritual em relação múltipla e num processo de realização. A partir dessa Missão radical, emergem o valor

do ser humano, sua dignidade e sua educabilidade. Métodos, técnicas, currículo, ensino etc. são meios para construir o Ser-Pessoa.

O Claretiano, portanto, espera se diferenciar de outras instituições de ensino não pelos métodos, técnicas, meios audiovisuais e laboratórios, que sempre devem ser os melhores, mas pela “[...] altura dos destinatários da atividade educativa. Não pelos meios, mas, sobretudo, pelo fim do seu processo educativo” (PIVA, 2008, p. 1).

Com base nessas colocações, na proposta do Curso de Licenciatura em Computação, os alunos construirão significados e práticas para sua atuação a partir de múltiplas e diferentes interações essenciais à socialização e à aprendizagem da ética profissional. Assim, a metodologia de trabalho proposta pelo curso baseia-se na reflexão contínua dos conteúdos metodológicos, na análise de situações da prática profissional articuladas com os componentes curriculares, nas disciplinas, considerando os conteúdos teóricos e práticos desenvolvidos ao longo de sua formação, para que ele possa refletir quanto à sua formação, tomar decisões, fazer opções e construir novas práticas na área.

A metodologia de Educação a Distância do Claretiano, presente no PPPC, atende e coloca em prática o desenvolvimento dos conteúdos essenciais durante 20 semanas, sendo 4 (quatro) disciplinas por semestre, a partir de estratégias ativas de aprendizagem de acordo com a sua natureza (nas aulas presenciais ou remotas: Aprendizagem baseada em games ou gamificação Aprendizagem baseada em projetos Aula expositivo-dialogada Aula invertida (Flipped Classroom) Aula prática Debate/Discussão Dinâmica em grupo Dramatização/Simulação Ensino com pesquisa Estudo de caso Estudo de texto Estudo dirigido Estudo do meio Grupo de verbalização e observação Júri Simulado Lista de discussão Mapa Conceitual Oficina Peer Instruction ou instrução por pares Portfólio Seminário TBL - Aprendizagem Baseada em Equipes Tempestade cerebral; nas Aulas EaD: Aprendizagem baseada em games ou gamificação Aprendizagem baseada em projetos Aula invertida (Flipped Classroom) Ensino com pesquisa Estudo de caso Estudo de texto Estudo dirigido Estudo do meio Lista de discussão Mapa Conceitual Portfólio; na implementação da Avaliação Semestral Interdisciplinar – ASI, que ocorre semestralmente e permite ao aluno ser avaliado a partir do perfil proposto; nos demais componentes curriculares do curso; no Encontro Nacional Claretiano de Iniciação Científica (ENCIC), conferências e palestras do curso; e nos momentos a distância, que favorecem a aprendizagem individual e em grupo, com a mediação de recursos didáticos organizados, com apoio do tutor a distância, garantindo um aprendizado de excelência, comprovado pelo desempenho dos alunos dos cursos de graduação já avaliados no ENADE, e contribuindo para o IGC satisfatório da Instituição (2007-2.01-3; 2008-2.46-3; 2009-2.56-3; 2010-2.64-3; 2011-3.11-4; 2012-3.12-4; 2013-3.11-4; 2014-2.91-3; 2015-2.89-3; 2016-2.95-4; 2017-3.06-4; 2019-2.95-4; 2021-2.8818-3). Todas as atividades acadêmico/pedagógicas tem o contínuo acompanhamento do professor responsável (mestres e doutores). Especificamente nos momentos a distância e semanais, o apoio é dado pelo tutor a distância, e as aulas presenciais (definidas no calendário acadêmico e extras), por professores, todos proporcionando aos alunos os conhecimentos de ponta, trabalhados na estreita relação teoria-prática, direcionados pelos objetivos, visando à concretização do perfil do egresso. Acrescenta-se o apoio da equipe de supervisores de polo e de help desk institucional.

Assim, o Claretiano tem o compromisso da implementação de práticas pedagógicas e acessibilidade metodológica inovadoras supracitadas, proporcionando aos alunos público-alvo ou não da Educação Especial aprendizagens concretas e diferenciadas para a área, a partir do apoio dos seguintes recursos didáticos: Sistema Gerenciador de Aprendizagem – Sala de Aula Virtual (SGA-SAV), com apoio da utilização de tecnologia assistiva, estando disponíveis softwares específicos (WebLibras e VLibras – ferramentas para tradução automática para Libras; NVDA – ferramenta para leitura de telas); material didático próprio, construído por uma equipe multidisciplinar, que elabora o Plano de Ensino, Caderno de Referência de Conteúdo e

vídeos; bibliografia básica e complementar física e virtual; vídeos e conteúdos complementares com linguagem dialógica; elementos essenciais da metodologia de EaD do Claretiano.

14.1. Modalidade a Distância

Ao conceber seu modelo de Educação a Distância, o Claretiano - Centro Universitário manteve-se fiel aos seus princípios, valores e à filosofia da instituição.

O modelo nasce a partir de uma visão sistêmica que engloba as premissas teóricas que sustentam os Projetos Político-Pedagógico dos Cursos, a construção do currículo e a consequente construção das práticas pedagógicas a partir da interação entre a estrutura docente (professores e tutores), os alunos, os objetos de estudos (recursos didáticos amparado por um amplo acervo de recursos tecnológicos de modo que sejam estabelecidas as relações sociais entre esses atores e recursos culminando então na definição do modelo.

Ainda nessa ótica, para Behar (2009), os modelos de ensino consistem no modo/forma de ensino que influencia e é influenciado por vários fatores e mecanismos que fazem parte do processo de aprendizagem e da estrutura e organização do curso. Tais fatores implicam no planejamento, nos métodos e nas técnicas de ensino, além das formas e técnicas de avaliação, das formas de interação e, consequentemente, a construção do conhecimento durante o processo de ensino-aprendizagem.

Ao analisar a evolução da EaD ao longo dos tempos, é possível observar como forte característica a constante mudança que ocorre a partir do surgimento de novas tecnologias, novas metodologias e estratégias de aprendizagem, somado à profissionalização da gestão escolar.

No Claretiano - Centro Universitário, como observamos no item que descreve os aspectos históricos da modalidade, essa evolução não foi diferente. Novos cursos, novas metodologias e estratégias, novas tecnologias e novas competências do docente são perceptíveis na trajetória institucional.

A figura a seguir busca traduzir, a partir da identificação de elementos essenciais, como está representado o modelo de educação a distância que vem sendo construído ao longo dos anos.

Conforme observado, a figura, na sua base, traz os elementos que subsidiam o modelo de EaD nas suas diferentes dimensões. No nível acima, observamos dois aspectos fundamentais, considerados o cerne do processo de ensino e aprendizagem, a docência, na sua mais ampla dimensão e a avaliação da aprendizagem. Todos esses elementos, quando articulados possibilitam que se atinja a finalidade da instituição e, consequentemente, o cumprimento da sua missão.

Não obstante, o conjunto desses elementos está envolto nas distintas metodologias que são planejadas e executadas a partir dos interesses do curso, de modo que suas características e especificidades sejam respeitadas. O detalhamento desses elementos podem permitir uma melhor compreensão acerca da sua relevância no modelo de EaD construído pela instituição.

- **Serviços Acadêmicos (Atendimento ao discente):** consiste em todo o arcabouço de serviços acadêmicos à disposição dos estudantes desde sua inscrição para ingresso no curso até a emissão do seu diploma. Perfazem esse item recursos como o CRM "**Customer Relationship Management**" (Gestão de Relacionamento com o Cliente), responsável por todo o relacionamento com o estudante, os diferentes canais de comunicação, o registro acadêmico, além de todo capital humano responsável pelo atendimento.

- **Recursos Didáticos (Materiais Didáticos, Bibliotecas, etc.):** A produção de recursos didáticos tem sido uma pauta prioritária na Instituição, por ser o material um dos componentes essenciais do seu modelo de educação e por ele constituir um importante recurso no processo de ensino e aprendizagem conduzido pela mediação humana (professor-tutor-estudante) e tecnológica (SGA-SAV). É também por meio desse recurso que o docente e o discente interagem, estabelecendo entre si uma relação humana indispensável para a construção do conhecimento de modo colaborativo. São considerados recursos didáticos todo o acervo de vídeos, áudios, materiais didáticos, planos de ensino, entre outros recursos.
- **Tecnologias (SAV, Portais, APPs, etc.):** parte elementar do modelo de EaD do Claretiano, o abundante arsenal tecnológico cumpre o papel de integrar os alunos à instituição e contribuir para o desenvolvimento da sua aprendizagem. Estão organizados de modo interdependente, o que permite a integração dos diferentes sistemas.
- **Infraestrutura:** tanto na sede, quanto nos polos, a instituição tem grande preocupação em disponibilizar ao estudante a estrutura necessária ao desenvolvimento das atividades previstas no seu curso. Busca-se garantir uma estrutura padrão, de modo que o estudante, independente do polo que esteja matriculado, tenha as mesmas oportunidades que os demais. A identificação das necessidades específicas de cada curso, a partir do seu Projeto Político-Pedagógico são cuidadosamente respeitadas e passíveis de serem observadas nos documentos institucionais, tais como o Relatório de Infraestrutura.
- **Docência e Tutoria:** A estrutura de docentes e tutores do Claretiano foi pensada de modo a atender às especificidades da legislação brasileira, no que se refere às questões trabalhistas e pedagógicas. Fazem parte dessa estrutura os professores responsáveis, cuja função principal é o planejamento da disciplina e a construção de recursos de aprendizagem, além da sua importante função enquanto membros do Núcleo Docente Estruturante e Colegiado de Curso. De acordo com as políticas institucionais, quadro de professores responsáveis são construídos respeitando os diversos indicadores internos e externos, o que garante um alto nível de qualidade condizente com o compromisso institucional. Os tutores a distância tem como função principal o suporte aos estudantes no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Possuem formação relacionada à área do conhecimento da disciplina, atuam nos regimes integral, parcial e horista. Já os tutores presenciais atuam em uma perspectiva administrativa dando suporte a outros componentes curriculares do curso.
- **Avaliação da Aprendizagem:** O sistema de avaliação da aprendizagem no Claretiano – Centro Universitário é concebido dentro de um processo que integra a aprendizagem do aluno e a intervenção pedagógica do professor, na direção da construção do conhecimento e da formação profissional, técnica, humana e cidadã. A avaliação constitui-se de um meio, e não de uma finalidade, refletindo os princípios filosóficos, pedagógicos, políticos e sociais que orientam a relação educativa, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento do aluno na sua totalidade.

14.2. Sistema Gerenciador de Aprendizagem – Sala de Aula Virtual

A Instituição dispõe de um Ambiente Virtual de Aprendizagem denominado Sistema Gerenciador de Aprendizagem – Sala de Aula Virtual (SGA-SAV) no qual alunos, tutores e professores contam com um conjunto de ferramentas interativas, canais de comunicação e serviços telemáticos, ancorados em um Enterprise Resource Planning (ERP) denominado TOTVS-RM.

Os dois sistemas estão integrados, o que possibilita que não só o aspecto acadêmico seja enriquecido com o uso das TICs, mas também toda a parte de registro acadêmico, financeiro, central de atendimento e solicitações diversas.

Quanto ao SGA, cumpre destacar que desde a sua criação, vem passando por constantes atualizações de acordo com as principais tendências da web. Preocupações quanto à utilização em diferentes dispositivos (acesso responsivo), adequação da linguagem, segurança e privacidade consoante à LGPD, acessibilidade ao público alvo da Educação Especial e inteligência artificial são elementos que embasam o processo de melhoria contínua da plataforma.

Funcionalidades do Sistema Gerenciador de Aprendizagem – Sala de Aula Virtual (SGA-SAV) que corroboram essa afirmação:

- 1) Orientações (assíncrona): página de entrada da disciplina na SAV.
- 2) Material (assíncrona): ferramenta para o download das apostilas, guias de estudos e conteúdos complementares.
- 3) Correio (assíncrona): caixa de e-mail cuja mensagem pode ser enviada para uma única pessoa ou para toda a turma.
- 4) Fórum (assíncrona): ferramenta que possibilita discutir um assunto em grupo.
- 5) Bate-Papo (síncrona): também chamada de “Chat”, torna possível que pessoas distantes fisicamente possam conversar entre si, utilizando-se do computador e da internet como ferramentas de mediação.
- 6) Calendário (assíncrona): ferramenta com informações relacionadas às datas importantes referentes ao curso e à disciplina.
- 7) Portfólio (assíncrona): nessa ferramenta, o aluno realiza atividades de Prática, orientação ao Trabalho de Curso ou Trabalho de Conclusão de Disciplina e atividades que necessitem de orientação ou coordenação específica e individual.
- 8) Questões Online (assíncrona): instrumento avaliativo composto por questões objetivas, com cinco alternativas cada, ofertadas em quatro ciclos de aprendizagem (duas questões por oferta).
- 9) Mural (assíncrona): funciona como post-it , ou seja, um local em que se poderá colocar pequenos recados.
- 10) Mensagens de Turmas Antigas (assíncrona): opção utilizada para que o aluno, quando transferido de curso, polo ou turma, possa recuperar suas atividades e interações enviadas na sala anterior.
- 11) Recados (assíncrona): permite a visualização dos recados enviados à turma por coordenadores e tutores.
- 12) Acessibilidade: nesta opção, caso necessário, o aluno pode contar com apoio específico para atender às suas necessidades especiais. Para apoiar o aluno público-alvo da Educação Especial no SGA-SAV, constam quatro ferramentas: o Responsive Voice e o HandTalk, acoplados dentro do próprio SGA-SAV, e o NVDA e o VLibras, em que o aluno é orientado a instalá-las em seu computador.
- 13) Plano de Ensino: local de postagem: ementa, perfil do curso, objetivos do curso, objetivos da disciplina, conteúdos por ciclos, problematizações, estratégias, recursos, avaliação e bibliografias básica e complementar, além do Cronograma apresentado por ciclos e detalhado para as 20 semanas de estudo.
- 14) Aula Remota: ferramenta para aulas ao vivo, em que os alunos e professores estão separados pelo espaço e fisicamente, a partir da sincronização do SGA-SAV e Google Meeting.

O Curso de Acolhida Institucional e as ações de formação continuada de docentes, tutores e técnicos-administrativos possibilitam aos alunos e a toda a comunidade acadêmica institucional a construção de conhecimentos para uma atuação autônoma no tocante à interação, à elaboração, à inserção e ao gerenciamento de conteúdo, de forma dialógica e rápida, com liberdade e flexibilidade.

Ressalta-se, dentre as Tecnologias da Informação e Comunicação, os sistemas desenvolvidos internamente para gestão de provas, controle de atas e correção automática da Avaliação Semestral Interdisciplinar (ASI).

O SGA dispõe de outras ferramentas, tais como Boletim, Meus Dados, Portal de Solicitações, Loja Virtual, Fale conosco e Bibliotecas:

- * Biblioteca Virtual Pearson.
- * Pergamum.
- * Biblioteca Digital Claretiana.
- * Biblioteca SENAC.
- * Minha Biblioteca.

Para apoiar os processos educacionais e de sistemas, a equipe de TI do Claretiano construiu uma infraestrutura híbrida, que conta com acesso à internet a partir de dois links ativos balanceados, um terceiro link, de redundância passiva via fibra óptica, e um quarto link, de redundância passiva via rádio, que, juntos, totalizam 130Mbps de conexão ativa e 80Mbps de conexão passiva, os quais são acionados automaticamente em caso de falhas. Esse acesso à internet interliga um datacenter próprio e um ambiente de cloud pública a partir de um contrato com a empresa pioneira em cloud computing Amazon Web Service e a Google, onde possuímos mais 60 servidores virtuais. Com essa infraestrutura, é possível disponibilizar, de forma ininterrupta, os diversos serviços e sistemas para todos os polos e unidades.

No SGA-SAV, também está disponibilizada a Avaliação Institucional, ferramenta utilizada pelo Claretiano para diagnóstico da situação/desenvolvimento das disciplinas junto aos professores e alunos, em que são convidados a avaliá-las, e os resultados culminaram, por exemplo, em três atualizações de versão e todos os insumos dessas avaliações estão disponíveis nos documentos institucionais.

Ao criar um ambiente virtual de aprendizagem próprio, o Claretiano permite-se adaptá-lo às suas mais variadas necessidades, sem a dependência de fatores externos. Assim, estão garantidas as condições necessárias ao processo de ensino e aprendizagem, bem como o envolvimento de toda a comunidade acadêmica, pois instigar a produção social e coletiva, rompendo, portanto, o isolamento e o individualismo na construção do conhecimento, são premissas atribuídas às TICs.

14.3. Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), no Claretiano Rede de Educação, estão fundamentadas em preceitos que se caracterizam pela inovação (aquisição de novos recursos a partir dos perfis de aprendizagem, adoção de novas metodologias, atualização das versões dos sistemas); pela abrangência (acessibilidade digital, comunicacional, atitudinal e metodológica); pela multiplicidade (desktops, smartphones, tablets etc.); e pela congruência (integração de sistemas e softwares) (PDI, 2020/2024). Nesse sentido, toda a estrutura tecnológica disponível viabiliza a integração de sistemas que exercem influência de forma direta no processo ensino-aprendizagem, e, por isso, na ótica da Instituição, analisar isoladamente um grupo específico de tecnologias (aquelas que diretamente são interpretadas como ferramentas de apoio à aprendizagem) comprometeria a percepção de todo o universo e suas possibilidades.

O Curso de Licenciatura em Computação foi concebido para a oferta na modalidade a distância, com a primeira turma com início em 2005, fazendo-se valer da expertise da instituição que desde o ano 2004 atua com a oferta do curso na modalidade a distância.

Dessa forma, toda a tecnologia de informação e comunicação é utilizada não como recurso pedagógico tendo como destaques as seguintes ferramentas e sistemas:

- * ERP TOTVS-RM, sistema de gestão empresarial cuja funcionalidade é integrar toda a parte de

backoffice, envolvendo os contextos: Educacional, Gestão Financeira, Compras, Contrato, Patrimônio, Fiscal, Contábil e de Pessoas.

- *Portal de Acesso Claretiano, que centraliza o login e senha de acesso para todos os sistemas.
- *Sistema Gerenciador de Aprendizagem – Sala de Aula Virtual (SGA-SAV) 3.0, com ferramentas de aprendizagem que atende as necessidades de alunos, professores e toda comunidade acadêmica. A ferramenta é internacionalizada em cinco idiomas. Dentro da Sala Virtual, temos também recursos integrados para aula remota, plano de ensino, loja virtual, integração com Wordpress para material didático, entre outros.
- *APP CLARETIANO, aplicativo na versão mobile do Sistema Gerenciador de Aprendizagem para os alunos.
- *Certificação digital permite a assinatura digital de documentos dos colaboradores, professores e alunos sem a necessidade do trânsito de papel físico.
- *Gestão eletrônica de documentos, permitindo a digitalização do acervo físico e a tramitação de documentos digitais.
- *Utilização de ferramentas de Business Intelligence para tomada de decisão como: Power BI e Google Data Studio.
- *Sistema próprio de mensageria para integração entre os sistemas internos e externos.
- *Claretiano Biblioteca Digital, que disponibiliza os materiais acadêmicos didático-pedagógicos e técnico-científicos em formato digital.
- *Processo Seletivo utilizando o Sistema RM e um novo sistema de CRM denominado Rubeus.
- *Intranet e portais institucionais.
- *Sistema interno para Gestão de Bolsas de Estudos.
- *Sistema interno para Gestão Editorial.
- *Sistema interno de Gestão de Avaliações.
- *Implantação de sistema para chamados técnicos de suporte.
- *Telefonia VOIP (voz sobre IP).
- *Ambiente de infraestrutura híbrida (executado parte em data centers próprios e parte na nuvem), utilizando serviços da Amazon AWS e Google Cloud.
- *Implantação de controlador de domínio e normas no parque computacional.
- *Guia de Atendimento para apoiar os alunos.
- *Implantação do software TeamViewer para monitoramento e suporte remoto.
- *Parque computacional no ambiente Microsoft Windows e Office.
- *Tecnologias para videoconferência usando zoom e meeting e webconferência usando YouTube.
- *Google for Education – G Suite e Gmail.
- *Uso de software para gestão das impressões.

No que compete às políticas institucionais de acessibilidade, são contempladas as seguintes iniciativas e recursos:

- * Acessibilidade atitudinal: palestras informativas (alunos, docentes, discentes, familiares e/ou responsáveis); formação continuada para docentes e toda a comunidade institucional; diálogo e orientação à família e/ou responsáveis.
- * Acessibilidade arquitetônica: escadas adequadas; elevadores nos prédios; instalação de corrimão nas rampas e banheiros; portas de salas e banheiros alargadas; eliminação de degraus nas portas das salas; banheiros adaptados e familiares; referenciais visuais; piso tátil; informações em braille; acesso a qualquer ambiente; aquisição de mobiliário específico (quando há necessidade).
- * Acessibilidade metodológica/pedagógica: adaptações de acesso ao computador; adaptações da postura sentada; auxílio técnico no processo de inclusão; parceria com profissionais de diversas áreas; atuação de intérprete de Libras para alunos surdos; atuação de leitor/escriva para alunos com cegueira, deficiência intelectual, transtorno do espectro autista e deficiência física; provas ampliadas para alunos com baixa visão.

- * Acessibilidade programática: informar/esclarecer à família, docentes e equipe acadêmica sobre a legislação vigente (direitos de acessibilidade).
- * Acessibilidade instrumental: recursos de alta tecnologia (adaptações de acesso ao computador; teclados e mouses adaptados; leitor autônomo; vocalizador; ampliador de textos) e baixa tecnologia (materiais pedagógicos adaptados e lupa eletrônica Alladin, disponível na Biblioteca da Instituição).
- * Acessibilidade nos transportes: orientações quanto aos tipos de transportes públicos disponíveis para se chegar à Instituição, placas de orientação etc.
- * Acessibilidade nas comunicações: atuação de intérprete de Libras para alunos surdos; leitura em voz alta ou via áudio para alunos com baixa visão e/ou cegueira; comunicação alternativa e ampliada; telefone para alunos com deficiência auditiva.
- * Acessibilidade digital: utilização de tecnologia assistiva; informática acessível na Sala de Aula Virtual, estando disponíveis softwares específicos (ResponsiveVoice, WebLibras, VLibras, NVDA etc., como também recursos de acessibilidade nas bibliotecas presenciais e virtuais); envio de e-mails e mensagens de texto via celular e acessibilidade habilitada pela Biblioteca Pearson aos alunos com deficiência visual mediante o sistema Dosvox.

Quanto ao material didático, destaca-se a evolução dos modelos, bem como dos suportes em que ele é oferecido: inicialmente, como apostilas e/ou CD-ROMs (2004-2010); depois, no formato de livros-textos, denominados Cadernos de Referência de Conteúdo, Cadernos de Atividades e Interatividades (2010-2014); evoluindo para Conteúdos Básicos de Referência/Conteúdos Digitais Integradores, Planos de Ensino/Guias de Estudo (2013); prognosticando, atualmente, a convergência de mídias numa estrutura informacional hipertextual, denominada Material Dinâmico On-line (MDO). De modo gradativo, o material didático, articulado com as TICs, tem sido aprimorado, procurando atender aos alunos nos contextos educacionais diversos, garantindo o acesso irrestrito, ou seja, a qualquer hora, em qualquer lugar e por meio de diferentes recursos.

As experiências de aprendizagem configuram-se a partir do conjunto de TICs disponíveis aos discentes, sendo facilmente percebidas a partir das múltiplas formas de interação, comunicação bidirecional e acesso, com destaque para a ferramenta Network, em que coordenadores, professores e tutores interagem, elaboram e compartilham documentos, experiências etc.

O acesso aos materiais ou recursos didáticos, todo o acervo, bem como os títulos das bibliotecas virtuais podem ser acessados de modo off-line, mediante download, o que assegura o acesso ininterrupto e dá liberdade aos alunos. Toda a concepção dos recursos didáticos tem a preocupação de possibilitar que eles sejam explorados sob diversas perspectivas, possibilitando experiências diferenciadas de aprendizagem.

14.4. Material Didático Mediacional

Os alunos tem à sua disposição materiais didáticos concebidos, planejados e elaborados pela Instituição com a participação de uma equipe multidisciplinar e da coordenação pedagógica do curso, responsáveis pela prospecção de todo o conteúdo curricular a partir das especificidades de cada disciplina e à luz do Projeto Educativo Claretiano e sua Carta de Princípios, do Projeto Político-Pedagógico do Curso e do Plano de Desenvolvimento Institucional em vigência.

O Claretiano – Rede de Educação conta com um Departamento de Editoração, responsável pela produção dedicada de seus recursos didáticos e composto por designers educacionais, preparadores e revisores de texto, designers gráficos, roteiristas e produtores de audiovisual e especialista em contratos e direitos autorais. No contexto editorial da Instituição,

o material didático é tratado por essa equipe com foco em sua usabilidade pedagógica e na usabilidade de design, no intuito de dar conta das questões relacionadas à acessibilidade metodológica e instrumental, bem como às diretrizes e especificidades de cada disciplina do curso.

O processo de autoria é concebido a partir das premissas institucionais (Missão, Projeto Educativo e Carta de Princípios) e do PPC de cada curso, para, em seguida, consolidar-se na disciplina e em seu respectivo Plano de Ensino (ementa, objetivos, perfil e bibliografias básica e complementar). O processo de validação dos materiais está previsto no fluxograma editorial e tem por finalidade analisar a vinculação do conteúdo instrucional produzido ao projeto político-pedagógico do curso e aos valores institucionais; assegurar a propriedade intelectual e moral; atender aos requisitos editoriais e científicos de qualidade, além de promover as boas práticas didático-pedagógicas. Elege-se para tal finalidade um validador especialista (revisor técnico), que, juntamente com as equipes multidisciplinar e editorial, realiza o processo de validação tecnocientífica dos conteúdos.

No que diz respeito à estrutura comunicacional do material didático, a legibilidade linguística e a linguagem mediacional, dialógica e motivacional estão previstas no processo e buscam possibilitar ao aluno uma leitura fluente, motivadora e focada nos conteúdos essenciais, favorecendo a interação professor-aluno e aluno-aluno. O Departamento de Editoração possui indicadores de qualidade para cada etapa da produção do material didático. No que diz respeito aos indicadores de preparação e revisão, a linguagem é pensada numa perspectiva multimodal, compreendendo, assim, o texto em suas diferentes estruturas semióticas, tais como verbal, não verbal, sonora, gráfica, audiovisual etc.

Para assegurar o efetivo controle das chamadas informações e dos dados relativos às diferentes etapas do processo editorial, é utilizado um software Sistema de Gestão Editorial (SGO-SGE), por meio do qual ocorre a gestão dos processos e procedimentos editoriais, assim como a comunicação entre os integrantes da equipe multidisciplinar.

O material didático desenvolvido, está, portanto, projetado em formato digital, multiplataforma e em uma infraestrutura tecnológica de servidores dedicados e respaldada pelo Centro de Tecnologias da Informação e da Comunicação do Claretiano – Centro Universitário. Tendo em vista a produção de soluções para cada área de formação, o Departamento de Editoração dispõe de um Núcleo de Inovação e Qualidade, cuja função é apresentar soluções de Design de interação para cada projeto de construção de material, assim como fazer todo o monitoramento do desempenho dos materiais aplicados em cada oferta mediante o MDO Analytics: um sistema que foi desenvolvido para a geração de dados a partir dos quais é possível rastrear a experiência do estudante com o material didático mediante diferentes recortes analíticos. Ao final de cada semestre letivo, esses dados são compilados e enviados à coordenação pedagógica no formato de relatório, a fim de subsidiá-los na tomada de decisão junto aos membros da Equipe Multidisciplinar, NDE e do Colegiado.

No contexto do específico do curso, o material didático contará, ainda, com diferentes recursos de aprendizagem construídos por meio de frameworks online e também por meio de recursos de auxílio à aprendizagem, tais como: ferramentas de anotações, pesquisa, marca-texto, dicionário, dúvida, trilhas de estudo, narrador de texto, dark mode etc. Essas funcionalidades possibilitam a inserção do aluno diante de um conteúdo curricular

interativo, dinâmico e abrangente, dadas as possibilidades hipertextuais desse modelo de oferta de conteúdo, cuja finalidade maior é ampliar o quanto possível o potencial didático-pedagógico do material didático da Instituição e, sobretudo, a experiência de aprendizagem de seus alunos. Dentre esses recursos de auxílio à aprendizagem está um canal direto de comunicação do aluno com o Departamento de Editoração, a fim de que ele possa relatar dificuldades de uso ou qualquer problema de conteúdo ou técnico (erros gramaticais e problemas com imagens, fórmulas, símbolos, links inativos etc.), perfazendo, assim, o seu também indispensável papel no processo de melhoria contínua do material didático.

A produção de recursos didáticos tem sido uma pauta prioritária na Instituição, por ser o material um dos componentes essenciais do seu modelo de educação e por ele constituir um importante recurso no processo de ensino e aprendizagem conduzido pela mediação humana (professor-tutor-estudante) e tecnológica (SGA-SAV). É também por meio desse recurso que o docente e o discente interagem, estabelecendo entre si uma relação humana indispensável para a construção do conhecimento de modo colaborativo. No sentido de viabilizar o seu projeto editorial, o Claretiano tem como uma de suas políticas a criação das condições necessárias para o desenvolvimento de um material didático de qualidade e inovador, que atenda às necessidades formativas e às exigências do seu Projeto Educativo e das Diretrizes Curriculares.

14.5. Processo de Controle de Produção ou Distribuição de Material Didático (Logística)

No sentido de assegurar a qualidade e o controle dos processos editoriais, o Departamento de Editoração concebeu, a partir de suas experiências na prática editorial, alguns indicadores de orientação e controle: o Manual de Normas, que se impõe como um recurso importante de informação dos agentes envolvidos no planejamento, elaboração, tratamento pedagógico do texto, confecção do Material Didático, bem como de agilização das etapas de produção editorial e distribuição; o Catálogo Geral de Obras que fazem parte do acervo intelectual da Instituição; o Sistema de Gestão Editorial (SGO-SGE), que facilita a gestão dos processos e procedimentos editoriais, bem como a comunicação entre os interagentes da equipe multidisciplinar; e o Manual da Rede, que estabelece um protocolo de uso na intranet. Outro documento orientador que fundamenta e reúne as experiências do departamento ao longo de suas atividades editoriais é denominado Concepção, Elaboração e Produção de Material Didático.

Finalizados os processos editoriais, os Materiais Didáticos são disponibilizados aos alunos em formato digital na ferramenta Material, disponível no Sistema Gerenciador de Aprendizagem – Sala de Aula Virtual (SGA-SAV), o que possibilita que eles sejam acessados por diferentes dispositivos tecnológicos, além de oferecer ao aluno a opção de fazer o download do conteúdo ou mesmo imprimir-lo, opções estas que se fazem essenciais ao se considerar eventuais dificuldades do aluno com acesso à internet.

O fluxo de produção, reprodução e distribuição inicia-se com a encomenda da obra e a orientação ao professor conteudista e concretiza-se com a obra disponível para o aluno. Em

síntese, a Logística de Reprodução e Distribuição de Material Didático procura atender aos alunos da seguinte maneira: todo material está disponível para acesso na Sala de Aula Virtual e, além disso, a Instituição oferece ao aluno acesso exclusivo ao Claretiano Biblioteca Digital, um repositório institucional que reúne o acervo de recursos didáticos de todos os cursos.

O Departamento de Editoração sempre prioriza em seu planejamento a oferta do material didático de acordo com o cronograma prospectado no calendário acadêmico da Instituição. Todavia, em casos excepcionais, está prevista a execução de um Plano de Contingência, que consiste no desenvolvimento de um Plano de Ensino para a disciplina tendo por base as obras disponíveis nas Bibliotecas Digitais conveniadas.

Pela sua complexidade, a concepção, elaboração, produção e distribuição de um material didático de qualidade, além da vontade política da Instituição, que respalda a sustentabilidade do modelo de produção, pressupõem o envolvimento e o comprometimento de todos os integrantes no processo. A sinergia e a sincronia de ações entre as equipes multidisciplinar e técnico-administrativa, secretarias e tutorias, são fatores que se complementam e concorrem para a sustentabilidade do modelo Claretiano como um todo, revertendo-se em benefícios e ganhos pedagógicos para os alunos.

15. O CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID-19

Considerando os documentos que legislam a respeito da Educação Superior para o momento da Pandemia COVID-19: Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 42, de 2020, que prorroga a vigência da Medida Provisória n. 934 de 01 de abril de 2020 pelo período de sessenta dias, e a Homologação Parcial do Parecer n. 05, de 29 de maio de 2020, que trata da Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19, as Unidades Educativas de Ensino Superior do Claretiano – Centro Universitário vêm desenvolvendo ações no atendimento ao isolamento social e manutenção de suas atividades.

Desde a primeira quinzena do mês de março de 2020, tendo como base o Projeto Educativo Claretiano e seus princípios, no respeito pela Pessoa Humana e sua formação profissional, foram encerradas as aulas presenciais considerando a necessidade do isolamento social e solidário devido a Pandemia Covid-19. Foram tomadas providências e atitudes para garantir o apoio ao aluno, professor e funcionário com constantes informativos, a cada fase do isolamento, bem como procedimentos a serem seguidos para a manutenção das aulas que eram presenciais em formato remoto.

Por mais que o corpo docente do Claretiano – Rede de Educação esteja habituado ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no cotidiano de suas atividades, e, da mesma forma, os discentes aptos a utilizá-las, diferenciar o ensino remoto da EaD neste momento é fundamental.

O termo “ensino remoto”, usado no contexto da Pandemia Covid-19, tem ganhado força com a implementação de estratégias da EaD nos cursos presenciais, buscando diferenciar uma modalidade da outra, com base nas características de cada uma delas. É importante destacar que tais características devem ser respeitadas no sentido de evitar que se promova uma sobreposição de estratégias e iniciativas que ocasionem a não aprendizagem dos alunos e o aumento nos índices de evasão.

O ensino remoto tem como características principais:

- a preservação da identidade acadêmica da graduação presencial, ou seja, a manutenção da rotina programada de estudos (aulas presenciais) e o contato síncrono com o professor;

- a distância física entre aluno e professor. No entanto, essa impossibilidade de estarmos juntos, agora é suprida pelas tecnologias. Por este motivo chama-se remoto. Estamos longe fisicamente, mais com a possibilidade de estarmos perto com o apoio da tecnologia (BERTANHA, 2020). É o ensino que se encontra longe espaço físico único e ele é mediato, ou seja, acontece a partir do intermédio do professor (planejamento) e apoiado pela tecnologia.

Já a educação a distância tem toda sua estrutura pedagógica sustentada em recursos didáticos e tecnológicos, docentes e tutores, que subsidiam o processo de ensino e aprendizagem.

Os docentes foram orientados para que fizessem a fusão dessas características em seu planejamento (formalizado nos Cronogramas e aulas), procurando respeitá-las, ou seja, considerando tudo aquilo que presuma o presencial somado a todo o aparato didático e tecnológico da EaD e, conjuntamente, à habilidade do professor, consolidando, assim, um modelo à luz do carisma institucional.

Ações de enfrentamento à Pandemia Covid-19: Direção

A primeira ação da Direção das Unidades Educativas do Claretiano – Rede de Educação, partiu da Pró-Reitoria Administrativa em conjunto com a Coordenadoria Geral de Educação a Distância quanto a possibilidade de estruturar a ferramenta de Provas Online para as Avaliações de Atividades Presenciais com data prevista para abril no contexto desse momento presencial para os alunos dos cursos a distância, devido o Decreto Estadual que suspendeu diversas atividades no Distrito Federal.

A partir desta iniciativa, houve a primeira reunião com a direção das unidades educativas do Claretiano – Rede de Educação, a qual foi realizada no dia 16 de março de 2020, no período da manhã, para o estabelecimento de ações emergenciais para a não interrupção das aulas presenciais dos cursos de graduação.

Em continuidade, a Direção continuou se reunindo junto com os diversos setores administrativos, jurídico, pedagógico, acadêmico, até nos dias atuais, em que foram sendo geradas, reorganizadas e ajustadas as seguintes ações de contingenciamento na necessidade do isolamento social e solidário, em atenção ao cuidado da Pessoa Humana, premissa do Projeto Educativo Claretiano:

Ações de enfrentamento à Pandemia Covid - 19: orientações pedagógicas e acadêmicas aos coordenadores de curso

- A primeira reunião realizada com os coordenadores de curso: presencial, ead e ead com encontros para a prática, de todas as unidades educativas de Educação Superior foi realizada no dia 16 de março de 2020.
- Acompanhamento da direção a partir de reuniões: diárias, nas duas primeiras semanas, depois duas vezes por semana, além das reuniões regulares de coordenadores.
- Adequação e ajustes nos Projetos Políticos-Pedagógicos para constar as ações referentes à Pandemia Covid-19: este trabalho está sendo realizado em curso pelos coordenadores, primeiro em arquivos individuais e em breve, arquivo caracterizado como Aditamento em cada um dos Projetos Políticos-Pedagógicos, atendendo a legislação vigente.
- Realização da Reunião extraordinária de Núcleo Docente Estruturante (de cada curso), e em caráter emergencial, no período de 25 a 27 de março de 2020, como parte da 1a. Etapa do Programa de Formação Continuada de Professores, Coordenadores e Tutores.
- Realização da Reunião extraordinária de Colegiado (de cada curso), e em caráter emergencial, no período de 02 a 08 de maio de 2020, como parte da 2a. Etapa do Programa de Formação Continuada de Professores, Coordenadores e Tutores.
- Reunião online com os alunos, em cada curso, no primeiro dia de aula remota.

- Levantamento: Acompanhamento do Trabalho Docente Remoto, diretamente na Sala de Aula Virtual.
- Levantamento e Sínteses das Aulas Práticas e Laboratoriais, quanto às disciplinas do 1o. semestre.
- Alteração das Matrizes Curriculares dos Cursos de Biomedicina, Enfermagem, Fisioterapia, Educação Física – Licenciatura, Educação Física – Bacharelado, Gastronomia, Terapia Ocupacional, Estética e Cosmética, trazendo para os próximos semestres disciplinas mais teóricas e levando para os semestres mais adiantes, disciplinas práticas, pela não possibilidade da presencialidade.

Ações de enfrentamento à Pandemia Covid-19: orientações pedagógicas e acadêmicas aos professores e tutores (Educação Superior)

- Primeiro email de Orientação Acadêmica e Pedagógica (Boletim Informativo nº 01) enviado aos professores da graduação presencial para orientar as atividades remotas, em 16 de março de 2020.
- Orientações para a Elaboração do Documento/Cronograma de estudos 17/03 a 09/04/2020.
- Boletim Informativo nº 01 enviado aos professores responsáveis e tutores da EaD.
- Segundo e-mail de Orientação Acadêmica e Pedagógica, para o apoio do trabalho do professor quanto à organização dos Estudos dos Alunos e Acompanhamento (17/03 a 09/04/20) Presencial e EaD, com encontros presenciais para a prática, dia 17 de março de 2020.
- Terceiro email de Orientação Acadêmica e Pedagógica, com novas orientações a respeito do cumprimento de atividades docentes em casa, dia 18 de março de 2020.
- Boletim Informativo nº 02 com o tema: Informações sobre a antecipação de férias - Orientações para o período: 1º a 30 de abril de 2020, dia 27 de março de 2020.
- Boletim Informativo nº 03, com o tema: Convocação para a Formação Continuada e Orientações para o período: 04 de maio a 31 de julho de 2020, dia 30 de abril de 2020.
- Orientações para a elaboração dos estudos dos alunos/disciplinas dos cursos de graduação presencial devido à não realização das aulas presenciais para a continuidade do 1o. semestre de 2020, dia 30 de abril de 2020.
- Programa de Formação Continuada:

Continuação da 1a. Etapa, iniciada em janeiro de 2020

25/03 a 27/03/2020 – Reuniões de Núcleo Docente Estruturante (já realizadas).

2a. Etapa

02/05/2020 – 10h (Horário de Brasília) – Reunião Geral com todos os professores, tutores, facilitadores, preceptores e coordenadores de curso via webconferência.

Link de acesso: <https://youtu.be/BAAqv2OSzWM>

02/05 a 08/05/2020 – Reuniões de Colegiado de curso: professores e tutores.

Programa Virtualize-se (<https://mdm.claretiano.edu.br/virtualizese/>): treinamento de professores para utilizarem as tecnologias disponíveis para o aprendizado dos alunos.

- Quarto e-mail contendo: novas orientações e normas para o trabalho remoto dos professores dos cursos de graduação presencial do Claretiano – Rede de Educação (Claretiano – Centro Universitário de Batatais e polos, o Claretiano – Centro Universitário de Rio Claro e Claretiano – Faculdade de Boa Vista) no período de ações de contingência relativas à Pandemia COVID-19. Reforço quanto à questão da do cuidado para não perder os alunos por desconhecimento de tecnologia.
- Coleta junto aos professores da graduação presencial e EaD, com encontros presenciais para a prática, das Experiências das Atividades Remotas: Prática Docente e Aprendizagem dos Alunos, para a organização de Oficinas para a 3a. Etapa do Programa de Formação Continuada.

Ações de enfrentamento à Pandemia Covid-19: alterações pedagógicas e acadêmicas nos cursos presenciais e EaD

- Reformulação dos calendários acadêmicos: graduação e pós-graduação.
- Reestruturação dos conteúdos, estratégias, recursos e instrumentos avaliativos das disciplinas para garantir ao aluno a continuidade dos estudos, a partir de novo cronograma para a graduação presencial (períodos de 17/03 a 09/04/ 20 e 04/05 a 31/07/2020).
- Adequação de metodologias para os alunos EAD de regiões remotas com difícil acesso a internet, especialmente Cruzeiro do Sul/AC.
- Implantação das provas on-line em todas as modalidades do Ensino Superior.
- Suporte para o público-alvo da Educação Especial pelo Núcleo de Acessibilidade.
- Orientação aos alunos concluintes quanto aos estágios: com campos onde houve possibilidade de realizar o componente curricular, campos que ficaram fechados
- Oferta de 20% a distância do estágio o Curso de Graduação em Nutrição (Recomendações dos Conselhos Federal e Regional de Nutricionistas) para Estágios e Atividades Práticas Discentes durante a Pandemia do Coronavírus).
- Aplicação de provas em formato online para todos os alunos dos cursos de graduação e pós-graduação.
- Gravação de vídeos para as disciplinas que contemplam conteúdos práticos (gravação pelo docente e institucional).
- Alteração das Matrizes Curriculares (considerando o segundo semestre) dos Cursos de Biomedicina, Enfermagem, Fisioterapia, Educação Física – Licenciatura, Educação Física – Bacharelado, Gastronomia, Terapia Ocupacional, Estética e Cosmética, trazendo para os próximos semestres disciplinas mais teóricas e levando para os semestres mais adiantes, disciplinas práticas, pela não possibilidade da presencialidade.

Ações de enfrentamento à Pandemia Covid-19: orientações trabalhistas e jurídicas aos professores, coordenadores e tutores

- Antecipação de férias para professores de 1 a 30 de abril de 2020.
- Antecipação de férias para professores e funcionários.
- Apoio jurídico às unidades para respostas aos abaixo assinados de pais e alunos.
- Suspensão dos contratos de trabalho de funcionários nas Unidades para preservar a sustentabilidade.
- Critérios para a dispensa de funcionários considerando se têm família que dependem deles.
- Cartilha para retomada do trabalho administrativo e apoio médico e segurança do trabalho para os funcionários.
- Cuidado em exames médicos para funcionários suspeitos com Covid-19 e o afastamento dos considerados de grupos de risco.
- Projeto de cartilha em base das orientações do Ministério da Saúde e da Secretarias de Saúde de estado e município para retomada das aulas presenciais.
- Revisão dos contratos de prestadores de serviços para a Educlar para manter a sustentabilidade.
- Compensação de dias de trabalho para funcionários devido ao isolamento e suspensão dos trabalhos presenciais.
- Documentos enviados pelo Setor de Recursos Humanos, com embasamento jurídico para assinatura digital.
- Medidas Temporárias de Prevenção ao Contágio e de Enfrentamento da Propagação Decorrente do Coronavírus – Atividades Acadêmico/Administrativas e Tutorias da Ação Educacional Claretiana, dia 23 de março de 2020.

- Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho, dia 26 de março de 2020.
- Primeiro Aditamento ao Comunicado Direcionado aos Coordenadores, Professores e Tutores. Orientações das Atividades Acadêmico/Administrativas (1º Semestre – 2020). Antecipação de Férias 2020 do Corpo Docente/Tutores de Acordo com o Previsto na Medida Provisória nº 927, de 22 de Março de 2020, que dispõe sobre as Medidas Trabalhistas para Enfrentamento do estado de calamidade, e na Portaria do Ministério da Educação nº 343, de 17 de Março de 2020 (§ 2º As Instituições poderão, ainda, alterar o Calendário de Férias, desde que cumpram os dias letivos e Horas-Aula Estabelecidas na Legislação em Vigor), dia 27 de março de 2020.
- Termo de Cessão de Direitos Autorais, de Imagem e Voz, dia 12 de maio de 2020.
- Documentos referentes ao técnico administrativo.

Ações de enfrentamento à Pandemia Covid-19: orientações acadêmicas aos alunos

- Boletim Informativo para o início do período remoto, em 18 de março de 2020.
- Gravação de vídeos aos alunos para explicações e posicionamento do Claretiano – Rede de Educação.
- Disponibilização de tutores para auxílio aos alunos ingressantes no período de férias escolares no mês de abril.
- Realização de *Lives* (transmissão pela internet), com informações, música e poesia.
- Isenção de taxas de provas substitutivas e complementares.
- Adequação de metodologias para os alunos da educação a distância de regiões remotas com difícil acesso a internet, especialmente Cruzeiro do Sul.
- Implantação das provas on-line em todas as modalidades do Ensino Superior, para que o aluno realize na própria residência.
- Suporte para o público-alvo da Educação Especial pelo Núcleo de Acessibilidade.
- Criação do Programa de Ajuda Financeira aos Alunos (PATEC).
- Criação do Projeto Conhecimento em Casa.
- Liberação gratuita de cursos e outras atividades extracurriculares on-line para alunos, professores, corpo técnico-administrativo e sociedade.
- Participação em cursos on-line e palestras on-line.
- Reunião online realizada pelos coordenadores de curso, junto aos alunos, no primeiro dia de retomada das férias, em 04 de maio de 2020.
- Acompanhamento diário da presença dos alunos na aula para gerenciamento da transição do ensino presencial para o remoto (aprendizagem, motivação, evasão e desistência).
- Todos os dias, nos horários das aulas, os alunos têm atividades síncronas e assíncronas ministradas pelos professores, ou seja, das 19h20 às 22h40 nas Unidades de Batatais/SP e Boa Vista/RR, e das 19h10 às 22h30 na Unidade de Rio Claro/SP. No caso de cursos EaD, com encontros para as práticas em polos que possuem horário diferente de início das aulas, deve ser mantida a regra local, considerando o encerramento das aulas às 22h.
- Dentro dos horários apresentados, os professores estão disponíveis e agendam aulas síncronas a serem transmitidas em tempo real através do *Google Hangouts Meet*.
- Os alunos têm disponíveis atividades assíncronas como vídeos, atividades na SAV e outros estudos dirigidos e instrumentos avaliativos que foram ajustados pelos professores para o atendimento às atividades remotas.
- Foi criada uma nova funcionalidade na forma de ambiente interativo, na Sala Virtual, "Sala de Coordenação", a qual os alunos podem acessar para estabelecer contato e interação direta com o coordenador do seu curso.
- Para o bom aproveitamento dos estudos durante as atividades remotas, os alunos receberam recomendações de conduta.

Ações de enfrentamento à Pandemia Covid-19: esferas religiosa, social e cultural

- Celebrações para a Semana Santa.
- Celebração dos 50 anos do Claretiano – Centro Universitário, respeitando as regras de distanciamento social.
- Coroação de Nossa Senhora.
- Comemoração da Festa Junina com comidas típicas, a serem compradas pelos funcionários (arrecadação destinada ao Projeto Missão Moçambique). Embora a festa não tenha sido realizada em razão das medidas de distanciamento social, ocorreu a entrega das comidas típicas juninas com todas as medidas de precaução necessárias.

Ações de enfrentamento à Pandemia Covid-19: orientações à toda comunidade educativa quanto às questões de segurança de trabalho

- Projeto de retomada das aulas presenciais com adequação dos espaços.
- Cartilha para retomada do trabalho administrativo e apoio médico e segurança do trabalho para os funcionários.
- Cuidado em exames médicos para funcionários suspeitos com Covid-19 e o afastamento dos que são pertencentes a grupos de risco.
- Projeto de cartilha em base das orientações do Ministério da Saúde e das Secretarias de saúde de estado e município para retomada das aulas presenciais.
- Adequação das estruturas físicas para retomada do trabalho dos funcionários administrativos, professores e alunos.
- Continuidade dos estágios em Fisioterapia, Nutrição, Biomedicina e Terapia Ocupacional das dependências das unidades educativas de Ensino Superior de Rio Claro, Batatais e alguns polos, com ações de biossegurança.

Instituição do serviço de telemedicina denominado “Tele-Corona” em conjunto com a Fundação Municipal de Saúde e Prefeitura Municipal de Rio Claro para atendimento telefônico à população como forma de consulta médica em relação a Pandemia Covid-19.

Ações de enfrentamento à Pandemia Covid-19: infraestrutura

- Melhorias na Sala de Aula Virtual (SAV).
- Estruturação do Sistema para atendimento aos Programas de Ajuda Financeira aos Alunos (PATEC), para o envio dos documentos no formato digital.
- Adequação das estruturas físicas para retomada do trabalho dos funcionários administrativos, professores e alunos.

Como foi projetada a retomada pós Pandemia Covid-19

A retomada das aulas presenciais estão condicionadas às legislações federais, estaduais e municipais. No entanto, o Claretiano – Rede de Educação já vem preparando a Cartilha do retorno das aulas presenciais, bem como a reorganização da infraestrutura em atendimento aos Documentos:

- Parecer CNE/CP nº 5/2020, do Conselho Pleno, do Conselho Nacional de Educação - CNE, o qual aprovou orientações com vistas à reorganização do calendário escolar e à possibilidade de cômputo de atividades não presenciais, para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia do novo coronavírus - Covid-19, de 29 de maio de 2020.
- Protocolo para retorno às aulas frente ao Covid-19, do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo
- Protocolo ANEC de retorno às aulas presenciais, de 05 de julho de 2020.

15.1. Ações de enfrentamento à Pandemia Covid-19: Coordenação de Curso

As atividades acadêmicas durante o período de pandemia sofreram alterações no que diz respeito às atividades avaliativas presenciais, que deixaram de ser realizadas de forma presencial e passaram a ser realizadas de maneira online via Sistema Gerenciador de Aprendizagem - Sala Virtual.

Em relação às atividades de tutoria e acompanhamento aos discentes, as atividades seguiram continuaram de maneira online, entretanto os docentes atuaram remotamente sem necessidade de estar nas dependências do Claretiano - Centro Universitário.

16. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado de Licenciatura em Computação antecipa, para o período de formação do licenciando, a vivência profissional em atividades supervisionadas que podem ocorrer em escolas ou na própria instituição de ensino, em empresas e organizações que trabalham com *e-learning*, desde que desenvolvam atividades de atuação profissional do licenciando contemplando o ensino fundamental e ensino médio, podendo também ser considerados espaços escolares válidos, instituições que atuam na formação de jovens e adultos. Amparado pela Resolução CNE/CP 02, 19/02/2002, coloca como obrigatório o cumprimento de 400 horas no contexto dos cursos de licenciatura e pela Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008.

O Estágio articulado e desenvolvido, de comum acordo entre a instituição acadêmica e o estabelecimento de ensino conveniado, poderá envolver projetos cooperativos de ensino, pesquisa e extensão.

O Estágio de Licenciatura em Computação EaD é realizado a partir de um caráter formador, dando ênfase ao aprimoramento do futuro professor de computação. Dessa forma, o estágio convencional de observação e regência será enriquecido com diversas atividades, visando formar um educador apto a diversas inserções nos trabalhos pedagógicos do ensino básico, fundamental e médio.

Essa característica do Estágio Supervisionado aqui proposta deverá, juntamente com as atividades de Prática, aperfeiçoar ao máximo as competências didáticas do futuro profissional da área de informática educativa.

Os Pareceres nº 009/2001 e 021/2001 enfatizam a necessidade de trabalhar o Estágio Supervisionado vinculado à atividade profissional a partir da segunda metade do curso.

O mesmo parecer estabelece o cumprimento de 400 horas de atividades de Estágio Supervisionado, não havendo, sob qualquer pretexto, isenção dessa prática. A carga horária do Estágio foi dividida da seguinte forma, como mostra a tabela abaixo:

HORAS	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
-------	-----------	-----------

100 Horas	Análise do Plano Gestor	A orientação para análise do plano Gestor encontra-se a partir da página 3 no caderno de Estágio. Na ficha de Estágio, a assinatura diária poderá ser do: Secretário ou Vice-Diretor ou Coordenador Pedagógico ou o próprio Diretor.
100 Horas	Observação, participação e regência no Ensino Fundamental.	A assinatura diária do Ensino Fundamental, deverá ser de competência do professor regente.
100 Horas	Observação, participação e regência no Ensino Médio.	A assinatura diária do Ensino Médio, deverá ser de competência do professor regente.
100 horas	Participação do aluno em procedimentos ou projetos de interesse social.	Os projetos de interesse social deverão ser desenvolvidos sempre em parceria com a escola escolhida para o Estágio (Escola da Família, Perfil Vocacional, Pastoral da Criança, Alfabetização de Jovens e Adultos, Núcleo de Apoio Psicopedagógico, laboratório pedagógico e brinquedoteca e outros).

Os alunos cumprirão o Estágio em estabelecimentos de ensino devidamente cadastrados e credenciados pelo Claretiano - Centro Universitário, que tenham plenas condições de oferecerem infraestrutura material e pedagógica para o Estágio dos licenciandos.

A condição para a seleção de escolas em que haja Estágio Supervisionado prioriza àquelas que possuem laboratório de informática e que este seja utilizado e disponibilizado aos alunos ou que tenha previsto e seu plano de gestão, interesse em implantar com propósito educativo.

A situação ideal é que haja a disciplina de computação no currículo e um professor responsável nessas instituições. Docentes e técnicos capacitados pelos diferentes programas governamentais relacionados ao uso da informática na educação, poderão suprir a falta de um professor com formação específica na área do ensino de computação.

Assim concebido, o Estágio Supervisionado deve contemplar os seguintes objetivos gerais:

- I) Sensibilizar o licenciando (estagiário) para a vivência e compreensão prática do processo ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio e o papel da tecnologia nessas etapas da Educação Básica;

- II) Fomentar a parceria com instituições através da oferta de projetos, possibilitando ao licenciando a compreensão da dinâmica prática desses projetos e seu papel no processo ensino-aprendizagem;
- III) Promover vivências que levem o licenciando a perceber a viabilidade de tornar o processo ensino-aprendizagem eficaz para todos, alunos e professores, mediante o uso da tecnologia;
- IV) Perceber quais contribuições podem ser oferecidas pelo ensino de computação (tecnologia educacional) para os projetos pedagógicos do Ensino Fundamental, Médio e currículo.

Tendo em vista a implementação dos objetivos gerais supradescritos, elegeu-se o elenco de atividades abaixo e seus respectivos objetivos específicos como viabilização prática do Estágio Supervisionado:

- I) Promover vivências que levem o licenciando em computação a reconhecer os aspectos cognitivos (espírito crítico), afetivos (sensibilidade e reflexão dos valores) e vivenciais (reflexão ética), desenvolvidos com a utilização da tecnologia no processo educacional vigente;
- II) Promover vivências que contribuam para que o licenciando tome consciência e desenvolva sua capacidade docente, mobilizando todos os seus recursos, ampliando-a com vistas a uma atuação pedagógica competente no processo educacional;
- III) Provocar, a partir das atividades concretas, a criação de um repertório de atividades, projetos e planos de ensino de informática e sua utilização de forma multidisciplinar, desenvolvendo os conteúdos curriculares ou apoiando outras áreas do conhecimento;
- IV) Possibilitar, a partir das vivências próprias do Estágio Supervisionado, a reflexão do aluno sobre procedimentos metodológicos básicos, que deverão nortear o estabelecimento de um clima tranquilo no desenvolvimento do ensino de computação e toda multidisciplinaridade possível;
- V) Levar o aluno a refletir sobre a realidade pedagógica cotidiana, sobre a tecnologia aplicada de forma educacional e sobre as competências que um professor deve dominar no exercício de seu magistério;
- VI) Co-participar, junto à equipe escolar, do planejamento pedagógico e dos projetos a serem desenvolvidos, propondo projetos interdisciplinares com as demais disciplinas componentes do currículo;
- VII) Registrar a realidade do estabelecimento, destacando, em especial, a contribuição e a oportunidade da inserção do computador e a melhor forma de utilização de outras tecnologias (tevé, vídeo, rádio, etc.) na realidade da Unidade de Ensino em questão;
- VIII) Propor projetos de recuperação e monitoria em áreas onde o computador possa ajudar a minimizar dificuldades existentes para alunos do Ensino Médio;

- IX) Propor projetos para os alunos do Ensino Médio que incluam tecnologia e outras ciências;
- X) Promover palestras que envolvam os temas transversais para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio;
- XI) Promover projetos de extensão, atividades de monitoria, presencial ou virtual, e trabalhos comunitários;
- XII) Reconhecer as inúmeras variáveis que compõem a dinâmica escolar (gestão escolar) e sua relação com a qualidade do processo;

Outras atividades não descritas acima poderão compor as atividades práticas do Estágio, desde que nelas os licenciandos em computação possam desenvolver, aprimorar e exercer suas habilidades e/ou competências e que sejam devidamente autorizadas pelo Colegiado do Curso.

Quanto à documentação do Estágio Supervisionado, o licenciando deverá ao longo de todas as suas atividades de Estágio, arquivar:

- I) Relatórios parciais e relatório final de Estágio. Este último deve conter conclusão, apontando pontos positivos e negativos das atividades desenvolvidas.
- II) Documentos comprobatórios de suas atividades, sempre que haja necessidade;
- III) Documentos que comprovem o cumprimento das 400 horas-aula;
- IV) Relatórios específicos sobre a pesquisa e o levantamento de dados de um Plano de Gestão da Escola, abrangendo os seguintes itens:
 - A organização da escola. As normas regimentais básicas. O Regimento Escolar. O Plano de Gestão da Escola;
 - A organização do ensino. Organização do Ensino Nacional. Organização do Ensino na Rede Estadual;
 - A organização da Vida Escolar. Matrícula. Frequência. Avaliação. Recuperação. Registro e expedição de documentos escolares;
 - Realizar entrevistas com profissionais existentes na escola (Diretor, vice-diretor, Secretário, Equipe Pedagógica);
 - Acompanhar as atividades do Diretor nos vários segmentos da escola;
 - Elaborar relatórios parciais e finais.
- V) Fichas de Estágio e relatórios assinados por pessoas devidamente credenciadas, seguindo modelo definido pelo colegiado, em conjunto com o Núcleo de Estágio Supervisionado;
- VI) Os documentos comprobatórios de horas de Estágio deverão conter a assinatura e o carimbo do Diretor da escola que está acolhendo o estagiário, bem como o carimbo da mesma.

O Estágio deverá estar concluído até o último dia do último período letivo do aluno, data em que deverá ser integralizada a pasta de Estágio ao Núcleo de Estágio do Claretiano - Centro Universitário.

De acordo com o Art. 2º da Lei nº 11.788, de 25/09/2008, § 2º “Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória”. Sendo assim, o estágio não-obrigatório poderá ser desenvolvido, pelo estudante devidamente matriculado no período letivo e na área de habilitação do curso. É importante salientar que o estagiário deverá participar junto ao supervisor de estágio da concedente.

Para formalizar o recrutamento do estagiário, a empresa concedente precisa estabelecer um Termo de Compromisso de Estágio, acordando as condições, vigências, horários e atividades de realização do estágio. Essa documentação precisará do aceite do aluno, da empresa concedente e do Claretiano – Centro Universitário.

16.1. Formas de Acompanhamento

Acompanhando as especificações contidas no Regulamento Interno de Estágios, o Claretiano reforça que o aluno do curso de Licenciatura em Computação deve realizar o Estágio Supervisionado em organizações previamente credenciadas.

O credenciamento será realizado pelo Núcleo de Estágio, representado pelo coordenador do Núcleo, que recebe o apoio da coordenação de curso e de professores que podem auxiliar na verificação das organizações quanto ao atendimento às recomendações do projeto do curso

Este reconhecimento pode ser realizado de duas maneiras, preferencialmente. A primeira delas é o reconhecimento *in loco* das instituições de ensino. Como segunda alternativa, as empresas apresentadas pelos estagiários devem passar por criterioso processo de avaliação do Núcleo de Estágio, que decide se as informações necessitam ou não de verificação *in loco*.

O perfil mínimo do docente apresentado para acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas pelo estagiário na instituição recebedora deve contemplar, impreterivelmente, formação específica ou correlata na área de Computação e/ou informática, e pelo menos 1(um) ano de experiência profissional. É desejável ao docente que fará o acompanhamento do estagiário ter experiência na aplicação da informática na educação, seja diretamente com recursos computacionais e/ou telemáticos em aulas ou em projetos que trabalham com o tema da informática educativa.

Uma vez que a empresa tenha sido aprovada e o convênio esteja estabelecido, ela poderá receber os alunos-estagiários, que são encaminhados através de um ofício que contempla solicitação e autorização do estágio. Durante a vigência do estágio supervisionado, as atividades do aluno devem ser devidamente registradas em documento da instituição recebedora.

O suporte de supervisão e orientação das atividades de estágio conta com o apoio dos tutores presenciais que têm experiência em computação. Para realizar essa função de

supervisão e orientação de estágio, os tutores presenciais recebem capacitação do Núcleo de Estágio e orientações da coordenação de curso.

Ao tutor presencial que realiza a supervisão de estágio cabe, dentre outras, a função de coordenar e orientar para o preenchimento e entrega de documentação específica. O processo de orientação e coordenação consiste em:

- I) Orientar as cargas horárias mínimas e respectivos campos de atuação;
- II) Orientar os alunos, a cada etapa do curso, sobre as atividades de Estágio Supervisionado;
- III) Orientar a confecção dos relatórios de Estágio Supervisionado;
- IV) Orientar o preenchimento das fichas comprobatórias das horas realizadas;
- V) Avaliar os relatórios dos alunos.

16.2. Relatórios e Registro das Atividades

No início do período de Estágio Supervisionado, os alunos, futuros estagiários, recebem o Caderno de Estágio, elaborado pela Coordenadoria de Estágio e com a participação do coordenador do Núcleo de Estágio. Nesse caderno, os alunos encontram as informações gerais sobre o Estágio Supervisionado, seus objetivos, modelos de Relatórios de Atividades que comprovam o desenvolvimento das atividades de estágio e demais documentos e ofícios de encaminhamento necessários para cumprimento do estágio. Ao final deste documento, são apresentados os modelos de relatórios a serem entregues pelos alunos durante o período de Estágio Supervisionado.

Os relatórios de atividades devem ser entregues ao final de cada semestre letivo, não ultrapassando o período de 6 (seis) meses. Os alunos devem, ao longo do processo de Estágio Supervisionado, elaborar relatórios, nos quais descrevem em detalhes as atividades desenvolvidas. A partir desses relatórios, é feita a avaliação do Estágio Supervisionado. O tutor presencial recebe os relatórios, analisa e aponta correções que devem ser realizadas pelos alunos. A versão final do relatório, entregue pelo aluno, receberá o conceito “aprovado” ou “reprovado”. No caso de o relatório ser considerado reprovado, não serão contabilizadas as horas de Estágio Supervisionado cumpridas pelo aluno.

Ao final do período de Estágio Supervisionado, o aluno e o tutor presencial deverão montar a Pasta de Estágio do aluno, que consiste em organizar todos os relatórios e outros documentos que comprovem a realização do estágio. Ao aluno, compete organizar todos os relatórios elaborados e também os formulários de avaliação, preenchidos pelo profissional que supervisiona as atividades de estágio na organização e o formulário preenchido pelo aluno. Ao tutor presencial cabe inserir na pasta de estágio o formulário de avaliação dos relatórios de estágio do aluno.

16.3. Estágio Supervisionado: relação com a rede de escolas da Educação Básica.

Quanto à relação com a rede de escolas da Educação Básica, no contexto do Estágio Supervisionado, os alunos cumprem o Estágio em estabelecimentos de ensino devidamente

cadastrados e conveniados pelo Claretiano Centro Universitário de Batatais, que tenham plenas condições de oferecerem infraestrutura pedagógica para o Estágio dos licenciandos, incluindo a rede de escolas de Educação Básica.

O Estágio Supervisionado do Curso Licenciatura em Computação possibilitará assim, a vivência da realidade escolar, de forma integral, a partir das seguintes atividades:

- Vivência e compreensão prática do processo ensino-aprendizagem na Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental e o papel da tecnologia nessas etapas da Educação Básica.

- Parceria com instituições por meio da oferta de projetos, possibilitando ao licenciando a compreensão da dinâmica prática desses projetos e seu papel no processo ensino-aprendizagem.

- Vivências que levem o licenciando a perceber a viabilidade de tornar o processo ensino-aprendizagem eficaz para todos, alunos e professores, mediante o uso de tecnologia.

- Tendo em vista a implementação dos objetivos gerais supracitados, elegeu-se o elenco de atividades a seguir e seus respectivos objetivos específicos como viabilização prática do Estágio Supervisionado:

- Vivências que possibilitem o licenciando em Computação a reconhecer os aspectos cognitivo (espírito crítico), afetivo (sensibilidade e reflexão dos valores) e vivencial (reflexão ética), desenvolvidos com a utilização da tecnologia no processo educacional vigente.

- Vivências que contribuam para que o licenciando tome consciência e desenvolva sua capacidade docente, mobilizando todos os seus recursos, ampliando-a com vistas a uma atuação pedagógica competente no processo educacional.

- Vivências próprias do Estágio Supervisionado, a reflexão do aluno sobre procedimentos metodológicos básicos, que deverão nortear o estabelecimento de um clima tranquilo no desenvolvimento do ensino e de toda multidisciplinaridade possível.

- Reflexão sobre a realidade pedagógica cotidiana, e sobre as competências que um professor deve dominar no exercício de seu magistério.

- Co-participação junto à equipe escolar, do planejamento pedagógico e dos projetos a serem desenvolvidos, propondo projetos interdisciplinares com as demais disciplinas componentes do currículo.

- Promoção de palestras que envolvam os temas transversais para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

- Vivenciar as inúmeras variáveis que compõem a dinâmica escolar (gestão escolar) e sua relação com a qualidade do processo: participação em conselhos de classe/ reuniões de professores.

Outras atividades não descritas anteriormente poderão compor as atividades práticas do Estágio Supervisionado, desde que nelas os licenciandos possam exercer suas habilidades e/ou competências e que sejam devidamente autorizadas pelo Colegiado do Curso.

Os Relatórios são orientados pelo professor visando o acompanhamento do mesmo nas escolas e se aprovados, serão encaminhados para o setor do Núcleo de Estágio, setor responsável pelos registros, localizado no Claretiano Centro Universitário de Batatais, onde deverão ser entregues na sala de aula virtual (como recurso pedagógico inovador), escaneados:

Fichas de Estágio Supervisionado devidamente preenchidas, assinadas e carimbadas, Atestado devidamente preenchido, assinado e carimbado e Relatórios de Estágio Supervisionado.

16.4. Estágio Supervisionado: relação teoria e prática

Com o objetivo de inserir o futuro professor no exercício da profissão docente, o Estágio Supervisionado curricular supervisionado caracteriza-se como componente obrigatório formativo que possibilita o encontro curricular com a realidade escolar e, de modo especial, com as singularidades da aula. Essa aproximação promove a análise e reflexão na e sobre a prática para explicitação das diferentes facetas do trabalho docente permeadas pela teoria, de modo que, sirvam de ferramentas para que o graduando compreenda as demandas da educação, da escola, do ensino e sociedade.

Neste sentido, o Estágio Supervisionado, não caracteriza-se como um prática restrita a um espaço isolado, desarticulado do restante do curso, mas estará presente desde o início da formação e que permeará todas as etapas do curso, sendo incorporada no interior das disciplinas que constituem os componentes curriculares da formação. É possível observar a articulação entre a organização do Estágio Supervisionado, e as disciplinas ofertadas no semestre correspondente que promoverá a articulação das diferentes práticas ao longo do curso, numa perspectiva interdisciplinar.

O Estágio Supervisionado, parte da reflexão da prática docente e a intervenção do aluno, eleva o nível da compreensão acerca da natureza e as relações que existem no trabalho pedagógico. A grande riqueza do Estágio Supervisionado, está na oportunidade do aluno construir uma consciência crítico-reflexiva a respeito da e imerso na realidade, com possibilidade de transformá-la. Deve propiciar o conhecimento, reflexão e a análise da escola em todos os seus campos de atuação, assim como as ações educativas desenvolvidas na comunidade.

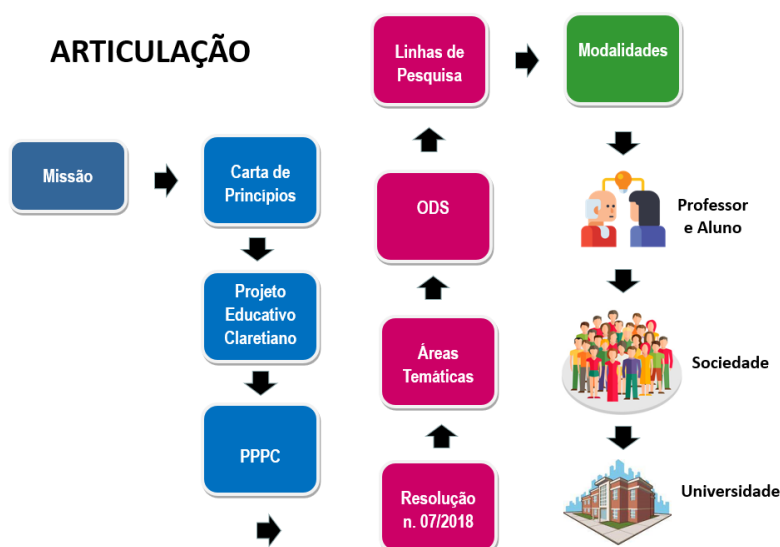
17. EXTENSÃO CURRICULAR

Atendendo a Resolução n. 7/2018, a dimensão da Extensão Universitária compõe 10% da carga horária de atividades curriculares dos cursos de Graduação. O projeto desenvolvido para o cumprimento da Extensão Curricular está fundamentado em estratégias de ensino-aprendizagem que corroboram princípios das metodologias ativas. Sua estrutura perpassa a formação das habilidades e competências dos estudantes a partir dos perfis iniciante ao egresso, articulados com a Missão e Projeto Educativo Claretiano, que tem a Pessoa Humana valorizada em suas várias dimensões, em especial nas esferas profissional e humana.

Considerando as perspectivas do perfil inicial até o egresso, no Claretiano – Centro Universitário a Extensão Curricular é dividida em fases (etapas) que formam um único componente. Cada fase é caracterizada por objetivos bem definidos, desafios de níveis diferentes dispostos em escala gradativa-formativa correspondente às competências e habilidades específicas e interdisciplinares a serem acionadas/desenvolvidas, conforme fluxograma a seguir.



Em síntese, a partir de uma linguagem aderente, fundamentada na valorização da diversidade e promoção da multiculturalidade, aplicados em um contexto de formação teórico-prático, serão trabalhados conhecimentos declarativos e procedimentais – com destaque para estes últimos – de modo que os objetivos das bases teóricas da Extensão Curricular (Res. CNE, n. 7 de 18 de dezembro de 2018), dos Projetos Políticos-Pedagógicos de Curso (PPPCs) e das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) sejam atingidos. Completam ainda o contexto das ações de Extensão Curricular do Claretiano - Centro Universitário, a Missão e Projeto Educativo Claretiano, a Carta de Princípios e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU).



Por fim, as modalidades de Extensão (programas, projetos, oficinas, cursos, eventos e prestação de serviços) empregadas para o cumprimento do componente curricular propicia o contato direto do estudante com a comunidade na qual está inserido, estimulando sua atuação como cidadão crítico e responsável, e colaborando para sua formação integral.

As atividades de Extensão Curricular são definidas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), em processo dialógico envolvendo a Coordenação de Curso, a Coordenação Geral de Extensão e o respectivo Colegiado do curso.

As atividades são desenvolvidas durante o curso, momentos em que o aluno poderá vivenciar experiências importantes da sua profissão, aprimorar suas habilidades e melhorar as competências adquiridas ao longo do curso. Ao mesmo tempo, o aluno atende demandas importantes da sociedade a partir de trabalhos que valorizam a sua formação humana, a ética e sua responsabilidade social.

São trabalhos que respeitam a diversidade, a cultura, as relações étnico-raciais, a sustentabilidade, os direitos humanos e o meio ambiente.

17.1. Formas de Acompanhamento

Todas as horas de extensão curricular presenciais, realizadas pelos alunos, serão acompanhadas pelo tutor a distância, por meio da Sala de Aula Virtual, contando, a cada etapa, com as seguintes evidências.

ETAPA	EVIDÊNCIAS COMPROBATÓRIAS	CARGA HORÁRIA	FERRAMENTA (SAV)
Etapa 1 Contextualização	Avaliação Objetiva	30 horas	Questões On-line (Sala de Aula Virtual)
Etapa 2 Elaboração do Projeto	Projeto de Extensão Curricular	variável	Portfólio (Sala de Aula Virtual)
	Termo de Compromisso		
Etapa 3 Execução do Projeto	Fichas: Extensão Curricular	variável	Portfólio (Sala de Aula Virtual)
Etapa 4 Avaliação do Projeto	Questionário de Avaliação	variável	Portfólio (Sala de Aula Virtual)
	Termo de Consentimento		
Etapa 5 Relatório do Projeto	Relatório do Projeto	variável	Portfólio (Sala de Aula Virtual)

17.2. Relatórios e Registro das Atividades

A cada etapa realizada o aluno deverá entregar um relatório das atividades presenciais de extensão curricular na sala de aula virtual, que serão corrigidas e validadas pelo tutor a distância.

18. PROJETO DE PRÁTICA

Sob orientação de professores coordenadores de Prática, além do auxílio de professores responsáveis pelas disciplinas envolvidas com cada projeto de Prática, os licenciandos devem desenvolver e exercer um papel ativo e reflexivo durante o desenvolvimento dos projetos. Nesse processo, a Prática tem a finalidade de relacionar a teoria com a prática docente, através de um processo de reflexões, abrangendo a vivência da aprendizagem enquanto aluno com a vivência como docente, enquanto professor em formação além de envolver articulação dos alunos com órgãos normativos e executivos dos sistemas de ensino.

A reflexão e aprendizagem de métodos e técnicas de ensino são, portanto, confrontadas pela própria experiência. Enquanto educador estabelece-se novos compromissos e responsabilidades. Enquanto aluno, torna-se ativo, crítico e reflexivo diante dos métodos e processos de ensino que lhe são apresentados e os quais ele vivencia.

A Prática está aliada ao desenvolvimento de projetos para o ensino de computação e para a aplicação da computação no campo da informática educativa, visionando propostas pedagógicas que garantam aos educandos o acesso à aprendizagem significativa dos saberes humanista, científico e tecnológico e que contribuam para a formação do futuro professor. O colegiado de curso é responsável por deliberar, no semestre anterior, sobre as especificidades de cada projeto, inclusive, alterando-o a cada nova oferta, se achar necessário, no sentido de aproveitar melhor a proximidade com a dinâmica das demandas do mercado real e da conjuntura atual. Os projetos a serem desenvolvidos durante o semestre ficam sob supervisão do professor responsável, com apoio de seus tutores a distância, de uma das disciplinas envolvidas no projeto, aquela que apresenta maior proximidade com os objetivos a serem alcançados com o projeto.

18.1. Formas de Acompanhamento

O desenvolvimento e elaboração dos projetos de prática pelo aluno é acompanhado pelo professor responsável pela disciplina, com apoio dos tutores a distância, pela Sala de Aula Virtual e aponta os direcionamentos para o correto desenvolvimento do que foi proposto.

Aos *professores responsáveis*, com apoio de seus *tutores a distância*, que acompanham o desenvolvimento dos projetos competem as seguintes ações:

- I) Elaboração do projeto, juntamente com a participação do colegiado e da coordenação do curso, devidamente fundamentado nos Parâmetros Curriculares Nacionais e perfil do curso;
- II) Disponibilizar horários para orientação aos alunos, por telefone e sala de aula virtual, durante o período de execução do projeto;
- III) Acompanhar o desenvolvimento do projeto pelos alunos, utilizando a ferramenta Portfólio, disponível no SGA-SAV (Sistema Gerenciador de Aprendizagem-Sala de Aula Virtual) para o contato e documentação dessa atividade;
- IV) Avaliar o processo de desenvolvimento do projeto;
- V) Dar retorno aos alunos, constantemente, sobre o andamento do projeto;
- VI) Ficar atento para perceber a conduta de alunos que não estejam desenvolvendo o projeto, descobrindo quais são as dificuldades e oferecendo ajuda;
- VII) Orientar os alunos com relação ao envolvimento e o grau de abrangência das disciplinas envolvidas no projeto.

Aos *alunos* competem as seguintes ações:

- I) Desenvolver o projeto, de acordo com as orientações do professor responsável e dos tutores a distância;
- II) Entregar o projeto final de acordo com as normas estabelecidas.

Ao coordenador do curso compete:

- I) Participar e orientar a elaboração dos projetos a cada semestre;
- II) Indicar as disciplinas responsáveis por cada projeto;
- III) Auxiliar na identificação das disciplinas que poderão compor projetos interdisciplinares;
- IV) Orientar os professores quanto à concepção e acompanhamento dos projetos.

18.2. Relatórios e Registro das Atividades

Após o período destinado ao desenvolvimento do projeto, normalmente com duração de um semestre, de acordo com o período de duração das disciplinas envolvidas, os alunos devem apresentar ao professor os trabalhos realizados, utilizando a ferramenta Portfólio do SGA-SAV. Após a avaliação dos trabalhos, os alunos receberão o conceito “aprovado” ou “reprovado”.

O aluno que não cumprir satisfatoriamente com as atividades previstas e resultados esperados, deverá refazer o projeto e reapresentá-lo em nova data estipulada.

19. ATIVIDADES COMPLEMENTARES (A.C.)

O Curso de Licenciatura em Computação do Claretiano – Centro Universitário contempla, em sua estrutura curricular, de forma obrigatória, as Atividades Complementares, com carga horária de 290 horas. São atividades e experiências realizadas pelo aluno com a finalidade de oferecer oportunidades de enriquecimento didático, curricular, científico e cultural, em atendimento à formação geral e específica da área; envolvem o aproveitamento dos conhecimentos adquiridos pelos estudantes durante o curso, por intermédio de estudos e atividades presenciais e/ou a distância, desenvolvidas de forma independente do conjunto das disciplinas.

As atividades complementares são aquelas que se enquadram em seminários, apresentações, exposições, eventos científicos, observação em ambientes de laboratório clínico, científico ou industrial, ações de caráter científico, técnico, cultural e comunitário, produções coletivas, monitorias e projetos de iniciação científica, podendo ser livremente escolhidas e desenvolvidas pelos alunos, desde que comprovadas e certificadas por um tutor e coordenação de curso. As atividades complementares podem desdobrar-se das indicações legais acima, como, por exemplo:

* Participação em eventos culturais e desportivos (exposições, feiras, mostras, campeonatos e similares): o aluno poderá participar de eventos culturais e desportivos (exposições, mostras, feiras, campeonatos e similares), preferencialmente em sua área de formação, e comprová-la por meio da apresentação de documento comprobatório (ingresso, declaração, atestado etc.), com carga máxima de 20h.

* Apresentação de trabalho em evento científico, publicações e produções técnicas: o aluno poderá apresentar trabalhos em eventos científicos (palestra, comunicação oral ou

pôster), preferencialmente em sua área de formação e comprová-la por meio de certificados. Poderá também publicar livros, capítulos de livros, resumos, artigos em anais de eventos científicos e revistas acadêmicas ou especializadas, devidamente comprovados, produção técnica (software, aplicativo, vídeo, produção e composição musical etc.), podendo cumprir até 50h destes componentes.

* Participação em eventos científicos: o aluno deverá participar de eventos científicos (seminários, encontros, workshops, congressos, simpósios, mesas redondas e similares), preferencialmente em sua área de formação. Obrigatoriamente, um dos eventos científicos deve ser o ENCIC. A comprovação se dará por meio da apresentação de certificado, com carga horária máxima de 50h.

* Projetos Sociais: participação em projetos sociais, com o aproveitamento de no máximo 30h (atividades em ONGs, eventos comunitários, atividades sociais, monitorias em museus, arquivos públicos, centros permanentes de documentação etc.), comprovando por meio da apresentação de declaração comprobatória. O projeto social realizado para fins de estágio não poderá ser considerado nesta atividade para não haver sobreposição de horas.

* Cursos: realização durante a graduação de no mínimo 3 cursos (de extensão: Minicursos de Apoio Pedagógico ou outros, livres, MOOCs etc.), preferencialmente na área de formação, oferecidos presencialmente ou online. A comprovação dos cursos dá-se por meio da apresentação de certificado ou declaração, constando o período de realização e a carga horária, contabilizando no máximo 100h.

* Visitas técnicas e/ou atividades de vivência profissional: visitas técnicas e/ou atividades de vivência profissional (atividades de observação, participação e/ou prática supervisionada), em sua área de formação, comprovadas por meio de apresentação de declaração ou atestado, com, no máximo, 20h.

* Participação em grupos de estudo ou pesquisa supervisionada: participação em estudo ou pesquisa supervisionada, preferencialmente na área de formação, comprovando-a por intermédio de declaração ou atestado, somando 30h.

Cabe salientar que as Atividades Complementares não poderão ser as mesmas realizadas nos Estágios e outros componentes curriculares, pois não são aceitas sobreposição de horas.

19.1. Formas de Acompanhamento

Como principal agente dos mecanismos de acompanhamento, destaca-se o tutor (na Educação a Distância) ou a coordenação de curso (na graduação presencial), que são responsáveis por acompanhar as atividades realizadas pelo aluno, apontando caminhos que melhor sirvam para a formação profissional e a realidade social do discente.

Destaca-se como caráter inovador no planejamento e gestão das Atividades Complementares o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação, que garantem, por exemplo, o registro das atividades de forma digital, emissão de relatórios em tempo real, amplos canais para feedback ao estudante, uso de aplicativo mobile, possibilidade de inserção de vídeos e imagens, entre outras funcionalidades. Os relatórios em formato de planilha ficam

sob supervisão do coordenador de curso, responsável pela validação, organização e orientação dessa atividade.

19.2. Relatórios e Registro das Atividades

Todo o fluxo organizacional do referido componente está devidamente sistematizado, utilizando como ferramenta o ambiente virtual de aprendizagem (Sala de Aula Virtual) que dispõe de um ambiente específico para esse fim. Nele os alunos encontram ferramentas para a disponibilização dos itens solicitados, tais como certificados, relatórios, etc., além de espaço para diálogo com o tutor, demais alunos do curso e setores da instituição. Quanto ao aproveitamento das atividades, o Claretiano Centro Universitário, por meio do seu departamento de extensão universitária, atua em relação direta com o curso na promoção de iniciativas dos mais variados gêneros, tais como jornadas acadêmicas, congressos, simpósios, etc. cujo enfoque abrange a área da educação/computação e o conhecimento gerado a partir das iniciativas são considerados na composição da carga horária das atividades complementares.

O aluno deverá realizar a carga horária total até o final do curso; caso contrário, ficará em dependência no componente curricular. É orientado ao aluno diversificar as áreas das suas atividades complementares, de modo a abranger diferentes aspectos da sua formação; por isso, há uma tabela de Atividades Complementares norteia os limites de horas por atividade.

Os relatórios, em formato de planilha, ficam sob a supervisão profissional específica, responsável pela validação, organização e orientação dessa atividade.

O controle documental conta também com uma ferramenta de assinatura eletrônica com vistas a impedir fraudes, o que presume um processo exitoso, inovador e de gestão eficiente.

20. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

20.1. Sistema de autoavaliação do Projeto Político Pedagógico do Curso

A gestão do Curso de Licenciatura em Computação do Claretiano – Centro Universitário é realizada considerando a autoavaliação do seu PPPC, entendida não como um sistema de medida, parametrização, obtenção de dados, controle ou fiscalização acerca do curso, mas, sim, num sentido dinâmico e processual, envolvendo a reflexão, compreensão, análise, aperfeiçoamento e reconfiguração da proposta de curso (VEIGA, 2004).

Adicionalmente, o processo de avaliação do Projeto Político-Pedagógico do Curso ocorre de maneira descentralizada, mas em consonância com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), favorecendo a participação de todos os segmentos diretamente relacionados a ele: professores, tutores, discentes e a Instituição, na análise propriamente dita e nos processos de tomadas de decisão. Assim concebida e realizada, a autoavaliação possibilita corrigir os desvios e distanciamentos que podem ocorrer em relação aos objetivos expressos no Projeto, permitindo obter dados acerca da qualidade da formação e viabilizando a identificação de fatores positivos, negativos e as fragilidades existentes. Por corolário, favorece a identificação de novos direcionamentos, mantendo a dinamicidade do Projeto.

O processo de autoavaliação do PPPC envolve as dimensões quantitativa e qualitativa, com ênfase na segunda dimensão. A avaliação permeia todas as fases: elaboração, implementação e execução do Projeto. A autoavaliação da qualidade do Projeto e, conseqüentemente, da formação que ele promove, por sua vez, leva em consideração os seguintes critérios: a) cumprimento das prioridades e dos objetivos pretendidos em relação à formação pessoal e profissional do discente; b) participação e contribuição na realização dos objetivos institucionais; e c) impacto na sociedade, tendo como base a inserção do egresso na sua área de atuação profissional e a qualidade dos serviços e atividades prestados pelo curso à comunidade (projetos de extensão). A avaliação representa um processo permanente de questionamento e reflexão a respeito da formação que o curso promove, no profundo significado da Missão Institucional. Por fim, realizada de forma processual, contínua, permanente e coletiva, traduz-se na validação do Projeto.

O processo de autoavaliação do Projeto Político-Pedagógico de Curso envolve as seguintes ações:

- * Atendimento ao aluno, visando garantir um canal aberto de comunicação entre o discente e a coordenação, envolvendo períodos de atendimento do discente pela coordenação durante a semana. Esse atendimento permite conhecer a satisfação dos alunos quanto ao PPPC de maneira ampla e, de maneira específica, quanto à matriz curricular, ao corpo docente e de tutores e à Instituição. Além disso, permite realizar apoio e orientação individualizados com relação às dificuldades relacionadas à vida acadêmica.

- * Reuniões de colegiado e Núcleo Docente Estruturante (NDE), visando garantir a participação dos docentes e tutores na elaboração, implementação, execução e avaliação do PPPC, processos esses dinâmicos e contínuos na avaliação do Projeto. Nas reuniões de colegiado e NDE, são analisadas as diferentes questões relacionadas ao curso e, de maneira coletiva, além dos resultados da avaliação institucional interna coletados pela Comissão Própria de Avaliação, identificando as possíveis soluções e encaminhamentos mais adequados, possibilitando uma gestão democrático-participativa do curso. As reuniões de colegiado contam com a participação da totalidade dos docentes, tutores e de alguns discentes.

- * Avaliação do corpo docente e de tutores, projeto implementado e dinamizado pela CPA desde 2009, que tem por objetivo avaliar as atividades pedagógicas dos docentes e tutores, buscando encaminhamentos em situações de dificuldades (projeto disponível na CPA).

- * Acompanhamento das Salas de Aula Virtual pelo coordenador do curso como recurso pedagógico, no sentido de melhorar o processo de ensino e aprendizagem, configurando uma alternativa para o entendimento e apoio ao processo de formação do aluno, bem como aprimoramento do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Computação.

- * Plano de Ação: elaborado à luz da Missão, dos Princípios Institucionais e do Projeto Educativo Claretiano, tendo como principal referência o Projeto Político Pedagógico do Curso. O documento tem como objetivo valorizar o planejamento do curso, elencando as principais propostas e ações a serem executadas, com avaliação dos resultados e propostas de melhoria contínua. Justifica-se como instrumento orientador da gestão do curso, facilitador das atividades da coordenação e pertinente aos indicadores e critérios de avaliação. A metodologia empregada alinha-se ao Ciclo PDCA, com aplicações sucessivas de replanejamento, execução, avaliação e ações corretivas visando a melhoria de forma continuada. Adicionalmente são utilizadas ferramentas cabíveis ao plano (5W2H, análise SWOT e outras).

- * Resultados das avaliações externas (visitas in loco e Exame Nacional do Curso das modalidades presencial e a distância), para fins de aprimoramento contínuo e replanejamento, considerando a unificação do Projeto Político Pedagógico de Curso, enquanto Claretiano – Rede de Educação, com o acompanhamento da Comissão Própria de Avaliação.

20.2. Avaliação dos processos ensino e aprendizagem

O sistema de avaliação da aprendizagem no Claretiano – Centro Universitário é concebido dentro de um processo que integra a aprendizagem do aluno e a intervenção pedagógica do professor, na direção da construção do conhecimento e da formação profissional, técnica, humana e cidadã. A avaliação constitui-se de um meio, e não de uma finalidade, refletindo os princípios filosóficos, pedagógicos, políticos e sociais que orientam a relação educativa, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento do aluno na sua totalidade, considerando a Resolução CONSUP 93/2021.

Valendo-se de uma metodologia que permite avaliar a formação conforme os perfis e competências que norteiam os projetos político-pedagógicos de cada curso e os planos de ensino dos componentes curriculares, o sistema contempla as seguintes dimensões avaliativas:

I. Avaliação Formativa - AF ou Avaliação Contínua - AC: Instrumentos avaliativos aplicados em cada disciplina de forma contínua ao longo do semestre, podendo ser trabalhos de pesquisa, seminários, provas, atividades práticas, questões on-line e atividades e interatividades em Ambiente Virtual de Aprendizagem. As orientações e os critérios para as avaliações desta natureza deverão constar no plano de ensino de cada disciplina e/ou guias de estudo.

II. Avaliação Somativa - AS ou Avaliação Final - AF: Constitui-se da Prova Específica 1, Prova Específica 2 e uma Avaliação Semestral Interdisciplinar (ASI), contemplando os conteúdos programáticos de todas as disciplinas do semestre letivo. Ambas aplicadas voltadas aos conhecimentos, habilidades e competências referentes aos objetivos propostos para os perfis de formação projetados para cada etapa dos cursos.

Em todas as disciplinas dos cursos de graduação presenciais e a distância, para obtenção da Nota Final, somam-se os valores obtidos na Avaliação Formativa (AF) e na Avaliação Somativa (AS), dividindo-os por 2 (dois), obtendo-se assim a média, que representa a Nota Final.

Para aprovação na disciplina a Nota Final deverá ser maior ou igual a 6,0 (seis).

A Avaliação Formativa (AF) terá valor de 0,0 a 8,0 pontos, podendo ser aplicada aos alunos de modo individual ou em grupos, conforme o plano de ensino da disciplina, sendo constituída de:

- a) Atividades e Interatividades (desenvolvidas presencialmente e virtualmente no AVA): valor de 6.0 pontos elaboradas a critério do professor;
- b) Questões On-line: questões no formato objetivo, ofertadas em cinco ciclos, na sala de aula virtual da disciplina, tendo o valor de 0.4 cada oferta (quatro questões, valendo 0.10 cada uma), no total de 2.0 pontos.

A Avaliação Somativa (AS), terá valor de 0,0 a 12,0 pontos, sendo aplicada ao aluno de modo presencial, on-line e individual, constituída de:

- a) Prova Específica 1: Dissertativa. Valor 6.0 pontos. Quantidade de Questões: 6 questões (Presencial) e 3 questões (EaD). Valor das Questões: 1.0 ponto (Presencial) e 2.0 pontos (EaD). Formato: Presencial para ambas as modalidades. Tipo de Questão. Atividade: Dissertativa. Ciclos: 1, 2 e 3. Período de Oferta: Maio e Outubro.
- b) Prova Específica 2: (online EaD; presencial: Presencial). Valor: 3.0 pontos. Quantidade de Questões: 10 questões. Valor das Questões: 0.30 ponto cada questão. Formato online EaD; presencial: Presencial. Tipo de Questão. Atividade: Objetiva. Ciclo: todos. Período de Oferta: Junho e Dezembro.
- c) Avaliação Semestral Interdisciplinar (ASI): Valor: 3.0 pontos. Quantidade de Questões: 6 questões. Valor das Questões: 0.50 pontos cada questão. Formato: online EaD; presencial. Presencial. Tipo de Questão. Atividade: Objetiva. Ciclo: todos. Período de Oferta: Junho e Dezembro

Quanto à recuperação da aprendizagem, aluno que não comparecer à Prova Específica e/ou a ASI, poderá solicitar a Prova Substitutiva de uma ou ambas, via Portal do Aluno pela internet, dentro do prazo previsto no calendário acadêmico.

Após a apuração da média, os alunos que obtiverem Nota Final entre 4,0 e 5,9 e frequência mínima de 75% (quando exigida) poderão solicitar uma Prova Complementar.

Após a realização da Prova Complementar será apurada a média simples, somando-se a Nota Final e a nota da Prova Complementar e dividindo-se por 2 (dois), sendo aprovado o aluno que obtiver média maior ou igual a 6,0 (seis).

Os alunos com Nota Final inferior a 4,0 (antes da realização da Prova Complementar) ou Média Final inferior a 6,0 (após a realização da Prova Complementar), serão considerados reprovados na disciplina, devendo cursá-la posteriormente em regime de dependência.

O aluno que acumular 5 (cinco) ou mais dependências ao longo do curso, permanecerá retido no período/semestre que ocorreu o acúmulo, devendo cursar apenas as disciplinas em regime de dependências. A este limite acumulado de dependências não serão computadas as adaptações e os seguintes componentes: Trabalho de Conclusão de Curso, Estágio e Atividade Complementar.

Quanto às ações de melhoria, no ano de 2021 o Claretiano - Centro Universitário, implementou uma série de mudanças no sistema de avaliação da aprendizagem em um esforço coletivo de vários atores de diferentes segmentos, motivados pela percepção institucional quanto à necessidade de mudanças, somado aos resultados obtidos nas avaliações realizadas pela Comissão Própria de Avaliação.

Algumas premissas levantadas pela CPA, NDEs e outros balizaram as discussões acerca da nova proposta:

- * Respeitar ao máximo as características dos sistemas de gestão e de aprendizagem.
- * Contribuir para a melhoria da aprendizagem dos alunos.
- * Buscar o equilíbrio entre os instrumentos.
- * Atender as especificidades dos cursos e disciplinas, dando mais autonomia ao docente na proposição dos instrumentos avaliativos.
- * Padronizar ao máximo o sistema de avaliação para as modalidades de ensino.
- * Redimensionar o número de questões por instrumentos.
- * Utilizar a legislação vigente a favor da nova proposta, considerando a não obrigatoriedade da prevalência de avaliações presenciais nos cursos EaD.
- * Olhar para a sustentabilidade institucional.

Quanto à sistematização das informações e disponibilização aos estudantes, há, no Ambiente Virtual de Aprendizagem uma ferramenta específica que permite aos, docentes, tutores e estudantes o acompanhamento do desempenho na disciplina, bem como o detalhamento dos diversos instrumentos avaliativos, com recursos para feedback do docente e parametrização interdisciplinar no contexto da Avaliação Semestral Interdisciplinar (ASI).

Instrumento	Tipo	Valor	Quantidade de Questões	Valor das Questões	Formato	Tipo de Questão/Atividade	Ciclo	Percentual da nota	Período de Oferta
Questões Online	Formativa	2.0 pontos	4 questões por Ciclo	0.10 por questão 0.40 por ciclo	Online	Objetiva	Todos	10%	Semestre todo
Atividades e Interatividades	Formativa	6.0 pontos	Variada de acordo com a disciplina	a critério do professor	Presencial/online de acordo com a modalidade/ disciplina	Dissertativa	Todos	30%	Semestre todo
Prova Específica 1 Dissertativa	Somativa	6.0 pontos	6 questões (Pres) 3 questões (EaD)	1.0 ponto (Pres) 2.0 pontos (EaD)	Presencial para ambas as modalidades	Dissertativa	1, 2 e 3	30%	Maio e Outubro
Prova Substitutiva da Prova Específica 1	Somativa	6.0 pontos	6 questões (Pres) 3 questões (EaD)	1.0 ponto (Pres) 2.0 pontos (EaD)	Presencial para ambas as modalidades	Dissertativa	1, 2 e 3	30%	Maio e Outubro

Especificações:	Regra: permitido apenas aos alunos ausentes na Prova Oficial - não será permitido a realização da prova para melhoria de notas Formato: Presencial para todas as modalidades; Financeiro: Com custo de acordo com a política institucional Solicitação: via Portal de Acesso, na ferramenta Secretaria								
Prova Específica(online EaD; presencial Presencial)	Somativa	3.0 pontos	10 questões	0.30 ponto cada questão	Online/ Presencial	Objetiva	Todos	15%	Junho e Dezembro
Avaliação Semestral Interdisciplinar	Somativa	3.0 pontos	6 questões	0.50 ponto cada questão	Online/ Presencial	Objetiva	Todos	15%	Junho e Dezembro
Prova Substitutiva da Prova Específica 2 e Avaliação Semestral Interdisciplinar	Somativa	3.0 pontos 1,5 ponto para cada Prova	16 questões 10 - P.E.2 6 - ASI	Idem às Provas Regulares de cada instrumento	Online/ Presencial	Objetiva	Todos	30%	Junho e Dezembro
Especificações:	Regra: permitido nos casos de ausência Formato: Presencial para cursos presenciais Virtual para cursos EaD Financeiro: Com custo de acordo com a política institucional Solicitação: via Portal de Acesso, na ferramenta Secretaria								
Prova Complementar	Formato: Presencial para o Presencial - Online para cursos EaD Valor: 10 pontos - 0.50 ponto por questão Quantidade de Questões: 20 questões Parametrização: podem solicitar a prova alunos com média igual ou superior a 4.0 pontos Regra: soma com a média e divide por 2 - 6.0 pontos aprovado Solicitação: via Portal de Acesso, na ferramenta Secretaria								

21. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

21.1. Administração Acadêmica do Curso - Coordenação de Curso

A Coordenação do Curso de Licenciatura em Computação do Claretiano – Centro Universitário está sob responsabilidade do professor mestre Renato de Oliveira Violin que possui mestrado em ciência da computação.

São atribuições e competências do coordenador de curso de graduação, que favorecem permanentemente a integração entre os profissionais envolvidos e a interdisciplinaridade para a concretização do perfil do egresso (Regimento Interno do Claretiano – Centro Universitário):

I – Convocar as reuniões de professores do curso, por áreas de interesse ou de conhecimento e presidi-las.

II – Designar docentes para secretariar os trabalhos das reuniões de professores.

III – Coordenar os trabalhos e atividades dos membros docentes e tutores do curso.

IV – Encaminhar à Câmara Superior de Ensino, Pesquisa, Graduação e Extensão, para a apreciação e posterior encaminhamento à Reitoria ou aos órgãos colegiados superiores, matéria que deva ser apreciada por eles.

V – Encaminhar ao Coordenador Geral de Ensino os expedientes ou representações que devem ser apreciados.

VI – Auxiliar o Coordenador Geral de Ensino na fiscalização e observância do regime acadêmico, no cumprimento dos Planos de Ensino e dos demais planos de trabalho e na indicação de docentes.

VII – Responsabilizar-se pelo material que estiver sob sua guarda.

VIII – Cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto do Claretiano – Centro Universitário, do Regimento, do Regulamento da Reitoria e as deliberações dos Órgãos Colegiados e o Planejamento Pedagógico.

IX – Acompanhar as atividades didáticas do Curso determinadas pelo Colegiado, zelando pela fiel execução da legislação de ensino e das normas do Claretiano – Centro Universitário.

X – Controlar o cumprimento do regime escolar e a execução dos programas e cargas horárias.

XI – Zelar pela manutenção da ordem e da disciplina no âmbito do curso, comunicando ao Pró-Reitor Acadêmico as ocorrências e respondendo por abusos ou omissões sob sua responsabilidade.

XII – Responsabilizar-se pela orientação e aconselhamento dos alunos do curso.

XIII – Elaborar o calendário do curso, ouvido o seu colegiado, sempre em obediência ao Calendário Geral do Claretiano – Centro Universitário.

XIV – Participar do Conselho Superior e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, quando eleito pelos seus pares.

XV – Comunicar ao órgão competente e ao Pró-Reitor Acadêmico, imediatamente à ocorrência, as infrações cometidas pelos docentes e funcionários técnico-administrativos sob sua coordenação.

XVI – Apresentar ao Colegiado do Curso, à Pró-Reitoria Acadêmica e à Coordenação Geral de ensino o relatório semestral das atividades acadêmicas da Coordenadoria.

XVII – Tomar as medidas que se fizerem necessárias em casos de urgência ad referendum dos órgãos superiores, encaminhando-lhe para apreciação posterior.

XVIII – Providenciar, consoante os termos e condições do Regulamento de Monitoria, o Edital de Convocação para a abertura de inscrições à Monitoria e ao Processo de Seleção de Candidatos.

XIX – Despachar o processo que autoriza a concessão do certificado de exercício de monitoria, encaminhando-o ao Pró-Reitor Acadêmico para assinatura.

XX – Exercer outras atribuições que recaiam de sua competência ou que lhe sejam delegadas pelo seu Coordenador Geral de Ensino ou pelos órgãos superiores.

Parágrafo único – Além das atribuições acima discriminadas, cabe ao coordenador de curso EaD:

I – Acompanhar os ambientes virtuais de interação entre alunos e professores.

II – Prover formação continuada para os professores do curso, de acordo com as dificuldades encontradas no decorrer do processo de tutoria.

III – Orientar a construção de material didático junto à equipe de Editoração e Audiovisual.

IV – Apresentar boletins informativos aos alunos a cada encontro presencial.

V – Visitar os Polos de Educação a Distância e emitir relatórios acerca da infraestrutura e condições de atendimento.

VI – Acompanhar permanentemente as atividades dos tutores presenciais e tutores a distância nos cursos.

VII – Providenciar a construção e atualização das avaliações do curso, tais como Caderno de Atividades e Interatividades, provas e instrumentos de avaliação intermediária.

VIII – Munir os tutores presenciais e tutores a distância com planos de aula especificamente criados para as atividades presenciais nos Polos de Educação a Distância.

A atuação do coordenador de curso, a partir da dedicação integral à Instituição, atende à demanda de suas atribuições supracitadas, considerando a gestão do curso, a relação com o colegiado, com os discentes, com a equipe multidisciplinar e com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), subsidiada pelo Plano de Ação e pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2020-2024), elaborados à luz da Missão e Projeto Educativo Claretiano (PEC, 2012), tendo como principal referência o PPPC.

O Plano de Ação tem como objetivo valorizar o planejamento do curso, levantando as principais propostas e ações a serem executadas, com avaliação dos resultados e propostas de melhoria contínua. Justifica-se como instrumento orientador da gestão do curso, facilitador das atividades da coordenação e pertinente aos indicadores e critérios de avaliação. A metodologia empregada alinha-se ao Ciclo PDCA, com aplicações sucessivas de planejamento, execução, avaliação e ações corretivas, visando à melhoria contínua. Adicionalmente, são utilizadas ferramentas cabíveis ao plano (5W2H, análise SWOT e outras).

A atuação da coordenação do Curso de Licenciatura em Computação do Claretiano – Centro Universitário, bem como de outras dimensões e agentes, é analisada na Avaliação Interna, aplicada periodicamente pela CPA. Os dados são mensurados, e os resultados são divulgados à comunidade educativa e sociedade, por meio de diversos canais, com destaque para o site institucional (página da CPA) e o SGA-SAV. Os resultados obtidos balizam o ajuste do Plano de Ação, contemplando as melhorias contínuas necessárias, com maior atenção às possíveis fragilidades evidenciadas.

Todas as atividades inerentes à coordenação do curso estão previstas nos documentos institucionais, e suas ações de planejamento, execução e avaliação das rotinas e processos estão estabelecidas em um Plano de Ação disponível e público. O documento é estruturado a partir de ferramentas de gestão e subsidiado por indicadores de desempenho, que permitem ao coordenador e seus pares uma visão macro de todos os processos, possibilitando, ainda, a implementação de estratégias de melhoria contínua.

As políticas de gestão do curso prevêm, ainda, reuniões periódicas às terças-feiras, nas quais são tratados temas variados, de caráter institucional, bem como avaliações dos resultados obtidos a partir dos Planos de Ação dos cursos. Da mesma forma, as atividades junto ao Núcleo Docente Estruturante e Colegiado do Curso são iniciativas que subsidiam e complementam a gestão do curso.

Todas as políticas e indicadores de desempenho, entre outras iniciativas do curso, são amplamente divulgadas no ambiente virtual de aprendizagem, site institucional e demais canais de comunicação da IES.

21.2. Organização Acadêmico Administrativa – Secretaria Geral

No No Claretiano – Centro Universitário, a organização acadêmico administrativa/ controle e registro acadêmico, é centralizado na Secretaria Geral, que é um órgão executivo de apoio acadêmico-administrativo diretamente vinculado à Direção, respondendo pela integridade e exatidão dos documentos expedidos e pelo arquivo de toda documentação acadêmica dos alunos e professores da Instituição. Esse mesmo sistema será levado para o Claretiano – Centro Universitário, tendo como objetivo supervisionar, planejar, organizar, controlar, manter, fiscalizar e executar todo o trabalho realizado internamente. É responsável por todos os procedimentos acadêmicos relacionados ao candidato/aluno, desde o momento em que faz a inscrição no Processo Seletivo/matricula até sua saída da Instituição. Compete também ao setor realizar o controle e registro acadêmico das matrículas e rematrículas, transferências internas e externas, formação dos alunos, trancamentos, desistências, aproveitamentos de estudos, controle de notas, faltas e conteúdo, estágio, trabalho de conclusão, registros de diplomas, expedição de documentos (tais como atestados, certidões, certificados, declarações, editais, históricos escolares etc.). A Secretaria Geral ainda é responsável por atender a toda legislação escolar, zelar pelo cumprimento do Regimento da Instituição e realizar apoio aos docentes, bem como a manutenção e a guarda do acervo acadêmico, conforme disposto na Portaria no 1.224, de 18/12/2013.

A Instituição adota o ERP da TOTVS – Sistema de Gestão Educacional desde 2005, sendo que, de 2014 a 2016, realizou um upgrade para o TOTVS-RM, como sistema principal de registro e controle acadêmico, passando a padronizar todas essas operações e contando, ainda, com outros sistemas para apoiar de forma integrada nos processos da Instituição, como o SGA e o Sistema de Gestão Organizacional (SGO). Em 2016, iniciou-se o projeto “Secretaria Acadêmica Digital”, objetivando a circulação de documentos acadêmicos de forma digital e a virtualização do acervo acadêmico, resguardando as provas documentais de maneira a garantir os aspectos de natureza acadêmica, jurídica e histórica da Instituição, seguindo as portarias do Arquivo Nacional do Brasil. Os documentos digitais são assinados por um Certificado Digital, dando aspecto legal, conforme previsto na MP 2.200-2. O projeto de “Secretaria Acadêmica

Digital” também propõe que todas as documentações emitidas pela Instituição sejam feitas de forma digital, já estando implantada a Declaração de Matrícula, Declaração de Passe Escolar, Declaração de Vaga e Declaração de Transferência. Nesse processo, o aluno solicita a declaração pelo Portal Claretiano e recebe de forma rápida o documento assinado digitalmente em seu e-mail, pois os documentos são gerados automaticamente pelo SGO e encaminhados para a Secretaria realizar a assinatura digital. Esse processo evita a tramitação de papel dentro da Instituição e o tempo de entrega ao aluno, agilizando, assim, qualquer solicitação do discente.

Os registros e controles acadêmicos iniciam-se no Processo Seletivo, que é realizado de forma unificada pelo Claretiano e gerenciado pelo SGO. Nele, o candidato deve fazer, através do Portal “claretiano.edu.br”, a sua inscrição, escolhendo o curso, modalidade em que deseja se inscrever. Na data estipulada no edital, o aluno deverá comparecer no local para fazer a prova do Processo Seletivo, que, depois de realizada, é digitalizada no setor competente e encaminhada para seus corretores de forma automática, garantindo, assim, agilidade na divulgação do resultado.

A Instituição possui, ainda, um processo de ingresso específico para diplomados em outro curso superior. Nesses casos, o candidato deverá postar todos os documentos necessários de forma digital no Portal “claretiano.edu.br.” Essa inscrição será direcionada para a Secretaria, que validará as documentações e disponibilizará um extrato com as disciplinas a cursar e as dispensadas, conforme análise técnica.

Em ambos os casos, os candidatos aprovados para os cursos tornam-se habilitados para realizar a matrícula. O processo de matrícula do Claretiano é realizado de forma on-line e com assinatura digital, conforme previsto na MP 2.200-2, em que o aluno preenche todos os dados pessoais, realiza a assinatura digital no Contrato de Prestação de Serviço e Requerimento de Matrícula e, em seguida, entrega a documentação comprobatória no Núcleo de Atendimento ao Aluno. A Secretaria Geral digitaliza os documentos pessoais do aluno, criando, assim, um prontuário digital, e, na sequência, confere todos os dados informados por ele para realizar o deferimento da matrícula no TOTVS-RM. Apenas alunos matriculados têm acesso à sala de aula (presencial ou virtual). Durante o curso, as movimentações como desistências e trancamentos devem partir diretamente do aluno, que, após serem solicitadas via Portal Claretiano, serão direcionadas para a Secretaria Geral realizar os devidos registros e arquivar no prontuário digital do aluno.

Durante o semestre, os professores realizam suas interações por meio do SGA, no qual postam os materiais de apoio, notas, faltas e o conteúdo de cada aula, na SAV. As provas realizadas no semestre são gerenciadas por intermédio do SGO, no qual o professor publica as questões da disciplina, conforme orientação da Coordenação Pedagógica. Por meio do mesmo sistema, as provas são geradas para os alunos, para que cada um tenha uma prova diferente. Essas provas serão digitalizadas e direcionadas para correção, garantindo a transparência e a agilidade das avaliações.

No final do semestre, as notas e faltas são integradas com o TOTVS-RM, e a Secretaria inicia o processo de apuração do resultado, momento em que são realizadas duas verificações: a primeira avalia a disciplina, averiguando nota, falta e sua aprovação, podendo o aluno ficar aprovado ou reprovado, e a segunda avalia o semestre, em que alunos reprovados em mais de quatro disciplinas não podem seguir para o próximo semestre, ficando retidos; o aluno ainda tem acesso ao boletim de notas/faltas permanentemente, no qual acompanha seu desempenho. Esse processo é pré-configurado no sistema TOTVS-RM, conforme regimento da Instituição.

Como no curso existe o componente curricular Estágio, será aberta uma Sala de Aula Virtual, no SGA, pelas quais o aluno interage com o supervisor/orientador, entregando o arquivo final para avaliação. O supervisor/orientador encaminha o arquivo e a avaliação para os respectivos núcleos, que arquivará os documentos no prontuário e publicará a nota. Cabe

salientar que a divulgação dos estágios ocorre via SAV. Os contratos de estágio obrigatório estão parametrizados também na SAV, com a assinatura digital, agilizando a gestão do processo de formalização aos alunos, otimizando a oferta.

Quando os alunos do curso forem realizar o ENADE, de acordo com o ciclo avaliativo, os mesmos serão acompanhados pela Secretaria Geral, responsável por verificar os respectivos alunos, qualificá-los no TOTVS-RM e realizar sua inscrição no ENADE.

Ao final do curso, a Secretaria Geral realizará o processo de formação, que consistirá na verificação do cumprimento de todos os componentes curriculares previstos na matriz, além de providenciar os devidos registros para os alunos concluintes, gerando o Certificado de Conclusão e a Ata de Colação de Grau. Na data da colação, o setor ainda gerencia as assinaturas na ata e a entrega dos documentos. Para os alunos presentes na colação de grau, são gerados os diplomas para registro. Para os alunos que não estiverem presentes, é reagendada uma colação de grau especial para os devidos registros.

23. DISCENTES

23.1. Política de Atendimento ao Discente: apoio pedagógico e mecanismos de nivelamento

O Claretiano adota a Política de Atendimento ao Discente como um conjunto ordenado de ações que proporcionam ao aluno condições favoráveis ao desenvolvimento da vida acadêmica em suas várias vertentes, o fortalecimento de sua formação e o apoio ao exercício de suas atividades. Essa Política é direcionada ao atendimento do aluno e aplicada em auxílio às atividades de ensino, iniciação à pesquisa, extensão e ação comunitária e produção acadêmica, que são dimensões integrantes e indispensáveis à vida acadêmica e à consecução de um padrão mínimo de qualidade. Os trabalhos direcionados para o atendimento ao discente possibilitam a concretização pedagógica da Missão.

A Política de Atendimento ao Discente visa à implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso do aluno, na perspectiva da melhoria do desempenho acadêmico, da inclusão social, da formação profissional e da produção de conhecimento. O aluno recebe especial atenção por meio de programas específicos ou ações de atendimento. Ao se matricular no curso, o aluno é convidado a participar de um ciclo de cursos, denominados *Minicursos de Apoio Pedagógico*, cujos propósitos são acolhê-lo e muni-lo de informações essenciais ao seu ingresso no curso de graduação, objetivando uma preparação básica para o mundo acadêmico da Educação Superior a Distância, integrando-o efetivamente ao cenário.

As ações de nivelamento iniciam-se com as observações sobre o desempenho do aluno quanto às capacidades estabelecidas no perfil do curso, sendo essa análise feita pela IES e coordenação de curso, a partir dos dados do ingressante, e pelos tutores, a partir dos primeiros contatos com a turma e durante as avaliações contínuas. Essas ações estão articuladas ao Projeto Educativo Claretiano (2012) e ao PPPC, destacando-se a proposição das disciplinas institucionais, que têm como compromisso a aprendizagem significativa dos alunos, sua efetiva inserção na Educação Superior, o acompanhamento do processo de ensino e disposição para seu desenvolvimento em condições de igualdade, favorecendo os seus direitos individuais, contribuindo para que possam ter um nível superior que se ajuste às suas expectativas. Há ainda uma orientação aos tutores para fornecer embasamento metodológico teórico e prático para as atividades acadêmicas, para a comunicação escrita e oral e para a revisão contínua dos elementos gramaticais, independentemente da disciplina. Outra ação de nivelamento é a oferta de cursos de extensão, webaulas e oficinas diversas, como formas de retomar conceitos vistos pelos futuros ingressantes quando da sua passagem pela Educação Básica.

Gestão da permanência: ao longo do seu primeiro mês no curso o aluno é submetido à Avaliação de Adaptabilidade ao Modelo Claretiano de EaD, cujo objetivo é apurar seu nível de compreensão e adaptação ao curso, à IES e à modalidade de ensino, possibilitando que sejam implementadas ações direcionadas a partir das dificuldades diagnosticadas. Outras ações de gestão da permanência estão na alçada dos tutores que monitoram o estudante frequentemente, com base em relatórios, nos momentos presenciais do curso e no ambiente virtual.

Acessibilidade metodológica: o curso provê processos de diversificação curricular a partir de disciplinas optativas, além de ações que permitem a flexibilização do tempo e da presencialidade; adoção de metodologias que favorecem a aprendizagem ativa; aulas presenciais extras; flexibilização do sistema de avaliação da aprendizagem; atuação de intérprete de Libras; leitor/escriva; e provas ampliadas para alunos com baixa visão. Outro recurso que assegura a acessibilidade é o Sistema Gerenciador de Aprendizagem – Sala de Aula Virtual (SGA-SAV), que, além de ser concebido na premissa da informática acessível, está disponível em cinco línguas e possui softwares específicos, tais como o ResponsiveVoice,

Weblibras, VLibras, NVDA etc., como também recursos de acessibilidade nas bibliotecas virtuais e digitais. Na Sede e nos polos, há computadores com teclados/mouses adaptados, leitores autônomos, vocalizadores, ampliadores de texto, lupas eletrônicas Alladin I, entre outros.

Núcleo de Estágio: formado por profissionais das diferentes áreas do conhecimento, que prestam auxílio ao aluno nas perspectivas do estágio curricular e do não obrigatório. A IES é também conveniada ao Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE).

Portal de Acesso: integra todas as ferramentas e funcionalidades disponíveis, e do Customer Relationship Management (CRM), cujo papel é gerenciar o relacionamento com o aluno desde o seu ingresso na IES.

APP CLARETIANO: aplicativo mobile pelo qual o aluno tem acesso a todas as ferramentas do SGA-SAV e recebe notificações quando novos comunicados são postados.

PRADI – Programa de Apoio ao Discente: caracterizado por sua ação multiprofissional, oferece apoio pedagógico, espiritual, social e vocacional. Para a realização dessas atividades conta-se com os coordenadores de curso, tutores, supervisores de polo e profissionais específicos, via contato telefônico e email.

Concessão de bolsas de estudos CEBAS (Setor Social da IES): assegura as condições de estudo às pessoas em situação de vulnerabilidade social. São diferenciadas em Bolsa CEBAS Integral (100%) e Bolsa CEBAS Parcial (50%), de acordo com a renda per capita do grupo familiar, sendo a concessão vinculada aos critérios das Leis nº 12.101/2009 e 11.096/2005, e normatizadas pelo MEC.

Parcerias com instituições públicas e privadas: estabelece convênios e parcerias com diferentes segmentos da sociedade para melhor atender o aluno, otimizando recursos que proporcionam sua permanência na IES com valores mais reduzidos na semestralidade escolar.

Concessão de bolsas de iniciação científica por meio do Programa de Iniciação Científica (PIC-Claretiano), com recursos próprios, e também pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq). Participação em Revistas Científicas e Congressos/Eventos de Pesquisa e I.C., bem como em Grupos de Pesquisa, Centros Acadêmicos, Ligas Universitárias e Programas de Monitoria.

Acesso contínuo a formações extracurriculares sobre educação científica, educação das relações étnico-raciais, educação em direitos humanos, educação ambiental, memória e patrimônio, inclusão, além da abordagem de outros temas específicos e interdisciplinares, proporcionando a integração entre ensino e mundo do trabalho; participação em Programas, Projetos e ações de Extensão, em relação dialógica com a sociedade; acolhimento humano e espiritual em ações no campo da Pastoral Universitária.

PROUNI: concede bolsas de estudos integrais para alunos de baixa renda. Os alunos do PROUNI têm suporte de atendimento específico em relação às suas dúvidas, dificuldades e organização dos estudos, com o intuito de evitar reprovações nas disciplinas que estão cursando.

Núcleo de Acessibilidade: implementa, avalia e divulga políticas, leis e decretos, bem como realiza projetos para conscientizar todos os colaboradores das unidades educativas quanto aos temas de Educação Especial, Acessibilidade, Inclusão e Diversidade. A IES tem se reorganizado e implementado estratégias que garantem o acesso, a permanência, a aprendizagem e o sucesso desses alunos na Educação Superior, assim como tem buscado conscientizar a comunidade educativa, envolvida com o público-alvo da Educação Especial, a reconhecer a igualdade de direitos implicados em diferentes tratamentos, a fim de assegurar as necessidades educativas do aluno desde o processo seletivo.

A IES conta ainda com uma Central de Atendimento, que concentra os principais setores e torna os serviços rápidos e eficazes, permitindo que o aluno encaminhe todas as suas questões acadêmicas nesse espaço. Além disso, o aluno pode fazer suas solicitações pelo Portal na SAV.

Junto à CPA funciona a Ouvidoria, que também oferece vários serviços de apoio ao discente.

Abaixo segue o detalhamento das Políticas de Atendimento ao Discente:

23.2. Participação dos alunos em eventos internos, externos e extensão

A Instituição conta, com uma Políticas para de concessão de fomento para a participação de discentes, docentes e colaboradores técnico-administrativos em eventos externos (locais, regionais, nacionais e internacionais), sendo estes acadêmicos, técnicos, culturais e/ou esportivos, com a articulação e participação em eventos internos da mesma natureza e com a concessão de bolsas para cursos internos e externos, mediados pelo **PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO ACADÊMICA, TÉCNICA E PROFISSIONAL E DE EXPANSÃO CULTURAL E ESPORTIVA**.

As iniciativas que partem da relação entre o extensão, o ensino e a pesquisa, ainda proporcionam aos alunos, egressos, docentes, corpo-técnico administrativo, e também a participantes da comunidade externa, a participação em:

- Projetos de Extensão e Pesquisa de alcance local, regional, nacional e internacional;
- Projetos relacionados à difusão da cultura e do esporte, preservação da memória e do meio-ambiente, direitos humanos e outros temas transversais;
- Jornadas Acadêmicas de Curso;
- Visitas à Feiras, Empresas, Instituições e outros;
- Congressos e Encontros de Pesquisa e Iniciação Científica;
- Ações solidárias de alcance local, regional, nacional e internacional;
- Jornadas Esportivas.

Diversas outras atividades que promovem a ampliação da formação e a atuação na sociedade, dos sujeitos envolvidos, no assumir de seus compromissos éticos.

Tais assertivas pressupõem que as bases sólidas do PDI (2020-2024) – que, por sua vez, retomam as principais metas do Projeto Educativo Claretiano (PEC) e de sua Missão humanista e responsiva aos anseios da sociedade, no exercício de formar novos cientistas com um olhar marcado pela ética da alteridade (CLARETIANO, 2012, p. 24-25), com o estímulo à criatividade – em consonância com os princípios da Autonomia e da Criatividade (PDI, 2020-2024; CLARETIANO, 2014), e com a produção e socialização de conhecimento, são premissas adotadas pelo Claretiano, no intuito de contribuir com a responsabilidade social, além de colaborar para a ampliação e reformulação intermitente da esfera do ensino.

23.3. Acompanhamento Psicopedagógico/ Pradi

O Claretiano oportuniza a seus estudantes o acesso ao Programa de Atendimento ao Discente (PRADI), caracterizado por sua ação multiprofissional e concebido para o desenvolvimento de serviços de atendimento e aconselhamento junto aos estudantes do Claretiano.

Os atendimentos, disponibilizados mediante agendamentos e realizados na Secretaria de Extensão e Ação Comunitária (para os alunos da Educação a Distância o agendamento e atendimento dá-se via telefone), pretendem contribuir para o bem-estar do discente, tendo

em vista a promoção de uma melhor qualidade de vida. Após reflexão e discussão com diversos segmentos do Claretiano, foram estabelecidos como objetivos para o PRADI: contribuir para o bem-estar do aluno, tendo em vista a promoção de modos de vida saudável; implementar programas de ação específicos; e criar espaços de apoio, além de mecanismos para avaliar a capacidade e a eficácia das intervenções.

23.4. Egressos

No Claretiano – Centro Universitário, o acompanhamento contínuo do egresso da graduação e da pós-graduação é uma das tônicas das Políticas Acadêmicas, previstas desde o Regimento Geral, passando pela Missão e Projeto Educativo Claretiano (CLARETIANO, 2012, p. 17), a Carta de Princípios (CLARETIANO, 2014), as Políticas de Pesquisa (CLARETIANO, 2009, p. 7-17), o Programa de Iniciação Científica (CLARETIANO, 2015, Art. 8, Inciso II, p. 8; Art. 19, Inciso III, p. 12; Art. 22, p. 13), até o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2020-2024, p. 6-7, 10-11, 31-32). As ações oriundas das Políticas têm garantido o cumprimento das metas quanto ao acompanhamento do egresso, propiciando contínuas, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, estimulando, também, o seu compromisso social (PDI, 2020-2024), característica peculiar do perfil humanista da Missão e Projeto Educativo Claretiano (2012).

Nessa perspectiva, o Claretiano articula o Projeto de Extensão e Pesquisa em Inserção Mercadológica do Egresso Claretiano e a Avaliação de Egressos, para acompanhamento contínuo de seus ex-alunos, analisando sua inserção mercadológica na área de formação ou áreas afins, sua situação no ambiente socioeconômico, entre outros aspectos observados.

Outra ação empreendida para acompanhar a trajetória profissional dos egressos é a criação do Blog “Sempre Claretiano” (sempreclaretiano.com.br), cujo conteúdo é composto por depoimentos e histórias de ex-alunos. O Blog nasceu em 2015, a partir dos depoimentos colhidos para as edições do Informativo Institucional. Do Informativo, os depoimentos tornaram-se histórias que ilustravam a coluna de notícias do site institucional, de onde, devido a seu destaque, migraram para um canal exclusivo. No Blog, os egressos têm espaço para contar suas experiências profissionais, suas lembranças e vivências no Claretiano e suas expectativas e projetos futuros. A interlocução com os ex-alunos é realizada pelos coordenadores e professores dos cursos e também pelo contato direto com o egresso, via telefone ou e-mail. O próprio egresso tem a possibilidade de entrar em contato com o Claretiano, por meio do Blog ou do Departamento de Comunicação e Marketing, e manifestar a vontade de ter sua história publicada. Os depoimentos do Blog “Sempre Claretiano” são replicados no facebook, dando maior visibilidade às narrativas contadas pelos egressos sobre suas trajetórias de sucesso. Agregam às ações citadas o Blog “Mais Claretiano”, responsável por apresentar conteúdos relevantes sobre carreiras e atuação profissional, e o Blog “Na Ponta da Língua”, que trabalha dúvidas cotidianas sobre Língua Portuguesa.

Há, ainda, iniciativas como as realizadas pelos coordenadores de curso, que fazem a acolhida dos calouros, momento em que, além da apresentação do curso realizada pelo respectivo coordenador, são exibidas histórias de egressos que estão inseridos no mercado de trabalho. Outrossim, os cursos disponibilizam periodicamente, em murais, a divulgação da trajetória de egressos já inseridos no mercado de trabalho, o que motiva a participação efetiva

dos novos alunos no processo ensino-aprendizagem, a fim de uma projeção para o mercado de trabalho.

Outra ação de destaque é o envio de mensagens, por e-mail e SMS, sobre a oferta de cursos de graduação, pós-graduação e extensão e de outras programações com relação ao ensino, pesquisa e extensão, como os congressos de pesquisa e iniciação científica (ENCIC, CONCLAR, Congresso Interamericano, Congresso RCI) e as Jornadas Acadêmicas de Cursos, bem como sobre a realização de exposições, feiras, palestras, mesas redondas, oficinas, simpósios, seminários, entre outras atividades. Parte dos egressos participam como ministrantes dessas atividades, o que proporciona a troca de percepções profissionais com os atuais alunos. Dessa forma, o Claretiano - Centro Universitário vem garantindo a oferta de cursos de extensão que atendam às necessidades de egressos, alunos, organizações e comunidade (PDI, 2020-2024).

Os egressos também recebem e-mails-convites relacionados às revistas científicas da IES, tendo a oportunidade de publicar os resultados de suas pesquisas nos mais diversos gêneros acadêmicos.

Constata-se, também, a atuação dos egressos em projetos de extensão e pesquisa, como, por exemplo, no Projeto Claretiano Solidário, realizado nos estados de Rondônia, Roraima, Mato Grosso e Moçambique (África), e no Projeto “Resgatando Raízes para Viver a Arte Popular – Rua de Lazer”, realizado em cidades do interior dos estados de São Paulo (Batatais, Sales Oliveira, Cajuru, Orlândia, Buritizal, Cássia dos Coqueiros, Claraval, Ituverava, Jardinópolis, Patrocínio Paulista, Nuporanga, Pedregulho, S. Antônio da Alegria, Terra Roxa, Cordeirópolis, Cascalho, Nuporanga, S. Simão, Ribeirão Preto, Ipuã, Rio Claro, Brodowski, Franca) e Minas Gerais (S. Sebastião do Paraíso, Jacuí, Passos), e no Projeto de Pesquisa em Saúde, Educação e Qualidade de Vida, o que possibilita sua participação cidadã.

Egressos ainda participam como voluntários colaboradores de outros projetos de extensão e pesquisa (CLARETIANO, 2015, Art. 8, Inciso II, p. 8; Art. 19, Inciso III, p. 12; Art. 22, p. 13), buscando aperfeiçoar seu conhecimento técnico-científico e profissional, seu amadurecimento como cientista, ampliando sua produção acadêmica para o possível ingresso em programas de *stricto sensu*.

Entre as estratégias empregadas para o acompanhamento de egressos, destaca-se, ainda, a realização dos Encontros de Ex-alunos, capitaneados por lideranças advindas dentre os próprios egressos, com auxílio da Pró-Reitoria de Extensão e Ação Comunitária. Os encontros fortalecem os elos do Claretiano com seus egressos, oportunizando o diálogo e o compartilhamento de experiências profissionais e pessoais, além de formar banco de dados com informações cadastrais e profissionais dos egressos para favorecer o intercâmbio e colaborações recíprocas, possibilitando ainda, a continuidade de sua formação e o contato com a comunidade acadêmica (PDI, 2020-2024).

Aos egressos do Claretiano, também são concedidos benefícios financeiros, proporcionando o acesso e/ou continuidade nos estudos após a conclusão da graduação, tais como facilitação no ingresso em um novo curso, com a isenção de taxa de aproveitamento de estudos e facilitação na entrega de documentação, além de programa de desconto nas mensalidades de pós-graduação (concessão estabelecida de 10%, com possibilidade de chegar até 100%, de acordo com perfil social).

Há, ainda, a comunicação direta com Conselhos Regionais das áreas de formação dos egressos, realizada pela Reitoria, Coordenações de Curso, Departamento Jurídico e Secretaria, assegurando o atendimento no que tange a orientações e documentações, bem como em relação à garantia de seus direitos.

A Ouvidoria também acompanha os egressos, assistindo-os em diversas áreas, desde orientações sobre a conclusão do curso até o auxílio no ingresso em novo curso da Instituição ou em outras instituições, e, ainda, na comunicação com outros setores, na resolução de questões referentes a Conselhos Regionais e concursos, assegurando seu devido acompanhamento (PDI, 2020-2024).

23.5. Divulgação de trabalhos, produções de alunos e iniciação científica

O Grupo tem como objetivo investigar a construção do conhecimento pelo aluno e o processo de ensino e aprendizagem na educação digital, em associação ao trabalho docente e práticas pedagógicas. Pretende, ainda, analisar o processo avaliativo e acompanhamento da aprendizagem nesta modalidade, bem como a sua eficácia, buscando alternativas viáveis para garantir o alcance de resultados satisfatórios. Os trabalhos oriundos das reflexões do Grupo têm contribuído para a evolução da oferta da educação digital, no contexto do Claretiano – Rede de Educação, em diversas de suas interfaces, proporcionando possibilidades de melhoria contínua. Atualmente, o Grupo tem parceria com o Núcleo para o Desenvolvimento em Tecnologias e Ambientes Educacionais da NPT, da Universidade de São Paulo (USP) – *campus* de Ribeirão Preto (SP), com a Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT), com o Centro Universitário Barão de Mauá (CUBM), na organização do Congresso Internacional de Tecnologia Educacional e no Workshop NBT EAD, realizados anualmente com a participação de pesquisadores nacionais e internacionais. O Grupo também tem contribuído significativamente com a Revista Educação a Distância, por meio da publicação dos resultados de suas investigações.

Ano de formação: 2012.

Líder do Grupo: Prof. Me. Evandro Ribeiro.

Link do DGP: Grupo ainda não cadastrado no CNPq.

LINHAS DE PESQUISA

Linha de Pesquisa 1

- **Gestão da Permanência no Ensino Superior:** ocupa-se de estudos e pesquisas sobre estratégias, metodologias inovadoras com impactos diretos e indiretos na permanência de estudantes em cursos do Ensino Superior, em especial na esfera da educação digital; outrossim, desenvolve pesquisas sobre evasão e abandono

estudantil, tendo em vista a observação de indicadores e de boas práticas já consolidadas.

Linha de Pesquisa 2

- **Empregabilidade e Educação Digital:** tem como objetivo realizar estudos sobre as relações do egresso de cursos de Educação Digital do Claretiano – Centro Universitário, com o mundo do trabalho, mediante a observação entre aderência da área e empregabilidade, além de aspectos de qualidade de vida associada à formação, faixa salarial etc.

Linha de Pesquisa 3

- **Docência e Tutoria em Ambientes Virtuais de Aprendizagem:** ocupa-se de pesquisas no campo da atuação pedagógica de profissionais nas áreas de tutoria e docência em ambientes virtuais de aprendizagem; outrossim, também se debruça sobre a análise de competências desejáveis para essas funções, a partir da observação de boas práticas já consolidadas ou mesmo, de práticas inovadoras.

Linha de Pesquisa 4

- **Metodologias de Ensino-Aprendizagem em Educação Híbrida e Educação Digital:** tem como objetivo promover reflexões e ações sobre metodologias de ensino-aprendizagem nos contextos da Educação Híbrida e da Educação Digital.

Linha de Pesquisa 5

- **Concepção e Aplicação da Extensão Curricular na Educação Digital:** tem como propósito investigar metodologias de articulação de ações no campo da Extensão Curricular, tendo em vista a diversidade de territórios; ocupa-se também da observação e análise das formas de acompanhamento (orientação síncrona e assíncrona) e dos impactos na formação do estudante, na promoção humana, na comunidade e na Instituição de Ensino Superior (IES).

23.6. Bolsas de Estudo

A Ação Educacional Claretiana além de atuar na área Educacional está presente também na área social através do Programa Institucional de Concessão de bolsas de estudo.

Todo o acompanhamento deste programa cabe ao Serviço Social, implantado no Claretiano - Centro Universitário de Batatais em dezembro de 2001 e tem como diretriz a Lei nº 8.662 de 1993.

O programa de bolsas de estudo tem como objetivo conceder bolsa social aos alunos dos cursos da Educação Básica e da Educação Superior, nas modalidades presencial e à distância, que não possuem condições socioeconômicas familiares de arcar com o valor integral das mensalidades.

As análises socioeconômicas, pautam-se nas Leis nº 187/2021 e nº 11.096/2005 além das legislações complementares, referente à filantropia e também é norteada pelos critérios determinados pelo Ministério da Educação - MEC.

A Instituição, considerando essa nova realidade, elaborou o Regulamento de Concessão de Bolsa CEBAS - RCBC com informações que norteiam o candidato e/ou responsável na ocasião da solicitação.

A análise socioeconômica familiar é realizada por meio de formulário eletrônico disponibilizado no portal do aluno: <https://portal.redeclaretiano.edu.br/br/login> facilitando o acesso do candidato e/ou responsável e organizando as informações de forma mais dinâmica.

O processo seletivo para concessão de bolsa social é regido por edital próprio e operacionalizado pelo Serviço Social que realiza avaliação visando à concessão de bolsa social em situações específicas, fazendo uso de documentação comprobatória.

A Instituição também estabelece parcerias com diferentes segmentos da sociedade, como empresas, Prefeituras Municipais e devidas secretarias, Associações de estudantes, Instituições religiosas, Sindicatos, etc., visando melhor atender ao aluno da Instituição, buscando aperfeiçoar recursos que proporcionem a permanência destes com valores mais reduzidos na anuidade escolar.

No ano de 2009 o Claretiano aderiu ao ProUni (Programa Universidade para Todos). O programa tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais em cursos de Graduação aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, não-portadores de diploma de curso superior cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio).

O Programa conta com um sistema de seleção informatizado mantido pelo próprio Ministério da Educação - MEC <http://siteprouni.mec.gov.br/> através do qual os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, sendo que é necessário ter feito mais de 450 pontos na prova, e não ter tirado nota zero na redação (SETOR SOCIAL, 2017).

23.7. Política de atendimento ao aluno público-alvo da Educação Especial (PAEE)

A partir de 2018, passamos a utilizar a denominação, no Projeto Político-Pedagógico (PPP) de curso, pois, de acordo com Brasil (Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011), os alunos público-alvo da Educação Especial, são aqueles com deficiência (física, auditiva, visual, intelectual e múltipla), transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação).

De acordo com as políticas educacionais nacionais e internacionais de Educação Especial e para a inclusão: Constituição Federal de 1988 (art. 205, 206 e 208); Declaração Mundial de Educação para Todos (1990); Declaração de Salamanca (1994); Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 (Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção); Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências); Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000; Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida); Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001 (Convenção da Guatemala – Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência); Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001 (Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica); Brasil 2001 (Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado); Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências); Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003 (Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições); NBR – ABNT 9050/2004 (Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamento Urbano); Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (Língua Brasileira de Sinais e o art. 18 da Lei nº 10.098, de

19 de dezembro de 2000); Brasil 2008 (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva); Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 (Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências); Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista); Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013 (Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a formação de profissionais da educação); Brasil 2013 (Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do sistema nacional de avaliação da educação superior); os alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE) quando inseridos nos contextos comuns de ensino devem encontrar um currículo que atenda a sua condição diferenciada. A escola deve se adequar às necessidades do aluno viabilizando a sua aprendizagem naquele contexto.

Buscando atender às políticas supracitadas, a Missão e Princípios do Claretiano – Centro Universitário (que consiste em formar a pessoa para o exercício profissional e para o compromisso com a vida, mediante o seu desenvolvimento integral, envolvendo a investigação da verdade, o ensino e a difusão da cultura, inspirada nos valores éticos e cristãos e no carisma Claretiano que dão pleno significado à vida humana), a instituição vem implementando estratégias que buscam garantir o acesso, a permanência e aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial na Educação Superior. Portanto, o Claretiano – Centro Universitário assume uma postura aberta, dinâmica e sensível, buscando responder às necessidades e expectativas do contexto externo no qual está inserida, especificamente à filosofia da inclusão, e ao seu Projeto Educativo (PROJETO EDUCATIVO, 2012, p.11-12).

Considerando a Política de atendimento ao aluno público-alvo da Educação Especial, o Núcleo de Acessibilidade do Claretiano – Rede de Educação, foi criado por meio da Portaria nº 70, de 22 de novembro de 2013, visando implementar, avaliar e divulgar as políticas, leis e decretos, bem como criar projetos para conscientizar todos os colaboradores de suas Unidades Educativas, quanto aos temas de Educação Especial, Acessibilidade, Inclusão e Diversidade.

A partir dessa Portaria, um grupo de professoras, com formação em Educação Especial, a saber: Ana Maria Tassinari, Aparecida Helena Hachimini, Pricila Bertanha e Renata Andrea Fernandes Fantacini, elaboraram o presente projeto e trabalham com os demais membros no Núcleo de Acessibilidade para a implantação das ações que garantam a cada pessoa público-alvo da Educação Especial o pleno acesso à educação formal.

As atividades educativas dos cursos superiores do Claretiano – Centro Universitário, contemplam medidas de flexibilização curricular visando garantir a acessibilidade, que dizem respeito, por exemplo, aos seguintes aspectos: agrupamento de alunos; organização didática da aula; organização dos períodos para realização das atividades; seleção, priorização e sequenciamento das unidades do programa; seleção, inclusão e priorização dos objetivos; eliminação, acréscimo ou substituição de conteúdos; adaptação da avaliação: variação de critérios, procedimentos, técnicas e instrumentos, critérios de promoção e tempo para a realização; adaptações dos procedimentos didáticos e nas atividades de ensino aprendizagem; atividades complementares ou alternativas, recursos de apoio, seleção de materiais; adaptações na temporalidade: tempo previsto para realização das atividades, período para alcançar determinados conteúdos; adaptações de acesso ao currículo: mobiliário adequado, equipamentos específicos, recursos materiais adaptados, formas alternativas e ampliadas de comunicação, como por exemplo, a presença da língua de sinais na sala de aula e nas atividades acadêmicas como apoio à participação de alunos surdos nas atividades escolares, adaptação de material didático para alunos cegos ou com baixa visão; uso de recursos tecnológicos da informação e comunicação; tecnologia assistiva; formação continuada dos docentes e tutores acerca das necessidades educacionais especiais, das adaptações curriculares, do direito à acessibilidade e da política de inclusão.

Acrescido à essas medidas o Claretiano – Centro Universitário, vem implementando ações de acesso ao aluno, público-alvo da Educação Especial, também na sala de aula virtual.

A Sala de Aula Virtual (ferramenta da Educação a Distância do Claretiano – Centro Universitário, também usada nos cursos presenciais, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Tecnologia da Comunicação e Informação da instituição), disponibiliza alguns recursos de acessibilidade como: ReadSpeaker: ferramenta para leitura automática de textos. O recurso está disponível no material de apoio e nas principais ferramentas da Sala de Aula Virtual. WebLibras: ferramenta para tradução automática para Libras (Língua Brasileira de Sinais). O recurso está disponível nas principais ferramentas da Sala de Aula Virtual. VLibras: ferramenta para a tradução do material didático. Se desejar, recomendamos a utilização deste software gratuito para ser instalado diretamente no seu computador. NVDA: ferramenta para leitura de telas. Recomendamos a utilização deste software gratuito para ser instalado diretamente no seu computador.

Também são disponibilizados alguns tutoriais que explicam como habilitar os recursos de acessibilidade de acordo com o sistema operacional.

Tais medidas, além de atender a política de inclusão vigente no país, vão ao encontro dos fundamentos que concebem a pessoa humana: Respeito à cada pessoa como um ser único e singular; Respeito à cada pessoa como princípio de suas ações, de sua capacidade de governar-se tendo em vista sua liberdade; Respeito ao homem como uma totalidade e uma exigência de abertura e contato com os outros (PROJETO EDUCATIVO, 2012, p. 18).

23.8. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (conforme disposto na Lei 12.764/2012)

No intuito de oferecer, com excelência, condições de acessibilidade e permanência para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o Claretiano – Rede de Educação, com extensão a toda sua rede educacional, instituiu, pela Portaria nº 70 de 22/11/13, o Núcleo de Acessibilidade, composto por uma equipe de profissionais especializados que atua em sua coordenação e gestão.

Especificamente para atender o público-alvo da Educação Especial, apoiado pelo Núcleo do Claretiano – Rede de Educação, foi instituído pela Portaria nº DGER 05/2014, de 03 de fevereiro de 2014, o Núcleo de Acessibilidade do Claretiano – Centro Universitário de Rio Claro (na época Faculdade).

O referido núcleo foi criado no sentido de conceber e implementar, com qualidade, as políticas educacionais nacionais e internacionais de Educação Especial e para a inclusão, já descritas no PDI, para que os alunos com Transtornos Globais de Desenvolvimento – TGD, quando inseridos nos contextos comuns de ensino, encontrem a acessibilidade que atenda a sua condição diferenciada.

Conforme consta no Decreto nº 7.611, de 17/11/11, “considera-se público-alvo da educação especial as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação”.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p. 2), os Transtornos Globais de Desenvolvimento – TGD são definidos por apresentar um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras.

Conforme os Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior (BRASIL, 2013b, p. 49): o autismo é um distúrbio congênito caracterizado por alterações no desenvolvimento infantil que se manifesta nos primeiros meses de vida, caracterizando-se por um comprometimento das relações interpessoais e diversas alterações de linguagem e dos movimentos.

Já o Censo (BRASIL, 2013c, p. 6) define o autismo como sendo um: transtorno onde há déficit em três domínios: déficit na sociabilidade, empatia e capacidade de compreensão ou percepção de sentimentos do outro; déficit na linguagem comunicativa e imaginação e déficit no comportamento e flexibilidade cognitiva. A manifestação dos sintomas aparece antes dos três anos de idade e pode estar associada à deficiência intelectual.

A Lei Federal nº 12.764, de 27/12/12, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o §3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11/12/90. Esta nova conceituação, adotada e utilizada pelo DSM-V (APA, 2014), na qual a classificação TGD se transforma em Transtorno do Espectro do Autismo – TEA, configura o autismo e todos os que se enquadram nas características do espectro. A APA (2014) configura o diagnóstico como uma tríade: (a) déficit na interação social e comunicação e (b) comportamentos e interesses restritos e repetitivos. Ainda de acordo com a APA (2014, s/p), “Essa mudança foi implementada para melhorar a sensibilidade e a especificidade dos critérios para o diagnóstico de transtorno do espectro autista e para identificar alvos mais focados de tratamento para os prejuízos específicos observados”.

Consta nesta Política que a pessoa com TEA é considerada uma pessoa com deficiência (público-alvo da Educação Especial); para todos os efeitos legais, devendo ter todos os seus direitos assegurados em casos de comprovada necessidade.

Atendendo às políticas supracitadas neste texto, especificamente a este público-alvo da Educação Especial, o Claretiano implementa estratégias que garantem o acesso, a permanência, a aprendizagem e a busca pelo sucesso desses alunos na Educação Superior e assume uma postura aberta, dinâmica e sensível, respondendo às necessidades e expectativas do contexto externo no qual está inserido, especificamente à filosofia da inclusão, e ao seu Projeto Educativo (CLARETIANO, 2014, p. 6).

Partindo do Núcleo de Acessibilidade, em atendimento ao planejamento e às políticas institucionais, para garantir a acessibilidade dos alunos com TGD e/ou TEA, algumas ações são organizadas:

- Acessibilidade atitudinal: palestras informativas (alunos, docentes, familiares e/ou responsáveis); Formação Continuada para Docentes e toda a comunidade institucional; Diálogo e orientação à Família e/ou responsáveis.
- Acessibilidade arquitetônica: adaptações físicas (quando houver necessidades).
- Acessibilidade metodológica/pedagógica: Ajudas Técnicas no processo de inclusão; Parceria com profissionais de diversas áreas, auxílio leitor/escritor (quando necessário).
- Acessibilidade Programática: Orientação ao aluno com TGD; Orientação à Equipe que trabalhará diretamente com esse público; Divulgação dos Direitos (o que diz a legislação voltada para esse aluno).
- Acessibilidade instrumental: Proporcionar situações de participação e plena inclusão do aluno.
- Acessibilidade nos transportes: Orientações quanto aos tipos de transportes existentes oferecidos.
- Acessibilidade nas comunicações: Envio de e-mails e mensagens de texto via celular, Utilização da SAV e, se necessário, avaliar cada caso e conhecer o meio de comunicação mais adequado.
- Acessibilidade digital: Utilização da Tecnologia Assistiva; Informática Acessível na Sala de Aula Virtual – SAV; Utilização dos Recursos da SAV; Envio de e-mails e mensagem de texto via celular.

Desenvolver um projeto de inclusão para o sucesso acadêmico de nossos alunos com necessidades educacionais especiais, considerados público-alvo da Educação Especial, é desafio constante do Claretiano (CLARETIANO, 2014, p. 8; TASSINARI, 2017, s/p).

24. CORPO DOCENTE E DE TUTORES

O Claretiano – Centro Universitário tem como objetivo aprimorar o trato com as vertentes que representam a qualidade do corpo de professores e de tutores. Para isso, estabeleceu em seu PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) uma evolução gradativa quanto à titulação e ampliação de jornadas de trabalho dos professores, que vem sendo implementada com rigor.

Nesse sentido, a composição do corpo de professores e tutores é guiada pela busca da formação acadêmica em nível de mestrado e doutorado (considerando o Art. 66 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que trata da titulação do corpo docente), não excluindo especialistas de reconhecida competência profissional relacionada ao campo de estudo do curso. Não obstante, têm reorganizado e colocado em prática de forma sistemática o plano de carreira e o plano de formação de professores e de tutores como mecanismos de incentivo para evolução no quadro funcional e para a formação, qualificação, produções e publicações.

24.1. Corpo Docente

O Claretiano - Centro Universitário de Batatais, vem aprimorando a cada ano o trato com as vertentes que representam a qualidade do corpo de professores. Para isso, estabeleceu em seu PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) uma evolução gradativa quanto à titulação e ampliação de jornadas de trabalho dos professores, que vem sendo implementada com rigor.

Nesse sentido, a composição do corpo de professores e de tutores é guiada pela busca da formação acadêmica em nível de mestrado e doutorado (considerando o Art. 66 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que trata da titulação do corpo docente), não excluindo especialistas de reconhecida competência profissional relacionada ao campo de estudo do curso. Não obstante, têm reorganizado e colocado em prática de forma sistemática o plano de carreira e o plano de formação de professores e tutores como mecanismos de incentivo para evolução no quadro funcional e para a formação, qualificação, produções e publicações.

24.1.1. Professor Responsável (EaD) e suas atribuições

O Professor Responsável faz parte da comunidade educativa claretiana, compondo seu corpo docente como agente que contribui, em parceria com o Coordenador de Curso, para o estabelecimento dos fundamentos pedagógicos, filosóficos e didático-metodológicos do Projeto Político-pedagógico no qual está inserido, e para a concepção, implementação e avaliação das atividades pedagógicas relacionadas ao ensinar e ao aprender no contexto da Educação a Distância.

Suas atribuições são:

- *Programar toda a oferta da disciplina (Plano de Ensino/Guia de Estudos) de acordo com as dimensões filosófica, epistemológica e didático-metodológica do Projeto Político-pedagógico do curso e com as propostas do Professor Conteudista.

- *Oferecer subsídios aos tutores a distância e aos tutores presenciais quanto às dúvidas em relação ao conteúdo e às estratégias de oferta da disciplina.

- *Dar suporte pedagógico aos alunos quanto ao processo de interação aluno-tutor no decorrer da disciplina.

- *Gravar os vídeos de orientação e explicação de conteúdo para utilização na sala de aula virtual e nos encontros presenciais.

- *Ministrar aulas presenciais.

- *Criar estratégias (vídeos, textos, animações, arquivos de áudio, *Power points* etc.) para dinamizar as atividades de tutoria e para promover um alto nível de interação entre tutores e alunos.
- *Reunir-se periodicamente com o Coordenador de Curso para a avaliação das atividades sob sua responsabilidade.
- *Avaliar-se continuamente para responder às especificidades da Educação a Distância.
- *Realizar a gestão acadêmica do processo de ensino-aprendizagem quanto à organização, ao acompanhamento, à implementação, à supervisão e à avaliação dos trabalhos acadêmico-pedagógicos da tutoria a distância e da tutoria presencial das disciplinas, nos âmbitos da docência e da discência, de acordo com as orientações do Coordenador de Curso.
- *Organizar e gerenciar a implementação dos planos de aula para os momentos presenciais da disciplina.
- *Elaborar e estruturar os Projetos de Prática (para as licenciaturas e bacharelados) e os projetos de atividades integradas às disciplinas (para os cursos superiores de tecnologia).
- *Organizar e orientar a implementação de todos os instrumentos avaliativos da disciplina (prova oficial, avaliação semestral interdisciplinar, questões online, substitutiva, complementar e de proficiência, bem como as atividades e interatividades que compõem o *Material Didático Mediacional* e os encontros presenciais.
- *Avaliar periodicamente a pertinência do material didático da disciplina, adaptando-o a cada oferta (com novos itens de mediacionalidade), bem como validar as cessões universais, emitindo parecer quanto à qualidade do MDM no que se refere aos quesitos de abrangência, densidade, profundidade e durabilidade, levando em consideração os pareceres dos tutores e dos alunos.
- *Organizar o Cronograma da disciplina quanto às unidades, às horas, aos instrumentos avaliativos, ao valor das interatividades e das atividades, à bibliografia básica e complementar e aos períodos de estudo, para que ele seja implementado pelo tutor a distância.
- *Participar do Programa de Formação Continuada de Docentes, Tutores e Coordenadores do Claretiano sempre que convocado.
- *Ter acesso às SAVs para o acompanhamento das tutorias *online*.

24.2. Tutores

24.2.1. Tutor a distância e suas atribuições

O Tutor a distância faz parte da comunidade educativa claretiana como agente que participa da prática pedagógica à distância, contribuindo para o desenvolvimento do processo de ensinar e de aprender e sendo orientado pelo Professor Responsável. Ele não compõe o corpo docente, mas, sim, o corpo de tutores da Instituição.

Suas atribuições são:

- *Mediar o processo pedagógico de interação dos alunos geograficamente distantes, promovendo constante colaboração entre eles.
- *Esclarecer dúvidas por meio das ferramentas que compõem o SGA-SAV, bem como pelo telefone e por participação em videoconferências, entre outros, de acordo com o Projeto Político-pedagógico e a proposta da disciplina.
- *Promover espaços de construção coletiva de conhecimento, selecionar material de apoio e de sustentação teórica aos conteúdos e participar dos processos avaliativos de ensino e aprendizagem, sob a orientação e a supervisão do Professor Responsável.
- *Tutorar as disciplinas fazendo uso do SGA-SAV, com plantões nos horários prefixados pela coordenação de curso e de acordo com o regimento do Claretiano.
- *Apoiar o Professor Responsável adicionando informações complementares no SGA-SAV e interagindo periodicamente com os alunos, favorecendo a aprendizagem por meio da tutoria.

- *Avaliar e validar as atividades, as interatividades, as práticas, os projetos de atividades articulados às disciplinas e os Trabalhos de Conclusão de Curso, sob orientação/supervisão do Professor Responsável.
- *Responder prontamente, no prazo de até 48 horas, às questões colocadas pelos alunos.
- *Reunir-se periodicamente com o Professor Responsável para a avaliação das atividades sob sua responsabilidade.
- *Disponibilizar o Cronograma da disciplina no SGA-SAV, com o objetivo de orientar o aluno quanto ao desenvolvimento desta.
- *Reportar-se ao Professor Responsável sempre que houver dificuldades no processo ou sugestões de melhoria do material didático ou de procedimentos que facilitarão a aprendizagem dos alunos ou o trabalho da tutoria.
- *Ter domínio do conteúdo específico da disciplina que tutora.
- *Conhecer o Projeto Político-pedagógico do curso, visando à sua dinamização em função da formação pessoal e profissional dos alunos.*Participar do Programa de Formação Continuada de Docentes, Tutores e Coordenadores do Claretiano sempre que convocado.

25. DEMAIS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS COM/NOS PROCESSOS ENSINO-APRENDIZAGEM

O atendimento aos alunos do Claretiano é realizado por professores responsáveis, tutores a distância e tutores presenciais. As funções são distintas e não se confundem. Todos esses agentes estão intimamente ligados à promoção da interação com os alunos para o desenvolvimento do aprendizado.

25.1. Professor Conteudista e suas atribuições

O Professor Conteudista é quem elabora os conteúdos das disciplinas, *criando* materiais didáticos dinâmicos (hipertextualizados), denominados Materiais Dinâmicos Online (MDOs).

À Coordenação Pedagógica do Curso cabe a responsabilidade de indicar e atribuir a autoria do Material Didático a um autor qualificado na área. Essa autoria é regida por um Contrato de Direitos Autorais, que estabelece cláusulas de direitos e deveres de ambas as partes. A elaboração é orientada e acompanhada pelos *designers* instrucionais e o conteúdo validado por especialistas na área que verificam se o MDM produzido atende aos objetivos didático-pedagógicos pretendidos.

25.2. Equipe Multidisciplinar

Em consonância com suas políticas institucionais e os PPPCs, o Claretiano Centro Universitário possui uma equipe multidisciplinar, responsável por planejar e implementar ações de melhoria contínua em toda a estrutura acadêmica da Instituição, composta por profissionais de diversas áreas do conhecimento e de atuação, a saber:

- *Representantes da Coordenadoria de Tecnologias da Informação e Comunicação, responsáveis pelo desenvolvimento de tecnologias e sua articulação com os cursos.
- * Representantes do Escritório de Projetos, responsáveis pelo desenho e desenvolvimento de novos projetos na Instituição.
- * Representantes do Departamento de Editoração, responsáveis pelo desenvolvimento dos materiais didáticos e pelo design educacional da Instituição.
- * Representantes dos coordenadores de cursos, responsáveis pela interlocução com os demais coordenadores pedagógicos.
- * Representantes docentes e tutores, responsáveis pela articulação das estratégias desenvolvidas no âmbito do exercício docente.

- * Representante do Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico, responsável pelo desenvolvimento e implantação de recursos de acessibilidade nas suas diferentes perspectivas.
 - * Representante do Núcleo de Extensão e Iniciação à Pesquisa Científica, responsável pelo planejamento e pela proposição de ações para a extensão e iniciação científica.
 - * Representante da Coordenadoria Geral de Ensino, responsável pela articulação das iniciativas da equipe com os PPPCs e todo o contexto pedagógico da Instituição.
 - * Representante da Coordenadoria Geral de EaD, responsável pela articulação das políticas acadêmicas da Instituição com o modelo de EaD.
 - * Representante da Coordenadoria Geral de Pós-graduação, responsável pela articulação entre os cursos de graduação e a especialização (lato sensu) nas diferentes áreas do saber, a partir da análise das demandas sociais e de mercado.
- A equipe, constituída a partir de ato designativo da Reitoria, tem ação direta no desenvolvimento de recursos didáticos e tecnológicos, com vistas a promover ações de melhoria contínua em seu modelo pedagógico. Dentre as várias ações que resultam da atuação da equipe multidisciplinar, destacam-se as seguintes:
- * Criação de materiais didáticos dinâmicos (hipertextualizados) nos cursos de graduação e pós-graduação, denominados Materiais Dinâmicos Online (MDOs).
 - * Implantação de relatórios gerenciais quanto ao acesso dos alunos aos MDOs e pesquisas de satisfação.
 - * Criação e implantação da Avaliação de Adaptabilidade ao Modelo Claretiano de EaD.
 - * Aprimoramento do aplicativo da Sala de Aula Virtual, entre outros.

Como forma de subsidiar os interesses acadêmicos e o conhecimento gerado a partir das ações da Equipe Multidisciplinar, foi constituído, um grupo de pesquisas denominado Concepção e Desenvolvimento de Material Didático (cadastrado no CNPq), formado por profissionais multifuncionais, atuantes em variados campos de conhecimento. Sua criação está motivada a partir de uma das políticas de material didático adotadas pelo Claretiano Rede de Educação, e, desde então, o grupo vem consolidando projetos de melhoria contínua de material didático, bem como na linha de capacitação dos profissionais e pesquisadores envolvidos no desenvolvimento de recursos didáticos/pedagógicos voltados ao processo de ensino e aprendizagem. Desde a sua constituição, os resultados das reflexões e do trabalho do grupo serão aplicados no material didático produzido pela Instituição, a fim de se obter significativos avanços nos modelos adotados, prognosticando, gradativamente, a convergência de mídias (texto, imagem, som e movimento), numa estrutura informacional hipertextual alinhada às TICs e aplicável a diversos contextos educacionais. Possui como plano de ação:

- * Realizar pesquisas acerca da concepção e desenvolvimento de material didático.
- * Investigar aspectos relacionados à gestão de pessoas e de processos na produção de material didático.
- * Planejar estratégias de trabalho relacionadas aos processos editoriais e acadêmicos, tendo em vista a eficiência e a melhoria contínua das ações.
- * Realizar pesquisas relacionadas a formatos de materiais didáticos alinhados às TICs, à inclusão digital e aos novos paradigmas de socialização e comunicação na Sociedade do Conhecimento.
- * Analisar a legislação vigente de direitos autorais e suas atualizações diante dos novos conceitos educacionais e tecnológicos.
- * Promover a capacitação dos colaboradores envolvidos nos processos educacionais.

A Equipe Multidisciplinar utiliza como ferramentas de gestão e monitoramento das suas atividades, Planos de Ação ancorados em metodologias como Matriz SWOT, 5W2H, Fluxo de Processos, entre outras, onde é também possível claramente observar os processos de trabalho evidenciados por documentos e pela própria estrutura do Departamento de Editoração e Coordenadoria Geral de EaD.

No âmbito específico da relação da equipe multidisciplinar com o referido curso, destacam-se as ações de apoio à construção do PPPC, apoio ao desenvolvimento do modelo de material didático, considerando sua recursividade, atualização, capacitação dos autores, além de todo o suporte e assessoria no preparo do processo de autorização do curso.

25.3. Equipes de apoio no polo

O polo de apoio presencial figura como um espaço de apoio ao aluno. Toda organização administrativa e pedagógica de seu curso, bem como a equipe do polo são de responsabilidade exclusiva do Claretiano - Centro Universitário.

Dessa forma, o polo de apoio presencial é o local de atendimento ao aluno, da realização das avaliações presenciais e atividades práticas. Nele, alunos e tutores encontrarão uma completa infraestrutura, com biblioteca, laboratório de informática, secretaria, salas de aula e uma equipe de profissionais capacitados prontos para ajudar e capaz de atender a todas as necessidades acadêmicas. Além da equipe de tutores presenciais, o polo conta com uma equipe composta por um **Supervisor de Polo**, que é o responsável pela gestão do Polo de Apoio Presencial e, também, um **Secretário do Polo**, que conduz as atividades na secretaria do polo, responsável pelo recebimento de documentos, protocolos etc.

26. PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE COORDENADORES, DOCENTES E TUTORES

O trabalho de formação pedagógica de docentes teve início no Claretiano na década de 1990 e, desde 2006, configura-se como Programa de Formação Continuada de Docentes, tutores e Coordenadores das modalidades presencial e a distância, baseado na proposta do Projeto Educativo do Claretiano.

Dentro das Políticas de Ensino, o Programa de Formação Continuada de Docentes, tutores e Coordenadores ocupa um lugar de destaque, pois faz-se necessário atualizarmos nossos conhecimentos, principalmente para analisarmos as mudanças que ocorrem e ocorrerão em nossa prática, bem como para atribuírmos direções esperadas a essas mudanças, com o objetivo de dinamizar e fazer-se acontecer o projeto/missão institucional e de cada curso de graduação.

O Claretiano – Centro Universitário visa, com esse Programa, envolver o coletivo docente em uma formação acerca dos diferentes aspectos que permeiam a docência no Ensino Superior: pedagógico, humano, político, histórico, metodológico, didático, psicológico e tecnológico. Especificamente, pretende, ainda, contribuir de forma continuada para a profissionalização do docente, contemplando a formação pessoal e profissional.

Para tanto, apresenta um programa organizado a respeito do universo da docência no Ensino Superior - a distância e presencial -, e cria as condições para que os professores e coordenadores aprofundem seus conhecimentos e práticas pedagógicas. Para a efetivação do Programa de Formação Continuada de Docentes, Tutores e Coordenadores, são considerados os seguintes objetivos:

- * incentivar práticas curriculares inovadoras;
- * orientar os professores e tutores quanto à elaboração, implementação e avaliação dos planos de ensino, de dependência e adaptação;
- * orientar os professores e tutores quanto às dificuldades pedagógicas sentidas nos processos de ensino e aprendizagem;
- * dar suporte pedagógico aos docentes quanto à elaboração, seleção, implementação e avaliação de objetivos, conteúdos de ensino, estratégias, recursos e avaliação no contexto dos processos de ensino-aprendizagem;
- * proporcionar, orientar e mediar situações de parceria entre aluno e professor e tutor no processo de planejamento de ensino;

- * promover oportunidades para que os professores e tutores integrem sua pessoa à Instituição;
- * propiciar situações desafiadoras para o professor e tutor, nas quais possam favorecer situações de ensino que desencadeiam a aprendizagem significativa dos alunos;
- * procurar atender às necessidades reveladas pelos desejos de coordenadores, professores e tutores;
- * enriquecer os processos de aprendizagem, aliando-os ao contexto tecnológico e percebendo suas possibilidades didáticas e formativas;
- * conceber as novas tecnologias disponíveis como meio de melhoria dos processos de ensino-aprendizagem; valorização da modalidade a distância;
- * perceber as necessidades didático-pedagógicas (enquanto novas posturas pedagógicas e metodológicas) do tutor da Educação a Distância.

Assim, uma das formas da concretização da dimensão pedagógica do Claretiano, acontece a partir do Programa de Formação Continuada de Docentes, tutores e Coordenadores, que busca estimular a competência dos mesmos para responder às necessidades do contexto universitário atual e contribuir para a realização do ideal de educação para todos e, conseqüentemente, com a democratização da Educação Superior no país, atendendo à Missão Institucional Claretiana no que se refere à formação da pessoa humana e suas dimensões antropológicas como destinatária do processo educativo.

26.1. Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) teve origem e está contextualizado nacionalmente nos cursos de Direito e Medicina, constando na Portaria MEC 147/2007. Embora não existisse uma lei que fundamentasse a exigência do NDE até junho de 2010, sua necessidade estava presente em Instrumentos Avaliativos, configurados como documentos administrativos, construídos a partir dos extratos aprovados por Portarias Ministeriais.

Em 26 de julho de 2010, nos termos do inciso III do art. 4º do Decreto 5.773/2006, o Ministro de Estado da Educação homologou o Parecer CONAES 04/2010, exarado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), que dispõe sobre o NDE, e o Projeto de Resolução 01/2010, que normatiza o respectivo NDE. Buscando atender ao que consta nos instrumentos de avaliação de Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento e tendo em vista oferecer um suporte pedagógico ao coordenador, o Curso de Licenciatura em Computação do Claretiano – Centro Universitário implementou, a partir do ano de 2019, o NDE, visando atender aos índices de qualidade do Ministério da Educação.

O exercício do NDE dar-se-á nos momentos reservados para a formação continuada, previamente estabelecidos no Calendário Geral do ano letivo.

Assim, o NDE, caracterizado como um órgão deliberativo, tem como objetivos refletir, conceber, organizar, implementar e analisar o PPPC, articulado com a Missão e Projeto Educativo Claretiano (PEC, 2012), sua Carta de Princípios (2014), com as DCNs e com as necessidades do aluno, embasado pelo perfil do egresso: formação pessoal e profissional competente que se pretende alcançar. Também tem como responsabilidade referendar o relatório das bibliografias básicas e complementares quanto ao desenvolvimento desse perfil.

No que tange às ações de acompanhamento da aprendizagem e do desempenho do estudante através do sistema de avaliação, o NDE é subsidiado por relatórios gerenciais, que possibilitam a inferência de ações corretivas, sempre que necessário.

O NDE do Curso de Licenciatura em Computação do Claretiano – Centro Universitário é composto por 5 (cinco) professores, nomeados por Portaria da Direção.

A formação atual, e última atualização do NDE do Curso de Licenciatura em Computação ocorreu em 01/02/2011.

A atuação do NDE é condição sine qua non para a gestão do curso e exerce grande influência na construção, consolidação, acompanhamento e atualização do PPPC, por meio do uso de ferramentas e metodologias de gestão baseadas em um processo periódico de atualização (vigência de 4 anos). Nesse intervalo são realizadas avaliações frequentes, em diferentes perspectivas, com o apoio da CPA e os resultados subsidiam a tomada de decisão quanto à implementação de melhorias no curso. As reuniões do NDE são registradas em Atas que ficam arquivadas na Coordenação de Curso.

26.2. Colegiado

O Colegiado do Curso de Licenciatura em Computação do Claretiano – Centro Universitário é composto por todos os docentes e tutores do curso. Os professores e tutores encontram-se periodicamente (bimestralmente), em reuniões agendadas no Calendário Geral Acadêmico, realizadas na Sede e transmitidas ao vivo, por videoconferência ou Hangouts, o que possibilita o envolvimento de todos os profissionais no Colegiado de Curso, e, quando necessário, em reuniões extraordinárias, organizadas pela coordenação de curso.

Algumas reuniões acontecem, ainda, nos próprios Polos de Educação a Distância, ocorridas nas visitas periódicas realizadas pela coordenação de curso. Nessas ocasiões, são tratadas questões relativas ao andamento do curso, às atividades e componentes curriculares e extracurriculares, em discussões e análises para que soluções e ações sejam colocadas em prática.

As reuniões são marcadas como espaços de discussões e análises: do Projeto Político-Pedagógico de Curso (organização, construção, implementação, avaliação e modificações); do perfil dos alunos (inicial, intermediário, final e do egresso); da filosofia e objetivos do curso; da matriz curricular; da formalização, implementação, flexibilização e acompanhamento dos Planos de Ensino; da interdisciplinaridade (principalmente na Avaliação Semestral Interdisciplinar, com o objetivo de buscar avaliar os perfis e competências dos alunos, envolvendo todas as disciplinas concluídas até o momento de seu acontecimento); da avaliação de rendimento da aprendizagem dos alunos (acompanhamento e encaminhamento de ações voltadas para a aprendizagem significativa dos alunos, bem como tomada de decisões referentes às suas dificuldades); da relação professor-aluno, tutor-aluno e aluno-aluno; da autoavaliação do trabalho pedagógico dos professores e tutores; do levantamento de problemas e dificuldades do curso (para reorientar ações, na busca permanente de aperfeiçoamento da atuação do curso); além de questões de ordem acadêmica e administrativa.

As deliberações do Colegiado são registradas em Ata, cabendo à coordenação, docentes e tutores fazerem valer essas ações. De acordo com o Regimento Interno do Claretiano – Centro Universitário (2010), o Colegiado de Curso é considerado um órgão deliberativo. Sua estrutura, funcionamento e atribuições estão descritos no documento supracitado.

27. PLANO DE AÇÃO DO CURSO PARA O QUADRIÊNIO (2022-2025)

Projetos ou Ações				
Formação Continuada de Docentes e de Tutores	X	X	X	X
Ações de Nivelamento	X	X	X	X
Acompanhamento, implementação e avaliação do componente específico do curso, como está descrito na matriz curricular	X	X	X	X
Acompanhamento, implementação e avaliação das Atividades de Extensão Curricular	X	X	X	X

Acompanhamento da implementação do projeto político pedagógico do curso	X	X	X	X
Acompanhamento, implementação e avaliação das atividades de extensão universitária	X	X	X	X
Reuniões com o Núcleo Docente Estruturante	X	X	X	X
Reuniões de Colegiado	X	X	X	X
Organização do arquivo e documentação do curso	X	X	X	X
Organização de eventos científicos culturais do curso	X	X	X	X
Acompanhamento pedagógico do curso (relação professor-aluno, tutor-aluno, dificuldades dos professores e alunos, tutorias.)	X	X	X	X
Acompanhamento da implementação e avaliação dos planos de ensino do curso	X	X	X	X
Organização, implementação de um sistema de autoavaliação do curso	X	X	X	X
Acompanhar a implementação das políticas de educação ambiental	X	X	X	X
Acompanhar a implementação das Políticas para a educação das relações étnico-raciais	X	X	X	X
Acompanhar a implementação das Políticas para os direitos humanos	X	X	X	X
Implementar e acompanhar o Projeto de Unificação dos Projetos Políticos Pedagógicos de Curso	X	X	X	X
Acompanhar e implementar (quando necessário) as políticas de atendimento ao aluno público-alvo da Educação Especial	X	X	X	X
Acompanhar e implementar ações de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista (Lei 12.764/12)	X	X	X	X
Implementar e avaliar o Plano de Ação da Coordenação de Curso	X	X	X	X
Na implementação do curso, avaliar a estrutura acadêmico-didático, docente e de infraestrutura, articulado com as vagas propostas	X	X	X	X
Elaboração pelos professores e oficialização pelo NDE do Relatório Referendado de Adequação das Bibliografias Básica e Complementar por Unidade Curricular (UC), ações acompanhadas pelo Coordenador de Curso	X	x	x	x
Implementação da extensão, de acordo com a Resolução 7/2018				X
Implementar, acompanhar as ações de contingência devido a Pandemia Covid-19, se necessário, após a abertura do curso	X	X	X	X, se necessário

OBS: Os PPPCs do Claretiano – Centro Universitário são organizados em quadriênios, sendo que o Plano de Ação segue o período.

24. A ARTICULAÇÃO PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU E GRADUAÇÃO

Os cursos de Pós-Graduação do Claretiano são Cursos de Especialização, também chamados de Pós-graduação Lato Sensu, regidos pela Resolução nº 1, de 06 de abril de 2018 que estabelece diretrizes para o seu funcionamento, e pelo Regimento Geral da Instituição. São oferecidos aos portadores de diploma de curso superior, e constituídos por projetos políticos pedagógicos sistematicamente organizados, visando desenvolver, complementar, aprimorar ou aprofundar conhecimentos, com previsão de obtenção de certificados.

O Curso de Licenciatura em Computação tem relação com os seguintes Cursos de Pós-graduação Lato Sensu (Especialização): Banco de Dados (360h), Desenvolvimento de Projeto em .NET (360h), Desenvolvimento de Projeto em Java com Banco de Dados (360h), Engenharia de Software (360h) e Plataforma de Desenvolvimento Web (360h), Gestão de Projetos em TI (360h) e Segurança da Informação (360h).

25. INSTALAÇÕES GERAIS

25.1. Sala da Coordenação

A sala de coordenação do Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura localiza-se no segundo andar do prédio da Biblioteca do Claretiano de Batatais. A sala de coordenação, distribuída em dezesseis metros quadrados, é repartida por um biombo em espaços menores, pois também abriga a coordenação dos cursos à distância do Claretiano – Centro Universitário.

Cada parte da sala possui acesso à internet, telefone com ramal fixo, mesa de escritório, e demais materiais de escritório, lousa para recados, cadeiras para a coordenação e visitantes e um armário guarda-volumes.

A sala é bastante arejada, com amplas janelas e cortinas, ventilador, ar-condicionado e permite o atendimento de até duas pessoas sentadas, sejam elas professores ou alunos.

25.2. Salas de Aula

O Claretiano Centro Universitário em Batatais possui 33 salas de aula em média com 85,0m² cada uma. Todas as salas passam por manutenção do seu estado de conservação, além da limpeza constante. As salas de aula da Instituição estão distribuídas estrategicamente, articuladas com infraestrutura de apoio para o atendimento às necessidades institucionais e do Projeto Político-Pedagógico do curso. As salas estão equipadas com recursos multimídia, sendo que a conectividade com a internet e a Intranet está disponível para os computadores de uso individual e coletivo, que proporcionam o uso de recursos tecnológicos diferenciados, como, por exemplo, do Sistema Gerenciador de Aprendizagem – Sala de Aula Virtual (SGA-SAV). Nas salas de aulas, auditórios e outros espaços acadêmicos, o acesso depende da cobertura de sinal da rede sem fio (Wi-Fi), a qual atende cerca de 90% dos espaços institucionais frequentados pelos discentes, docentes e tutores.

Todas as salas de aula possuem acessibilidade ao público alvo da Educação Especial, por meio de elevadores e rampas de acesso, e muitas delas são adequadas para o trabalho com as metodologias ativas (aqui é ressaltada a existência de quatro salas específicas), considerando que podem ser adequadas aos tipos de atividades previstas e a serem propostas pelos cursos, tais como: aula expositiva dialogada; seminário; debate; discussão; estudo de texto dirigido; de caso; do meio; dramatização e simulação; oficina; ensino com pesquisa; trabalho em grupo; situações-problema; aprendizagem em equipe (TBL); análises e avaliações de simulações da profissão. Também contam com acesso à rede sem fio (internet), para que alunos e professores possam usar seus próprios equipamentos (BYOD). Suas instalações

atendem às normas de segurança, de acordo com a capacidade da sala, em consonância com a composição das turmas, de modo que sejam garantidas as medidas-padrão estipuladas

Os polos de Educação a Distância devidamente credenciados para oferta dos cursos de graduação a distância reproduzem as mesmas condições da sede e por isso possuem salas de aula adequadas às atividades do Curso de Licenciatura em Computação do Claretiano Centro Universitário, com acessibilidade aos alunos público alvo da Educação Especial, carteiras e mesas conforme padrões ergonômicos de qualidade, com ventilação e luminosidade adequadas, são também devidamente equipadas com lousas, tela de projeção, projetor, computador e kit multimídia (disponíveis aos sábados, ou às terças nos encontros presenciais). A capacidade mínima das salas é de 20 alunos, e a quantidade de cada polo está disponível no relatório de infraestrutura dos mesmos e na sede do Claretiano Centro Universitário.

25.3. Laboratórios de Informática

Manter as salas de apoio de informática e a infraestrutura utilizada pela comunidade do Claretiano Centro Universitário é um trabalho contínuo e importante, por isso, construímos processos, rotinas e políticas que apoiam esta tarefa, para o atendimento das necessidades institucionais e dos cursos, na sede e nos polos.

Os computadores disponíveis para os alunos nos laboratórios da sede e dos polos possuem acesso à internet e rede wi-fi, cuja velocidade varia de acordo com a disponibilidade local, e são renovados constantemente de acordo com a evolução tecnológica. Os laboratórios têm seu horário de funcionamento em período integral, de segunda à sábado, de acordo com o horário de funcionamento da instituição/do polo. Os espaços físicos onde os laboratórios estão implantados oferecem comodidade e conforto aos nossos alunos, atendendo a demanda de cada localidade.

O Claretiano Centro Universitário, conta também com um Plano de Atualização e Manutenção dos Equipamentos Tecnológicos. Consistindo sistemicamente nos processos de manutenção e atualização de hardware e softwares do parque computacional, bem como de equipamentos multimeios e de suporte físico como, por exemplo, recursos de climatização, fornecimento de energia e equipamentos de interconexão de computadores. Todos os computadores institucionais são interligados a servidores de atualização de Software, como exemplo, cito o Microsoft WSUS. Os polos que ofertam o Curso de Licenciatura em Computação, do Claretiano Centro Universitário, possuem em seus laboratórios quantidades de equipamentos que podem ser visualizados no documento de infraestrutura da sede e dos polos.

O Claretiano Centro Universitário possui na sua sede e polos uma infraestrutura completa de laboratórios de acordo com os PPPCs dos diferentes cursos oferecidos pela instituição.

Especificamente no que tange ao Curso de Licenciatura em Computação, conforme previsto em seu PPPC, é considerado como laboratório didático de formação básica o Laboratório de Informática, cujas estruturas atendem plenamente às diretrizes vigentes para a Educação a Distância e ao Decreto nº 9.057/2017, principalmente no tocante à acessibilidade do aluno público-alvo da Educação Especial. Os computadores disponíveis aos alunos nos laboratórios da sede e dos polos possuem acesso à internet com velocidade que varia de acordo com a disponibilidade local, e são renovados constantemente de acordo com a evolução tecnológica.

Os laboratórios possuem técnicos em informática prestando serviços de manutenção e gestão dos laboratórios contratados pelo Claretiano ou em regime de terceirização de mão de obra em casos específicos, cuja documentação está disponível para apreciação. Todo o acompanhamento e supervisão das atividades desses profissionais acontecem por meio da

equipe do Centro de Tecnologias da Informação e da Comunicação do Claretiano em parcerias com os colégios sedes dos Polos de Educação a Distância.

Os laboratórios de informática, que podem ser compostos de mais de uma unidade, desempenha papel primordial nos cursos a distância e está equipado de forma a permitir, com auxílio de um ambiente virtual de aprendizagem projetado para o curso, a interação do estudante com outros estudantes, docentes, coordenador de curso e com os responsáveis pelo sistema de gerenciamento acadêmico e administrativo do curso. Da mesma forma, respeitando-se a especificidade do curso, são disponibilizados softwares específicos para os cursos e disciplinas. Já os planos de aula, por sua vez, são elaborados pelo Professor Responsável da disciplina e disponibilizado para as equipes envolvidas com os laboratórios permitindo um melhor gerenciamento das demandas.

No tocante às avaliações realizadas com o propósito de se obter dados acerca da dos recursos, serviços prestados, equipamentos, bem como sua manutenção, há, instituído no Programa de Avaliação Institucional, especificamente na Avaliação Semestral, indicadores voltados ao tema o que permite que se tenha um cenário contínuo quanto percepção dos discentes acerca dos laboratórios. Os resultados são amplamente divulgados por meio de relatórios e subsidiam a tomada de decisão quanto às necessidades apresentadas.

O processo de gestão dos laboratórios quanto à necessidade de aquisição de insumos e equipamentos está prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020/2024) e está sob a responsabilidade do Departamento de Controladoria e do Centro de Tecnologias da Informação e da Comunicação, com o apoio do coordenador do curso, NDE e Equipe Multidisciplinar.

Quanto às ações de planejamento visando o uso posterior a entrada do ingresso de novos alunos aos laboratórios, são realizadas reuniões de planejamento a cada semestre onde, a partir do cenário traçado de novas matrículas e rematrículas, estima-se a demanda necessária para aquisição. Da mesma forma, são realizadas reuniões de planejamento de uso dos laboratórios a partir das disciplinas do semestre, nos diferentes cursos do Claretiano Centro Universitário.

26. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, F. J. de; FONSECA JÚNIOR, F. M. Como se constrói um Projeto. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Projetos e Ambientes Inovadores. Brasília: MEC/SEED, 2000, p. 27-53.

BATATAIS. Conselho Superior do Claretiano – Centro Universitário de Batatais. Resoluções Diversas.

BATATAIS. Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024. Batatais: Claretiano, 2019.

BATATAIS. Projeto Político Institucional 2020-2024. Batatais: Claretiano, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei no. 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em: 06 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Decreto nº 4.281 de 25 de Junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/99128/decreto-4281-02>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Brasília, 2002.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da

Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 06 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n.º 3, de 10 de março de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/CNE, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 06 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/CNE, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 5.296/2004. Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Brasília: PR/CC, 2004.

BRASIL. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 2/2007, aprovado em 31 de janeiro de 2007. Parecer quanto à abrangência das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/CNE, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb002_07.pdf. Acesso em: 06 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília: MEC/CNE/CES, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16872-res-cne-ces-002-18062007&category_slug=janeiro-2015-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 06 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 06 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo técnico – censo escolar 2010. Brasília: MEC/INEP, 2010.

BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Resolução CONAES N° 1, de 17/06/2010. Núcleo Docente Estruturante (NDE). Brasília: CONAES, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 9.235, de 2017. Brasília: PRCC, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107. Acesso em: 06 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília: MEC/CNE/CES. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808 . Acesso em: 06 de fevereiro de 2023.

CASTANHO, S.; Castanho, M. E. L. M. O que há de novo na educação superior. Campinas: Papirus, 2000.

_____. Temas e textos em metodologia do ensino superior. Campinas: Papirus, 2001.

GADOTTI, M. Pedagogia da práxis. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

IBGE Cidades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2023.

MANCEBO, D.; FÁVERO, M. de L. de A. Universidade: Políticas, avaliação e trabalho docente. São Paulo: Cortez, 2004.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. das Graças C. Docência no Ensino Superior. São Paulo: Cortez, 2002.

PROJETO EDUCATIVO CLARETIANO. Claretiano - Centro Universitário. Batatais: Claretiano, 2012.

RIOS, T. A. Significado e Pressupostos do Projeto Pedagógico. In: Revista Idéias. O diretor: articulador do projeto da escola. São Paulo: FDE, no. 15, 1992. p. 73-77

SILVA, T. T. da. Documentos de Identidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SISTEMA E-MEC. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2023.

27. ANEXOS

(disponíveis na visita in loco)